



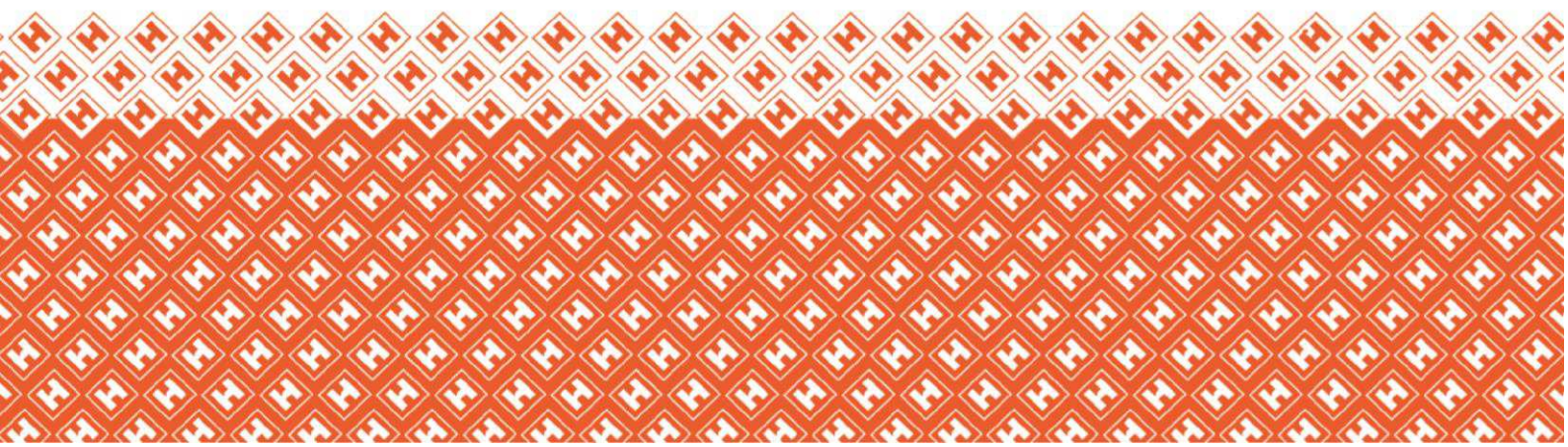
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
Departamento de Filosofia e Ciências Humanas
Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória

Walbi Silva Pimentel

O BAIRRO DO BURITIZAL:
entre as experiências vividas e a história ensinada

Macapá

2018



Walbi Silva Pimentel

**O BAIRRO DO BURITIZAL:
entre as experiências vividas e a história ensinada**

Produto final apresentado ao Programa de Mestrado em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Federal do Amapá como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientador: Dr. Iuri Cavlak

Coorientador: Dr. Sidney da Silva Lobato

Área de concentração: Ensino de História

Linha de pesquisa: Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória

Macapá

2018

**O BAIRRO DO BURITIZAL:
entre as experiências vividas e a história ensinada**

Produto final aprovado para a obtenção de
título de Mestre em Ensino de História do
Programa de Mestrado em Ensino de História
(ProfHistória) da Universidade Federal do Amapá
pela banca examinadora formada por:

Macapá, 14 de setembro de 2018.

Prof. Dr. Iuri Cavlak – Unifap
(Orientador)

Prof. Dr. Janes Jorge – Unifesp
(Avaliador externo)

Prof^a. Dr^a. Cecilia Maria Chaves Brito Bastos – Unifap
(Avaliadora interna)

Macapá - AP
2018

Agradecimentos

Na conclusão desta caminhada chamada Mestrado Profissional em Ensino de História, percebo o quanto a jornada pôde proporcionar meu amadurecimento tanto acadêmico quanto pessoal. Agradeço imensamente a todos e todas que estiveram presentes neste percurso direta ou indiretamente apoiando, ajudando, apontando caminhos.

Meus agradecimentos aos meus pais, Cléofas da Silva Pimentel e Walderi Costa Pimentel, por desde o início da minha vida na Universidade ter me apoiado em todas as decisões que tomava. A meu pai, de maneira especial, agradeço os relatos sobre o Buritizal de outrora que guarda em sua memória e que me conta há tempos. Agradeço também imensamente à minha noiva, Ana Carolina dos Santos Rodrigues, pela paciência que sempre dispensou devido ao tempo que eu precisei dedicar ao estudo das disciplinas do programa e à pesquisa e escrita deste trabalho.

Meu muito obrigado aos narradores que contribuíram com seus relatos ao desenvolvimento desta pesquisa, de maneira especial Gercina Cardoso, Lucinda Gomes, José Amanajás e pe. Luigi Carlini, amigos de longa data que sempre presentearam meus ouvidos com suas narrativas sobre as lutas das comunidades em prol de um mundo melhor. Suas histórias sempre me inspiraram, e continuam a me inspirar a nunca desistir de lutar pela paz e pela justiça para todos. Agradeço também aos amigos Talita Cavalheiro Pena, Arnaldo Mira dos Santos, Francidalva Moraes dos Santos, Danilo Silva de Oliveira e Ana Karina Silva de Souza pela ajuda dada na execução das entrevistas. Com essa ajuda, pudemos registrar com mais qualidade as narrativas sobre o Buritizal.

Obrigado a todos os colegas do ProfHistória pelo companheirismo desde o início do curso. Agradeço também a todos os professores pelas discussões propostas sobre Ensino de História e sobre a temática da urbanização, de maneira especial aos professores Dr. Giovani José da Silva e Dra. Carmentilla das Chagas Martins. Suas aulas me inspiraram não só na pesquisa e produção deste trabalho, como também me inspiram a buscar ser sempre um melhor profissional em sala de aula.

Por fim, agradeço imensamente aos professores Dr. Iuri Cavlak e Dr. Sidney da Silva Lobato, orientador e co-orientador deste trabalho respectivamente, por terem sido sempre atenciosos e solícitos, propondo caminhos e aprofundando discussões. Nossas conversas me inspiraram a buscar sempre o melhor durante esta pesquisa, e com certeza continuarão a me inspirar como professor de História.

Resumo

Após a criação do Território Federal do Amapá, Macapá passou por um *boom* de crescimento populacional, demandando por parte dos gestores públicos o devido planejamento urbano a fim de garantir à população os serviços necessários ao seu bem estar. Com a expansão da cidade e o acompanhamento deficitário dessas demandas pela administração pública, vários moradores tiveram que organizar táticas de sobrevivência, sendo sujeitos ativos no processo de desenvolvimento da urbe macapaense. Esse foi o caso do bairro do Buritizal, que teve sua trajetória histórica marcada por laços de solidariedade entre seus moradores, que encontravam nessas formas de vivência um meio de resistir às dificuldades encontradas cotidianamente no nascente bairro. Com a implantação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) como modelo de organização pastoral da Igreja Católica, os trabalhadores do Buritizal encontraram aí não apenas um meio de fortalecer suas práticas religiosas, como também uma forma de questionar a realidade em que viviam, se articular de outros modos para enfrentar as dificuldades cotidianas e lutar por melhorias no bairro, criando a Associação de Moradores do Bairro Buritizal (AMBB). O presente trabalho, escrito na forma de livro paradidático, busca levar essa discussão ao ensino básico, propiciando ao professor meios de favorecer o contato dos alunos com o conhecimento acerca da história local, fomentando a discussão em torno da realidade vivida pelos educandos.

Palavras-chave: Macapá, Urbanização, Igreja Católica, Comunidades Eclesiais de Base, Ensino de História.

Abstract

After the creation of the Federal Territory of Amapá, Macapá went through a boom of population growth, demanding from the public managers the proper urban planning in order to assure the population the required services for its well-being. With the expansion of the city and the deficient monitoring of these demands by the public administration, many residents had to arrange survival tactics, being active subjects in the development process of the macapaense city. This was the case of the neighborhood of Buritizal, which had its historical trajectory marked by ties of solidarity among its residents, who found in these forms of living a means of resisting the difficulties routinely found in the nascent neighborhood. With the implementation of the Ecclesial Base Communities (CEBs) as a model of pastoral organization of the Catholic Church, the Buritizal workers found there not only a way to strengthen their religious practices, as well a way of questioning the reality in which they lived, articulate themselves in other ways to face the daily difficulties and strive for improvements in the neighborhood, creating an Association of Residents of the Buritizal Neighborhood (AMBB). The present work, written in the form of a paradidactic book, seeks to provide this discussion to the primary education, providing to the teachers means of facilitating contact of the students with the knowledge about the local history, fomenting the discussion about the reality lived by the students.

Keywords: Macapá, Urbanization, Catholic Church, Ecclesial Base Communities, History Teaching.

Sumário

Preâmbulo 07

Referências 28

Preâmbulo

Sempre é tempo de indagar acerca do ensino no Brasil. Os noticiários nos mostram dados da situação calamitosa da educação brasileira, grupos da sociedade civil se organizam continuamente para reivindicar melhorias na educação, reformas são anunciadas pelo poder público. A educação, porém, continua a desejar. De quem seria a responsabilidade? Há quem diga que é do Estado, outros, porém, acusam os professores de “ensino doutrinário”; indagando os professores, certamente se ouvirá que os alunos pouco se interessam pela escola, refletindo então nos baixos índices de desenvolvimento da educação.

No meio do fogo cruzado, surgem outras indagações: por que estudar coisas que “nunca serão usadas na vida”? Biologia, Química, Física... Mas também História, Sociologia, Filosofia... Enfim, pouco a pouco cada disciplina é posta numa espécie de “paredão de execução” de matérias sem “utilidade”. Em meio a esses questionamentos, verificou-se a turbulência no processo de criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) iniciada em 2015, e posteriormente a Reforma do Ensino Médio de 2017, sendo que esta última extinguiu da Matriz Curricular obrigatória do Ensino Médio as disciplinas de História, Geografia, Biologia, Física e Química.

Assim, como na maioria das reformas educacionais empreendidas no Brasil desde o período monárquico, a criação da BNCC e a Reforma do Ensino Médio foram processos que aconteceram com pouca ou nenhuma participação popular nas discussões.

I – As discussões em torno da BNCC de História e a Reforma do Ensino Médio

A produção da BNCC e a Reforma do Ensino Médio foram duramente criticadas¹ pelos mais variados órgãos representativos e profissionais de variadas formas. Atenhamo-nos, porém, no que tange ao Ensino de História que, assim como outras disciplinas escolares, passou por grandes mudanças na 1ª versão da BNCC, retrocedeu na 2ª versão e por fim foi tirada do rol de disciplinas obrigatórias através da Lei nº 13.415/17.

A primeira versão da BNCC foi publicada em 2015, abrindo espaço para discussões e propostas num curto espaço de tempo – entre setembro de 2015 e março de 2016. Nomeava

¹ Interessante percebermos o envolvimento dos mais variados setores nas críticas acerca da 1ª versão da BNCC de História, o que pode ser explicado pelo fato de que, segundo Katia Abud (2015), “os currículos são responsáveis, em grande parte, pela formação e pelo conceito de História de todos os cidadãos alfabetizados, estabelecendo, em cooperação com a mídia, a existência de um discurso histórico dominante, que formará a consciência e a memória coletiva da sociedade” (p. 29).

para cada ano dos Ensinos Fundamental e Médio um enfoque predominante², sendo que em torno de cada enfoque se desenvolveria a disciplina – diferente do antigo esquema cronológico linear consagrado nos livros didáticos de História utilizados desde o século XIX. Em seguida, o documento indica objetivos de aprendizagem para cada ano, dividindo esses objetivos em quatro categorias: *procedimentos de pesquisa, representações do tempo, categorias, noções e conceitos e dimensão político-cidadã* (BRASIL, 2015).

Por um lado, a primeira versão da BNCC foi elogiada por pesquisadores da área de ensino de História. Flávia Eloisa Caimi (2016), por exemplo, foi uma das que viram na proposta grandes avanços para o ensino de História, ao destacar a superação da história quadripartite de inspiração eurocêntrica embasada numa divisão temporal linear, através da adoção de diferentes pontos de vista acerca do tempo, unindo os temas estudados às relações existentes com a história do Brasil, além da mobilização de procedimentos de investigação histórica capazes de superar a velha centralidade do ensino nas aulas expositivas em que o professor surge como único protagonista.

Por outro lado, o documento recebeu várias críticas por profissionais e órgãos representativos. Segundo o levantamento feito por Matheus Oliveira da Silva (2017), a maior parte das críticas se referia à relevância de outros temas históricos que teriam ficado de fora desta proposta curricular. De fato, temas relacionados à História Antiga e Medieval não estavam incluídos na primeira versão da BNCC, além de que a história dos povos africanos e asiáticos se limitava a começar pelo século XVI, em vistas à sua ligação com a história do Brasil. Outros profissionais, como Gilberto Calil (2015), enfatizaram suas críticas no fato de que a BNCC em si já seria um erro, ao desviar as atenções dos problemas educacionais para o currículo ao invés de promover o debate acerca da falta de recursos à educação, da infraestrutura precária nos ambientes escolares, da superlotação das salas, entre outros, além do fato de que tal versão objetivava exclusivamente à exaltação patriótica e ao conformismo

² Eram enfoques predominantes, mas não exclusivos, de cada ano escolar (BRASIL, 2015, p. 244):

ENSINO FUNDAMENTAL

1º ANO – Sujeitos e Grupos Sociais.

2º ANO – Grupos Sociais e Comunidades.

3º ANO – Comunidades e outros lugares de vivências.

4º ANO – Lugares de vivências e relações sociais.

5º ANO – Mundos brasileiros.

6º ANO – Representações, sentidos e significados do tempo histórico.

7º ANO – Processos e Sujeitos.

8º ANO – Análise de processos históricos.

9º ANO – Análise de processos históricos.

ENSINO MÉDIO

1º ANO – Mundos ameríndios, africanos e afro-brasileiros.

2º ANO – Mundos americanos.

3º ANO – Mundos europeus e asiáticos.

perante os problemas sociais, devido à excessiva valorização da história nacional ao ser este o eixo principal do desenvolvimento dos temas históricos a serem estudados no Ensino Básico – o que para o autor não possuía uma explicação plausível – e a não problematização de temas vinculados ao capitalismo como sistema político-econômico e suas formas de crítica ao longo do tempo. Outros pontos como o tempo curto para a promoção de debates na sociedade também foram elencados.

Gilberto Calil terminou seu artigo indicando que não era possível “corrigir” o documento de forma pontual, sendo necessária, ao contrário, a modificação completa do texto. Parece que sua opinião ou opiniões próximas à sua foram ouvidas, uma vez que em maio de 2016 o Ministério da Educação publicou uma segunda versão da BNCC, dessa vez formulada por uma equipe totalmente diferente da primeira, em que todos os seus participantes eram ligados à mesma instituição – ao contrário da equipe autora da primeira versão.

No que se relaciona à História, a BNCC voltou à divisão cronológica dos temas a serem trabalhados, com a tradicional divisão quadripartite de História. Mudou-se radicalmente a primeira versão, para se institucionalizar a antiga forma de organização curricular que já era consagrada pelos livros didáticos e sistemas apostilados, em outras palavras, pelo mercado editorial, na ausência de um projeto curricular nacional (CAIMI, 2016).

O novo documento, da mesma forma, provocou diferentes reações. Flávia Eloisa Caimi (2016) considerou a 2ª versão da BNCC de História um grande retrocesso ao retornar aos antigos conteúdos consagrados pela tradição escolar e à organização cronológica linear do currículo, desconsiderando os incontáveis avanços observados no campo da pesquisa histórica dos últimos trinta anos.

Denis Renan Correa (2016), em seu artigo intitulado *A base e o edifício: balanço e apontamentos sobre a fortuna crítica da BNCC*, analisou as diferentes críticas à primeira versão da BNCC e fez um esboço crítico com relação à segunda versão. Dividiu as apreciações acerca da primeira versão em três diferentes grupos: o *midiático*, exercido pelos meios de comunicação, o *especialista*, onde se encontram as diversas associações profissionais que se posicionaram criticamente ao documento, e o *político-profissional*, onde se encontram as análises de cunho acadêmico, dotados de uma profundidade maior do discurso.

Destes, o grupo *midiático* foi o mais contemplado na formulação da segunda versão da BNCC, por basear suas críticas num suposto modelo de ensino ideológico e, assim, defender a

volta a um ensino de História mais tradicional. O grupo *especialista*, por sua vez, foi superficialmente contemplado devido à volta da inclusão de História Antiga e Medieval no currículo, embora este não tenha considerado os avanços nas pesquisas nessas áreas; e, por fim, o grupo *político-profissional* foi totalmente ignorado, ao não se propiciar discussões em torno da questão da BNCC como instrumento normatizador e regulador do trabalho docente em sala de aula, o que passou a ocorrer com a abertura de espaço deste para mecanismos de aferição de conhecimentos que, sob o olhar do autor, se trata de uma avaliação do ensino padronizada e estatística, num contexto de avanço político conservador e moralista na sociedade (CORREA, 2016).

Em 2016, por fim, foi anunciada a Reforma do Ensino Médio que, a priori, manteria as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática como obrigatórias na Matriz Curricular do Ensino Médio, em detrimento das demais matérias que se tornariam então optativas, de acordo com a preferência dos alunos quanto à área de conhecimento que estes pretendiam cursar (linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias ou ciências humanas e sociais aplicadas). Após várias críticas e manifestações, a Lei nº 13.415/17 foi sancionada mantendo, além destas já citadas, também as disciplinas de língua inglesa, educação física, arte, sociologia e filosofia. Ainda não foram feitas análises profundas sobre as possíveis consequências da exclusão da disciplina de História do Ensino Médio, porém alguns ensaios produzidos já apontam possíveis impactos nas operações da consciência histórica empreendidas pelos indivíduos devido à falta de contato com o aprendizado histórico no Ensino Médio, interferindo diretamente no processo de formação de identidade histórica e orientação histórica dos indivíduos (GERMINARI, 2018).

Com relação ao processo de construção da BNCC de História, o que se percebe é um embate entre diferentes maneiras de se entender a História como disciplina de cunho científico que está diretamente ligada à formação de identidades. Seguindo o pensamento dos Estudos Culturais que entendem a cultura como “um campo de produção de significados no qual os diferentes grupos sociais, situados em posições diferenciais de poder, lutam pela imposição de seus significados à sociedade mais ampla” (SILVA, 1999, p. 133), podemos entender esse complicado processo como um embate entre diferentes narrativas e perspectivas, ficando claro o confronto da primeira versão da BNCC contra

uma forte tradição baseada no entendimento da História escolar como um simples processo de transmissão de conteúdos factuais e verbalistas.

Tradição esta que estimula crianças e jovens a tomarem o passado como dado, ao invés de serem instigados a se perguntar como nós sabemos sobre o passado e de serem preparados para formular perguntas e elaborar respostas cada vez mais complexas acerca dele (CAIMI, 2016, p. 90).

Não se pode deixar de lado o contexto político em que se desenrolavam esses “combates pela História”: desde 2015 tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 867/15 que institui o “Programa Escola sem Partido”, que visa coibir práticas vistas como “ideológicas” de professores que, supostamente, disseminam “doutrinação política e ideológica” em alunos do Ensino Básico. Além de que em 2016, quando da publicação da segunda versão da BNCC, foi o ano em que houve o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff que explicitou os embates que ocorriam entre grupos políticos pela ascensão ao poder. Assim como ocorria desde o século XIX quando havia a preocupação do Estado com a formação de uma identidade nacional, o contexto político em que se deram as mudanças da BNCC e a Reforma do Ensino Médio influenciaram diretamente tais projetos curriculares (ABUD, 2015).

II – Qual a importância da História? Contribuições à discussão sobre a história escolar

Em meio a tantas questões, surge, afinal, a pergunta: qual a importância da História? Longe de se tratar de uma pura e simples “transposição didática” dos conhecimentos históricos construídos na academia, a história escolar deve ser, antes de tudo, responsável por fazer o aluno “pensar historicamente”. Entra aqui a importância do diálogo com a *consciência histórica* com a qual o aluno chega à escola, influenciado em boa parte das vezes mais pelo contexto familiar e social, em contato com as variadas formas de mídia, do que pelo conhecimento adquirido na escola.

Para Jörn Rüsen, a *consciência histórica* é a “suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo” (RÜSEN, 2001, p. 57). Ao contrário de outros filósofos que consideravam a consciência histórica como fruto de determinados estágios do progresso do pensamento humano ao longo do tempo, Rüsen a considera como algo inerente ao ser humano, fruto do *superávit de intencionalidade* dos sujeitos frente às tentativas de superar o *tempo natural* através da imposição de um *tempo humano*, ou seja, da superação da ideia do tempo como algo dado, inexorável, através da adoção da ideia do tempo como algo em construção e, dessa forma, dependente das vontades e realizações dos sujeitos ao longo do tempo.

Assim, a transformação intelectual operada pelo ser humano do tempo natural para o tempo humano é o ato constitutivo da consciência histórica, que é guiada pela intenção humana de dominar o tempo que é experimentado como ameaça à perda de si no decorrer da transformação do mundo e de si mesmo. Em outras palavras, no trânsito constante da energia vital, nas pequenas mudanças operadas pelo mundo que influenciam diretamente o ser, a consciência histórica é o fator que determina ao ser humano como agir para manter-se o mesmo, com a identidade que lhe é própria e que por isso o diferencia de qualquer outra pessoa. A *narrativa* (histórica) se insere nesse processo como o resultado intelectual mediante a qual a consciência histórica se forma, assim como o pensamento histórico e todo o conhecimento histórico científico (RÜSEN, 2001, p. 61).

A *narrativa histórica* torna-se importante para a constituição da consciência histórica na medida em que mobiliza lembranças responsáveis por contribuir na interpretação das experiências no tempo. Dessa forma, as lembranças são mobilizadas pela narrativa, através das quais consegue tornar o passado presente mediante questionamentos dados no presente. Assim, a *memória* também é integrante desse processo à medida que se torna produtora de *representações do passado* que são rememoradas no presente como processos contínuos nos quais a experiência do tempo atual pode ser inserida interpretativamente em uma perspectiva de futuro. Essa interdependência de passado, presente e futuro é concebida como uma representação de continuidade e serve à orientação da vida humana prática atual.

Por fim, outro elemento fundamental da narrativa histórica como formadora da consciência histórica são as *representações de continuidade*. É essa continuidade inerente como elemento de ligação dos fatos e dos seres na passagem do tempo a responsável por formar a *identidade*, e é essa identidade que consegue manter o ser humano coeso frente a tantas mudanças no tempo, sendo capaz de, através da passagem do tempo, garantir a cada um a manutenção de si frente ao perigo constante de se perder diante do fluxo temporal. É essa resistência ante a perda de si e seu esforço de autoafirmação que se constitui como identidade, capaz de garantir a permanência de si mesmos ante a evolução do tempo (RÜSEN, 2001, p. 66).

Logo, a consciência histórica é antes de tudo essa reflexão acerca da vida prática tendo como orientação o passado, em vistas de se vivenciar o presente em direção a um futuro. Com base na consciência histórica escolhem-se determinados candidatos nas disputas eleitorais, apoia-se ou protesta-se acerca de determinadas medidas políticas, age-se conforme uma determinada conduta, festeja-se de uma determinada forma. Em suma, age-se segundo uma identidade que pode ser pessoal ou comunitária, tendo sempre como base o sentido temporal

passado-presente-futuro, mesmo que seja de maneira implícita. É a forma como elaboramos esse fluxo temporal contínuo em nossa consciência que determina nossas atitudes e nossas perspectivas. Daí a importância de trabalhar conceito tão necessário a uma juventude tão afeita ao hoje, ao presentismo, ao momentâneo, que muitas vezes desemboca na falta de perspectivas para a vida prática.

No que tange, portanto, ao ensino de história escolar, percebemos que o objetivo da disciplina História não é o aprendizado de conteúdos, mas a formação da capacidade de pensar historicamente, usando as ferramentas de que a História dispõe na vida prática dos alunos (CERRI, 2011). Em suma, surge a questão da *leitura do mundo*. *Ler o mundo* é entendê-lo como plural, dinâmico, como sendo composto por uma gama de culturas diferentes, cada uma com seu modo próprio de ser, agir, e enxergar a realidade. Ao citar Jürgen Habermas, Cerri coloca a questão das *identidades razoáveis*: identidades que no seu existir não sobrepõem outras. Partindo do pressuposto que um indivíduo tem várias identidades em seus diferentes âmbitos de vida, tem-se como identidade razoável aquela que dialoga com outras formas de identidade, que se sustenta na força de seus argumentos principais, mas não nega a possibilidade de que estes sejam refutados em algum momento. É uma identidade que não se apropria da verdade, e logo está sempre disposta a dialogar com o outro (CERRI, 2011). Utilizar as ferramentas da História é, portanto, promover o respeito, o diálogo com a alteridade presente em todos os âmbitos da vida, evitando todo e qualquer tipo de discriminação ou outro ato que negue a cidadania de outrem com base na alteridade.

Sendo, portanto, a consciência histórica algo inerente ao ser humano, advém a necessidade de transformar as aulas de história num campo de diálogo entre os conteúdos curriculares e a consciência histórica dos alunos, que já chegam à escola não apenas com os conceitos estudados nas séries anteriores, mas também com ideias desenvolvidas através do contato com os meios de comunicação, formas de expressão artística e entretenimento – tais como a televisão³, revistas, músicas, filmes, *videogames* – além do contato com pessoas com mais idade que relatam histórias dos tempos anteriores – um personagem histórico famoso, ou então relatos sobre como eram as condições de vida anteriormente. Ignorar essa consciência

³ Sobre o impacto gerado pelas mídias na educação e, sobretudo no ensino de História, que precisam ser analisadas e aproveitadas para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, Circe Bittencourt (2008) coloca que “as mudanças culturais provocadas pelos meios audiovisuais e pelos computadores são inevitáveis, pois geram sujeitos com novas habilidades e diferentes capacidades de entender o mundo. Para analisar essas mudanças, há a exigência de novas interpretações aos atuais meios de comunicação que ultrapassem aquelas que os consideram degenerescência ou involução. Interpretações permeadas de preconceitos não possibilitam um entendimento das configurações culturais emergentes e, portanto, dificultam todo diálogo com nossos alunos. Por outro lado, e este é o mais importante desafio para os professores, não se pode também ser ingênuo em relação a essa nova cultura” (p. 108).

histórica anterior ao contato escolar já é um passo para o encontro de dificuldades no ensino-aprendizagem de História.

Surge então a necessidade de transformar a disciplina de História em algo que seja significativo para os alunos, em outras palavras, interessante. Jean Piaget nos auxilia nessa questão ao conceituar o interesse como “a orientação própria a todo ato de assimilação mental. Assimilar, mentalmente, é incorporar um objeto à atividade do sujeito, e esta relação de incorporação entre o objeto e o eu não é outra que o interesse, no sentido mais direto do termo (‘inter-esse’)” (PIAGET, 2005, apud CAIMI, 2006, p. 23). Tornar a História uma disciplina de interesse do aluno consiste, portanto, em transformá-la em algo que atenda às suas necessidades, no sentido de lacuna pessoal a preencher em busca de um novo equilíbrio, uma vez que essa lacuna acaba por atender seu sentimento de autovalorização.

Em um interessante artigo sobre as dificuldades de aprendizagem em História dos alunos, Flávia Eloisa Caimi (2006) utiliza as teorias de Piaget para tratar da necessidade de transformar os conceitos históricos em algo significativo para o aluno. Além da questão do interesse, cita outra importante passagem do psicólogo, ao mostrar que uma aprendizagem sólida se dá como consequência da proposição de atividades desafiadoras, a partir do momento que lhe provoca desequilíbrios e reequilíbrios sucessivos no processo de cognição (CAIMI, 2006). Ou seja, é preciso “balançar” as estruturas cognitivas desse aluno, mostrando-lhe que tais conceitos não são termos cristalizados no passado, tais como objetos em exposição num museu, mas situações dinâmicas que são ainda perceptíveis no seu cotidiano, dessa forma garantindo que a apropriação do conhecimento se dê permeada de sentido e significação, resultando em sólidas aprendizagens.

III – História local: lugar, memória e imagem no ensino de História

Uma interessante maneira de “balançar” essas estruturas cognitivas é através do exercício de análise das mudanças e permanências da paisagem urbana. Em outras palavras, a percepção do “nem sempre foi assim”. Logo, surge a oportunidade de utilizarmos a história local como estratégia de ensino de história.

Para Horn e Germinari (2010), a história local é aquela que desenvolve análises de pequenos e médios municípios, ou áreas geográficas não limitadas e não muito extensas. Mais do que um conteúdo, porém, a história local precisa ser vista como estratégia pedagógica, que garanta inclusive a pluralidade dos sujeitos históricos e a multiplicidade de suas realidades. Daí que haja a necessidade de um levantamento minucioso de fontes documentais em arquivos, museus, bibliotecas e no próprio meio da localidade, fontes essas que podem ser,

inclusive, aproveitadas didaticamente no ensino de História. No ensejo das fontes disponíveis para a investigação da História local, ganham notoriedade, sobretudo, os arquivos pessoais e a história oral, surgidas em parte como consequência da renovação historiográfica que trouxe à tona o estudo da vida privada, entre outros temas.

Importante termos em mente a preocupação de não trabalharmos com os alunos uma história local formadora de heróis e origens quase míticas, muitas vezes ligada aos nomes de logradouros públicos ou de famílias abastadas, caracterizando uma história local dos grupos dirigentes. A história local deve, sobretudo, se preocupar com a identificação da dinâmica do lugar, as transformações do espaço e a articulação desse processo às relações externas (BITTENCOURT, 2008), de modo a não promover um ensino de história descontextualizado temporal e espacialmente e desvinculado da problematização do presente.

Para o desenvolvimento de uma história local no ensino de História é interessante problematizarmos o conceito de “lugar”, que desde a década de 70 vem sendo debatido pelos geógrafos humanistas como o espaço onde se dá uma miríade de significados pelos indivíduos. Por isso mesmo, “a concepção atual de lugar é de tempo em espaço; ou seja, lugar é tempo lugarizado, pois entre espaço e tempo se dá o *lugar*, o movimento, a matéria” (OLIVEIRA, 2014, p. 5). Outra contribuição importante é a de Milton Santos, segundo o qual,

A história atribui funções diferentes ao mesmo lugar. O lugar é um conjunto de objetos que têm autonomia de existência pelas coisas que o formam – ruas, edifícios, canalizações, indústrias, empresas, restaurantes, eletrificação, calçamentos –, mas que não têm autonomia de significação, pois todos os dias novas funções substituem as antigas, novas funções se interpõem e se exercem (SANTOS, 1991, p. 52).

Dentro desta corrente de pensamento, geógrafos como Yi-Fu Tuan destacaram o fato de que a familiaridade, as experiências dos indivíduos com determinado *espaço* tornam, este último, *lugar*, por isso as comparações entre espaço e lugar: o *lugar* como segurança, o *espaço* como liberdade, ou o *espaço* como movimento e o *lugar* como pausa (OLIVEIRA, 2014, p. 11). Dessa forma, a aquisição do conhecimento sobre um determinado lugar através de sentimentos *topofílicos* ou *topofóbicos* faz com que o sujeito se ligue ao lugar através de significados mais profundos ou mais íntimos.

Importante termos em mente que a Geografia começou a se preocupar com o conceito de lugar nesse determinado momento histórico devido às críticas que surgiram às concepções newtoniana e cartesiana de espaço. Sendo a Geografia uma disciplina que até o século XX serviu como instrumento de descrição e mapeamento dos diversos espaços do mundo e por

isso mais ligada às preocupações colonialistas de potências econômicas, em meados deste século, com a emancipação política das ex-colônias nos continentes africanos e asiáticos e a influência da filosofia fenomenológica de pensadores como Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty, um grupo de geógrafos começou a questionar os fundamentos epistemológicos da disciplina, possibilitando a chamada “virada espacial” que deu origem à geografia humanista. A partir da década de 90, com o avanço das políticas neoliberais, a geografia humanista ganhou uma feição de resistência perante a uniformização e a erosão do local próprios da globalização (RELPH, 2014).

Dessa forma, podemos perceber que, ao contrário de historiadores e geógrafos de séculos passados que acreditavam que o espaço determinava as ações dos sujeitos, a geografia humanista propõe uma nova visão, a partir da qual a humanidade age sobre o meio, construindo os lugares e transformando-os, dotando-os inclusive de significados distintos; no dizer de Robert Sack, “nossa natureza geográfica dá forma a um mundo e a nós mesmos, a nossas ações, nossa consciência e nossas preocupações morais” (SACK, apud BERDOULAY e ENTRIKIN, 2014). Nessa construção de significados até mesmo as memórias surgem como componentes dos lugares, à medida que se relacionam com determinadas paisagens que cristalizam ou visam apagar determinadas narrativas, sejam elas individuais ou coletivas. Conforme Berdoulay e Entrikin,

a paisagem funciona, então, como um conjunto de dispositivos mnemônicos, alguns voluntários, tais como os cemitérios ou os monumentos aos mortos, e outros mais inconscientes, como certas ruas, passagens ou praças que nos são familiares (BERDOULAY e ENTRIKIN, 2014, p. 104)⁴.

Com a modernidade e a consolidação da democracia, se intensificaram as lutas por afirmação de distintas identidades (classe, etnia, gênero, etc.), que propiciaram a emergência do debate acerca dos lugares como componentes de afirmação de identidades, inclusive devido à tendência pós-moderna e metropolitana de ver cada lugar como “o resumo de todos os outros”. Em movimento oposto, crescem grupos de pessoas que visam construir uma identidade, encontrando nos lugares uma forma de definir uma identidade própria, crescendo

⁴ Aqui temos que fazer referência a Pierre Nora (1993) e aos *lugares de memória*, onde determinadas memórias se materializam num constante esforço de luta contra o esquecimento. Ao analisar a “onda memorialista” que se instalou na França na segunda metade do século XX, Nora percebeu que na intenção da construção e valorização de lugares de memória, estava o objetivo de aproximar, manter viva a memória que, com a mundialização, a democratização, a massificação e a mediatização, cada vez mais estava ameaçada de ser relegada à distância, ao esquecimento; ao mesmo tempo, através desses mesmos processos outros atores emergem como produtores de lugares de memória como empresas e grupos sociais com vistas à manutenção da existência de suas memórias particulares, ampliando um campo que antes estava restrito às grandes famílias, à Igreja e ao Estado, o que nos mostra a ligação que havia desses lugares de memória com a preocupação da criação de uma memória e uma identidade nacionais (NORA, 1993).

o interesse por estudos acerca dos lugares e suas comunidades tradicionais cujos gêneros de vida são ou eram espacialmente circunscritos.

Nessa construção de identidades, a narrativa também se constitui como componente importantíssimo na instituição e expressão dos lugares, uma vez que é através desse modo privilegiado que os sujeitos organizam seus laços com o ambiente e com a coletividade (BERDOULAY e ENTRIKIN, 2014). É dessa forma que os narradores se tornam essenciais para a edificação de identidades comunitárias veiculadas aos lugares; não podemos aqui esquecer a contribuição de Walter Benjamin (1987) e sua definição de narrador como aquele que domina a arte de *narrar*, que é intercambiar experiências, próprias ou de outros narradores, com vistas a transformá-las em histórias, por vezes com algum sentido moral, de orientação. Diferente da informação e do romance, para Benjamin a narração é caracterizada pela presença do narrador que, recorrendo à memória, consegue transformar histórias em sentido próprio, para a vida. Presente nas comunidades mais tradicionais e advinda da tradição oral, é ameaçada de extinção pelo modo de vida capitalista que promove o individualismo, o fechamento em si, em detrimento das relações sociais de raiz mais comunitária, tendente à socialização de experiências e, conseqüentemente, à narrativa (BENJAMIN, 1987).

No que concerne à *memória*, Ecléa Bosi (1994), nos dá uma importante base conceitual ao definir que lembrar é mais do que reviver o passado tal como se deu. Antes, é *reexperienciar o passado*, reconstruí-lo com base nas questões impostas pelo presente. Repensar com imagens e ideias de hoje as experiências do passado. É impossível lembrar fielmente os fatos do passado simplesmente pelo fato de não sermos mais hoje os mesmos de ontem, logo, lembrar é, sobretudo, um exercício de reviver o passado com base nas questões que são impostas no presente.

Pierre Nora (1993) dá importante contribuição ao entender a memória como um conceito que se opõe à História, uma vez que a memória se refere a algo em trânsito, em constante mudança, sempre interpelado pelo presente, enquanto a História é sempre incompleta, construída mediante discurso crítico, permanecendo no passado e relativizando as verdades absolutas da memória. É por conta disso que a memória e, logo, as narrativas orais não são a História, mas fontes históricas que fornecem pistas ao historiador relacionadas às perguntas por ele feitas, constitutivas da problematização construída em torno do objeto a ser analisado.

Para a construção deste trabalho foi de fundamental importância a utilização de fontes orais que, baseadas na memória de moradores do Buritizal, tornou possível a escrita de uma

história local sem perder de vista sua seletividade e as flutuações adjacentes ao momento da expressão dessa memória substanciada nas entrevistas. No dizer de Michael Pollak,

A memória é um fenômeno construído. Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização (grifo do autor) (POLLAK, 1992, p. 204).

Assim como a questão da seletividade da memória, também se buscou levar em conta o inter-relacionamento entre os “fatos” em si e as representações criadas em torno desses “fatos”. Segundo Alessandro Portelli, não podemos entender “fatos” e representações de maneira separada, uma vez que

As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem. Talvez essa interação seja o campo específico da história oral, que é contabilizada como história com fatos reconstruídos, mas também aprende, em sua prática de trabalho de campo dialógico e na confrontação crítica com a alteridade dos narradores, a entender representações (PORTELLI, 1996, p. 111).

Tal constatação torna-se importante no momento de comparação entre fontes históricas diversas sobre o mesmo fato. O que no livro paradigmático se torna uma excelente oportunidade de mostrar aos leitores, que serão preferencialmente estudantes do Ensino Médio, os conflitos que existem em torno da memória visando a versão hegemônica dos fatos históricos.

No que tange ao ensino de História, Ana Maria Monteiro (2007) dá importante contribuição ao ressaltar a presença da memória na escola através dos chamados *saberes prévios*, o que acaba se tornando uma implicação da utilização dos conceitos de *consciência histórica* e *memória* no ensino. Monteiro expõe que os alunos, ao chegarem à escola, são portadores de saberes e referências construídos nos meios sociais em que cultivam suas memórias. Portanto, constitui-se tarefa do professor não o descarte sistemático dessas memórias, mas o diálogo com as mesmas, de forma a construir memórias não suscetíveis a preconceitos, abertas à leitura do mundo e diálogo com o mesmo. Segundo a autora, por vezes a chamada dificuldade de aprendizagem trata-se da resistência ao saber ensinado pelo professor, pelo fato deste saber ser imposto como algo pronto, absoluto, anulador de qualquer

ponto de vista diverso. Logo, o diálogo é necessário para essa contínua transformação da memória, conforme assinalado por Nora (1993).

Aprofundando a discussão em torno da memória, Ana Maria Monteiro (2007) defende que o ensino de História é lugar de encontro de memórias, de embates geradores de conhecimento histórico. O ensino de História não é, portanto, um lugar de memória na conceituação de Nora, onde as mesmas se cristalizam, mas um lugar onde as memórias são mobilizadas, estudadas, recriadas.

Portanto, trabalhar com fontes orais e memórias pode ser uma forma de dialogar com as memórias trazidas pelos alunos para a escola, possibilitando a construção do conhecimento escolar com o protagonismo, inclusive, dos próprios alunos. Apesar da escassez de trabalhos que versem sobre a utilização de memórias no ensino de História – escassez provocada, talvez, pelo preconceito observado na academia em torno de pesquisas voltadas ao ensino de História e, em algumas ocasiões, produzidas fora do ambiente acadêmico (MONTEIRO, 2007) –, tal temática torna-se importante a fim de refletirmos o lugar das diferentes memórias no ensino de História, uma vez que os currículos atuais prezam pela formação de sujeitos críticos e cidadãos partícipes da democracia, logo advindo a necessidade de seus saberes prévios encontrarem espaço também no processo de ensino-aprendizagem.

Os poucos trabalhos que lidam com memórias no ensino de História partem da premissa da realização de projetos de pesquisa em história local que, na maioria das vezes, se limitam à própria pesquisa, sem estabelecer relações com os contextos regionais ou nacionais (RANZI, 2001); no máximo caem na pretensão de construir uma identidade local para os alunos, desconsiderando a existência ou não do interesse dos próprios alunos na construção dessa possível identidade “original”.

A reflexão acerca da história local no Ensino Básico também precisa levar em conta a utilização das imagens, uma vez que essas constituem um importante instrumento de contato dos alunos com as representações da cidade de outrora, na maioria das vezes apenas registradas na memória dos narradores. Sobre esses recursos visuais, são pertinentes as reflexões de Saliba (2015, p. 119) que, ao formular questões para a reflexão acerca da utilização de imagens no ensino de História, evidenciou que “a imagem não ilustra e nem reproduz a realidade, ela a constrói a partir de uma linguagem própria que é produzida num dado contexto histórico”. Ou seja, ao contrário da forma que muitos livros didáticos tratam as imagens – como simples ilustrações –, estas são verdadeiras construtoras de significados, o que as torna ainda mais importantes na veiculação de mensagens através, por exemplo, das mídias. Ao analisar o consumo das imagens na contemporaneidade, Saliba demonstra que

com o surgimento da televisão, estas ganharam uma importância fundamental no processo de construção de significados, de forma a dar às emissoras de televisão a hegemonia sobre o que pode ou não ser considerado verdade, como no dizer de Pierre Sorlin, “um fato é o que vemos na televisão, e mais nada” (SORLIN *apud* SALIBA, 2015, p. 122).

Nem o historiador, tampouco o professor podem ficar alheios à hipervalorização da imagem na contemporaneidade, de forma que se torna importante incluir a utilização destas no ensino de História, porém de maneira crítica, de forma a educar os alunos sobre como lê-las. Nesse ponto, Elias Thomé Saliba é enfático ao mencionar que

É preciso um esforço analítico (e até pedagógico) no sentido de retirar a produção das imagens do terreno das evidências... Evitar tratá-las, por exemplo, e sem mais mediações, como documentos históricos... A expressão, pelos equívocos que provoca, deve mesmo ser evitada. As imagens são estratégias para o conhecimento da realidade, mas não constituem sucedâneos para nenhum suporte escrito. Ao contrário do que se diz frequentemente a imagem não fala. Sem comentários uma imagem não significa rigorosamente nada. Sabemos disso, a propósito, por exemplo, de arquivos audiovisuais, uma imagem sem data, sem menção de local ou de autor é uma imagem inutilizável (SALIBA, 2015, p. 123).

Logo, mais do que pura e simplesmente utilizarmos as imagens para “ilustrarmos” os assuntos de História, é necessário *lê-las* com os alunos de maneira a interpretá-las e, a partir dessa leitura e interpretação, produzir conhecimento histórico, superando a ideia de pensadores como Ernest Lavisse, que entendiam que as crianças tinham a necessidade de “ver as cenas históricas” para compreender a História – o que, pasmem, ainda é assim entendido por uma boa gama de editoras de livros didáticos e até mesmo professores de História.

No que se refere mais especificamente à fotografia, Ana Maria Mauad (1996) expõe que, surgida na década de 1830, num primeiro momento esta serviu para, nas palavras de Baudelaire, libertar a arte da obrigação de ser uma cópia fiel da realidade, ampliando os horizontes de criatividade da mesma. Por um tempo, a fotografia criou a ilusão de ser idêntica ao real, sendo então utilizada como meio de identificação documental, criminal, ou mesmo em álbuns de família servindo por vezes como meio de eternizar o que deveria representar sinais de riqueza das famílias aristocráticas e burguesas. Porém, essa visão logo foi reelaborada, passando a ser vista como elaboração do vivido, uma leitura do real mediante escolhas de ponto de vista e de conhecimentos técnicos.

Mauad (1996) também argumenta que a fotografia tem, parafraseando Jacques Le Goff, o duplo aspecto de *imagem/documento* e *imagem/monumento*: ao mesmo tempo em que as imagens, objetos, pessoas, realidade retratadas nos informam sobre aspectos da

materialidade passada como roupas, condições de vida, de trabalho, etc., as imagens também transmitem memória, estando presentes aí determinadas visões de mundo que deveriam, através da fotografia, ficar cristalizadas para serem vistas por gerações futuras. Assim como as fontes orais, as fotografias não falam por si só, precisam das perguntas feitas pelo historiador para carregarem algum sentido, uma vez que agora já não tem o mesmo dos seus contemporâneos, mas um sentido diverso que varia conforme tais problematizações.

É o que apresenta Mary Del Priore (2005): assim como toda forma de texto ou de arte, a fotografia só existe plenamente mediante a interpretação do seu leitor, que recria a fotografia através das perguntas que faz à mesma. Cada contexto em que a fotografia é lida equivale a uma nova interpretação. A fotografia tem, portanto, abordagens múltiplas que variam conforme as perguntas feitas por quem as analisa, e o contexto onde é feita essa análise.

IV – O material paradidático como instrumento de amadurecimento da consciência histórica

O produto final que almejamos apresentar a este programa de Mestrado Profissional em Ensino de História é um livro paradidático, no qual pretendemos aplicar os estudos feitos através da leitura de vários pressupostos atinentes ao ensino de História no Ensino Básico. É claro que, para isso, precisamos ter em mente do que exatamente se trata um livro didático.

Os livros didáticos existem desde o século XIX e, no Brasil, possuem uma influência marcante, sobretudo da produção editorial francesa. São produtos complexos porque são o resultado de uma confluência de interesses, tanto mercadológicos quanto de discursos. Dentre os trabalhos que se propõe a analisar os livros didáticos, nossa referência principal no Brasil são os de autoria de Circe Bittencourt.

Para Bittencourt (2015), é importante analisarmos o livro didático tendo conhecimento de suas múltiplas facetas. Como *mercadoria*, é necessário entendê-lo como um produto que segue a lógica do mercado, sendo, por isso, muitas vezes influenciada pelas técnicas de fabricação e comercialização, além de ter sua produção guiada por uma diversidade de personagens que não necessariamente são ligados aos autores dos livros. No dizer de Circe Bittencourt, “em sua construção interferem vários personagens, iniciando pela figura do editor, passando pelo autor e pelos técnicos especializados dos processos gráficos, como programadores visuais, ilustradores” (BITTENCOURT, 2015, p. 71); logo, em muitos livros didáticos os responsáveis pela inclusão de imagens ou mesmo dos exercícios são outros personagens, representando muitas vezes uma descontinuidade entre a proposta pedagógica do texto e estes itens que igualmente integram o texto didático.

O livro didático também é um *depositário de conteúdos escolares*, uma vez que sistematiza os conteúdos elencados pelas propostas curriculares como necessários ao processo de ensino-aprendizagem dos alunos, de modo a transpor o saber acadêmico para o saber escolar, criando padrões linguísticos e formas de comunicação específicas. Neste ponto, citamos também Flávia Eloisa Caimi (2016, p. 86) que, ao analisar a emergência da BNCC de História, percebeu que “na ausência de um projeto curricular nacional, são os livros didáticos e os sistemas apostilados (e, portanto, o mercado editorial) que têm estabelecido os programas referentes ao conhecimento histórico escolar”; portanto, nesse quesito o livro didático acaba por se tornar, também, elemento mesmo de definição de quais saberes são relevantes para o ensino de História segundo determinados grupos editoriais.

Como *instrumento pedagógico*, os livros didáticos são caracterizados por apresentarem métodos e técnicas de ensino, ao proporem “exercícios, questionários, sugestões de trabalho, enfim as tarefas que os alunos devem desempenhar para a apreensão ou, na maior parte das vezes, para a retenção dos conteúdos” (BITTENCOURT, 2015, p. 72). Citando a pesquisa de Luciana Telles Araújo, intitulada *O uso do livro didático no ensino de História: depoimentos de professores das escolas estaduais do ensino fundamental situadas em São Paulo*, Circe Bittencourt expõe também que, embora os livros didáticos não sejam utilizados de forma integral durante as aulas de História, entre os professores entrevistados percebeu-se o papel basilar dessas obras no processo de planejamento das aulas, sendo que o grau de dependência dos professores a esses livros está ligado à sua formação e às condições de trabalho, inclusive à “quantidade de escolas e horas de aula semanais” (BITTENCOURT, 2008, p. 318).

Por fim, como *veículo portador de um sistema de valores*, o livro didático também é um meio de transmissão de visões de mundo, estereótipos e valores de grupos dominantes. No dizer de Alain Choppin, “os livros didáticos não são apenas instrumentos pedagógicos: são também produtos de grupos sociais que procuram, por intermédio deles, perpetuar suas identidades, seus valores, suas tradições, suas culturas” (CHOPPIN *apud* BITTENCOURT, 2015, p. 69).

O conhecimento de tais facetas do livro didático é necessário para a devida reflexão em torno da produção de um livro paradidático, que segue a mesma lógica em seu processo de produção e difusão. É diante desse quadro que propomos a construção de um livro paradidático sobre a história do bairro Buritizal.

A escolha de tal temática recai sobre toda a reflexão que procuramos realizar em torno da importância da história local para o amadurecimento da consciência histórica dos

estudantes do ensino básico. Num contexto de política educacional, no qual o currículo de História passou por sucessivas mudanças até voltar ao mesmo ponto onde estava antes da BNCC e, por fim, chegar à sua retirada das disciplinas obrigatórias do Ensino Médio, torna-se importante contribuir para o debate sobre o papel da História no Ensino Básico com propostas que busquem exercitar a leitura histórica do mundo, contribuindo à orientação histórica dos alunos.

A escrita de um produto paradidático acerca da história do Buritizal permite uma miríade de possibilidades para o ensino de História. Pretendemos proporcionar uma reflexão sobre a urbanização não apenas do bairro, como também acerca da urbanização de Macapá. Para tanto, torna-se inevitável a contextualização histórica sobre esse processo numa escala regional, abrindo caminho para o estudo da emergência e desenvolvimento das cidades na Amazônia. Essas relações contínuas com outras escalas de observação possibilitam a articulação do estudo proposto com os demais temas da História ensinada, tornando essa pesquisa uma contribuição significativa para a disciplina escolar.

A produção acerca da história do Buritizal também propicia o estudo dos movimentos sociais do século XX e suas participações no processo de abertura política em fins da ditadura civil-militar brasileira. Entender o desenvolvimento do bairro nos leva a analisar o protagonismo popular através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Associação de Moradores do Bairro Buritizal (AMBB).

As CEBs, característica da atuação da Igreja Católica pós conciliar na América Latina, surgiram no Amapá como estratégia pastoral diante da escassez de padres e da necessidade de maior participação dos leigos na estrutura organizacional da Igreja. Tiveram o Buritizal como ponto de partida de sua atuação que, unindo-se à visão crítica em torno do contexto em que os moradores viviam, logo tratou de organizar formas de resistência às inseguranças estruturais cotidianas: a falta de infraestrutura mínima no nascente bairro, a carestia dos alimentos, a falta de atenção do Estado no tocante à educação, à assistência à saúde, à profissionalização de jovens que viviam um contexto de marginalização social. Apesar de os moradores já viverem formas de solidariedade horizontal desde fins da década de 50, quando data o início do povoamento da área, as CEBs foram importantes no processo de questionamento do contexto sócio-político do Território Federal do Amapá que, em fins da década de 60 e início de 70, estava sob governos militares, e de Macapá que nesse mesmo contexto vivia mais um *boom* de chegada de migrantes, transformando o Buritizal em área de expansão urbana, assim como os bairros do Pacoval, Santa Rita, Jesus de Nazaré e Beírol, além do chamado Aglomerado da Vacaria (atual bairro Santa Inês) e Jacareacanga (parte do atual bairro Jesus de Nazaré).

As estratégias de sobrevivência adotadas por estes trabalhadores e o espaço de reflexão possibilitado pelas CEBs possibilitaram diversas formas de organização, como a Associação de Moradores local. A AMBB surgiu na década de 70 como cooperativa de trabalhadores que se organizavam para escoar sua produção rural, ao mesmo tempo em que forneciam gêneros alimentícios a preços baixos para os moradores do Buritizal. O amadurecimento de tal organização provocou sua articulação em frentes de luta por maior assistência do Estado no tocante aos problemas estruturais do bairro, sendo assim responsável pela construção de obras públicas resultantes não das benesses do governo territorial, e sim da mobilização dos trabalhadores em torno de interesses em comum. Na década de 80 a cooperativa enfim se transformou em Associação de Moradores, num contexto de política governamental territorial que visava a “modernização” do Amapá objetivando sua transformação em Estado da Federação – tendo por isso um papel ainda mais importante como representante do protagonismo dos moradores do Buritizal em torno desses aperfeiçoamentos estruturais.

Além das questões da urbanização de Macapá e das organizações populares, também procuramos com tal material paradidático analisar as diferentes formas de vivência dos trabalhadores do Buritizal no que tange aos espaços de lazer, sendo por isso importante o conceito de cultura popular de Marilena Chauí, segundo a qual tal cultura se caracteriza como

um conjunto de práticas, representações e formas de consciência que possuem lógica própria (o jogo interno do conformismo, do inconformismo e da resistência) distinguindo-se da cultura dominante exatamente por essa lógica de práticas, representações e formas de consciência (CHAUÍ, 1986, p. 25).

É sob essa ótica que procuramos analisar a utilização das boates como espaços de lazer e sociabilidade e das chamadas “brigas” como formas populares de justiça, formas essas tidas muitas vezes como “primitivas” ou sinônimas de “barbárie”, conforme a visão das classes dominantes e que muitas vezes acaba por ser reproduzida pelos livros didáticos.

Por fim, o aumento da criminalidade no bairro é também analisado como característica do processo de expansão populacional do Buritizal que, em fins da década de 80, passa a ser caminho de passagem para quem se dirigia aos novos bairros do Muca e Novo Buritizal; a “modernização” prometida pelo governo territorial do período Barcellos (1979-1985) encontrava nesses sujeitos sinais de contradições de uma ordem que não concedia seus benefícios para todos.

Dessa forma, o livro paradigmático que apresentamos se estrutura em cinco capítulos que buscam, a partir da problematização da urbanização da Amazônia no período colonial até o desenvolvimento urbanístico do Buritizal na década de 90, construir o conhecimento histórico dos alunos do Ensino Médio, a quem são destinados este trabalho, influenciando no amadurecimento da consciência histórica a partir da análise do desenvolvimento histórico do bairro do ponto de vista do lugar, ou seja, do espaço que se constrói a partir da ação humana tanto em seu sentido material como também simbólico.

No Capítulo 1, intitulado *As cidades na Amazônia Colonial*, busca-se analisar o processo de urbanização da Amazônia colonial a partir da preocupação metropolitana portuguesa de conquistar e garantir a posse da região através da imposição de uma forma de vida europeia subjugadora de formas de vida nativas, tidas como “bárbaras” e “selvagens” pela chamada “civilização” europeia, enfatizando-se nessa preocupação colonial os interesses externos e alheios aos povos amazônicos relacionados a questões econômicas e geopolíticas que trataram de gerar uma “tendência” de urbanização visando exclusivamente fins econômicos em detrimento dos interesses dos povos nativos.

No Capítulo 2, *A urbanização da Amazônia nos séculos XIX e XX*, pretende-se entender a urbanização da região amazônica a partir dos meandros da economia da borracha, mostrando aos alunos as vicissitudes de uma urbanização igualmente excludente e que se desenvolveu ligada à busca de enriquecimento de elites políticas vinculadas à trama do abastecimento do mercado internacional da borracha, o que possibilitou novo *boom* urbanístico e, conseqüentemente, decadência das principais zonas urbanas da Amazônia. Na década de 40, Macapá, que também sofre com os revezes do declínio da economia gomífera, torna-se capital do mais novo Território Federal. O projeto modernizante empreendido pelo governo janarista e os fluxos migratórios transformaram a cidade que, porém, não consegue oferecer os mesmos benefícios a todos os moradores.

No Capítulo 3, *Povoamento e estratégias de sobrevivência no bairro Buritizal*, procuramos analisar as contradições inerentes nos projetos urbanísticos de Macapá quando comparados às situações em que vivia a maioria dos trabalhadores da cidade, bem como a visão de urbanização que as classes dirigentes detinham a partir da década de 60, momento em que se intensifica o movimento de ocupação das áreas de expansão urbana da cidade, entre elas o Buritizal. Nesse ínterim, também são analisadas as táticas utilizadas pelos trabalhadores na busca da sobrevivência cotidiana diante da escassez da assistência do Estado no tocante aos serviços básicos ao bem-estar da população.

No Capítulo 4, chamado *Trabalhadores construindo um outro Buritizal*, analisamos as organizações populares surgidas nas décadas de 60, 70 e 80, a partir da vivência religiosa e comunitária das CEBs que, iniciadas no bairro pelo próprio bispo da Prelazia de Macapá, dom José Maritano, incentivam nos leigos reflexões em torno das condições de vida à luz da Palavra bíblica, provocando o surgimento de formas mais articuladas de tratar os problemas do bairro, até chegar à criação da Associação de Moradores que aprofundou as lutas por melhorias estruturais no Buritizal.

No Capítulo 5, *Outros buritizais*, buscamos uma visão das mudanças urbanísticas empreendidas no bairro através da articulação dos moradores nas lutas por melhorias, além da influência exercida pelo projeto de modernização do Amapá em vistas à sua elevação a Estado Federativo na década de 1980. Percebemos também as formas de sociabilidade em torno do lazer dos trabalhadores, e a transformação do bairro em área de conflitos e violência urbana, que passam a ser noticiados nos emergentes jornais da década de 80. Encerramos o capítulo com uma reflexão em torno da cidade que é desejada pelos leitores e que por isso necessita de sua participação para a construção de um espaço democrático e propício ao exercício da cidadania.

Em todos os capítulos buscou-se a utilização de imagens para a construção do saber histórico como gráficos, fotografias, plantas urbanísticas e pinturas, havendo legendas explicativas que auxiliam no entendimento das mesmas, assim como trechos de documentos transcritos e narrativas orais que auxiliam nessa construção do saber e inclusive propiciam a comparação entre diferentes versões sobre os mesmos fatos históricos, mostrando aos alunos a História como campo de disputas e contínuas interpretações. Durante e ao final dos capítulos, exercícios são sugeridos visando a articulação dos saberes construídos com a leitura dos mesmos e dos textos complementares propostos.

O livro paradidático que aqui apresentamos tem como público-alvo preferencial, mas não exclusivo, os estudantes do Ensino Médio. Preferimos essa delimitação clara por possibilitar o contato deste material com alunos que não tem a disciplina de Estudos Amazônicos em seu currículo (Resolução nº 56/2015 do Conselho Estadual de Educação do Estado do Amapá), o que gera uma carência no ensino de história local para os estudantes dessa etapa de ensino, além de possibilitar ao professor uma ferramenta que dá abertura a projetos de iniciação científica cujos conhecimentos serão importantes para a futura entrada destes alunos no Universo Acadêmico. A disponibilidade de fontes ao longo do texto possibilita, inclusive, a leitura e utilização deste livro das mais variadas formas, uma vez que tal trabalho não procura apresentar uma leitura única da História.

À guisa de conclusão, procuramos com esse trabalho oferecer mais uma ferramenta ao ensino de História ao oferecer um material que debate o desenvolvimento histórico do Buritizal, ao mesmo tempo em que convida a pensar as cidades, a participação popular e a problematização do presente. Esperamos, assim, possibilitar o amadurecimento da consciência histórica de alunos que, com base nas indagações do presente, possam problematizar o passado em vistas à concretização de lugares plurais e democráticos no futuro.

Referências

- ABUD, Katia. “Currículos de História e políticas públicas: os programas de história do Brasil na escola secundária”. In: BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2015, p. 28-41.
- AMAPÁ (Estado). Resolução nº 56/2015 – CEE/AP. Disponível em: <<http://www.gestor.ap.gov.br/editor/Arquivos/Texto/Gestoree26a4d9ae3e8cd4cb9101120ad87f7f.pdf>>. Acesso em: 04 mai. 2017.
- BENJAMIN, Walter. “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: _____. *Magia e Técnica, Arte e Política* - ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, vol. I, 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BERDOULAY, Vincent; ENTRIKIN, J. Nicholas. “Lugar e sujeito: perspectivas teóricas”. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de (orgs.). *Qual o espaço do lugar? Geografia, epistemologia, fenomenologia*. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 93-116.
- BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. “Livros didáticos entre textos e imagens”. In: BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2015, p. 69-90.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRASIL. Lei nº 13.415/17. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>>. Acesso em: 3 jun. 2018.
- _____. Base Nacional Comum Curricular – 1ª versão (2015). Disponível em: <<http://historiadabncc.mec.gov.br/#/site/inicio>>. Acesso em: 3 jun. 2018.
- CAIMI, Flávia Eloisa. A História na Base Nacional Comum Curricular: pluralismo de ideias ou guerra de narrativas?. *Revista do Lhiste*, Porto Alegre, num.4, vol.3, jan/jun. 2016, p. 86-92.
- _____. Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História. *Tempo* (online). vol.11, n.21, 2006, p.17-32.
- CALIL, Gilberto. Uma história para o conformismo e a exaltação patriótica: crítica à proposta de Bncc/História. *Giramundo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, jul./dez. 2015, p. 39-46.
- CERRI, Luis Fernando. *Ensino de história e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CORREA, Denis Renan. A base e o edifício: balanço e apontamentos sobre a fortuna crítica da BNCC. *Revista do Lhiste*, Porto Alegre, num.4, vol.3, jan/jun. 2016, p. 80-85.

GERMINARI, Geyso Dongley. Reforma do Ensino Médio no Brasil: o Caso da Disciplina de História e as Implicações para Aprendizagem Histórica. *Cadernos de pesquisa: pensamento educacional* (Curitiba. Online), v. 13, 2018, p. 252-267.

HOBBSAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORN, Geraldo Balduino; GERMINARI, Geyso Dongley. *O ensino de História e seu currículo: teoria e método*. Petrópolis: Vozes, 2010.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1996, p. 73-98.

MONTEIRO, Ana Maria. “Ensino de História: entre História e Memória”. In: SILVA, Gilvan Ventura da; SIMÕES, Regina Helena Silva e; FRANCO, Sebastião Pimentel (orgs.). *História e Educação: territórios em convergência*. 1ª ed. Vitória: GM/ PPGHIS/UFES, 2007, v. 1, p. 59-80.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 7-28.

OLIVEIRA, Livia de. “O sentido de lugar”. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de (orgs.). *Qual o espaço do lugar?* Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 3-16.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-215.

PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 103-130.

RANZI, Serlei Maria Fischer. Fontes orais, História e saber escolar. *Educar*, Curitiba, n.18, 2001, p. 29-42.

RELPH, Edward. “Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar”. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de (orgs.). *Qual o espaço do lugar?* Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 17-32.

PRIORE, Mary Del. Os Registros da Memória: a fotografia como objeto da memória. In: HORTA, Maria L. P.; PRIORE, Mary Del. *Memória, Patrimônio e Identidade*. Boletim 04, Ministério da Educação, Brasília, abril 2005.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UnB, 2001.

SALIBA, Elias Thomé. “Experiências e representações sociais: reflexões sobre o uso e o consumo das imagens”. In: BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2015, p. 117-127.

SANTOS, Milton. *Metamorfose do espaço habitado*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

SILVA, Matheus Oliveira da. Base Nacional Comum Curricular: representações e desdobramentos do Componente História – Primeiros resultados. *Boletim Historiar*, n. 18, jan./mar. 2017, p. 98-110.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

O BAIRRO DO BURITIZAL

entre as experiências vividas e a história ensinada

“AÍ QUANDO FOI PRA NÓS ATRAVESSAR PRA CÁ, O QUE QUE
O PESSOAL QUE JÁ MORAVA PRA CÁ DESSE LADO, TINHA
MUITO MIRITIZEIRO, POR ISSO QUE AQUI CHAMAM DE BURITIZAL,
PORQUE ERA GRANDE QUANTIDADE DE BURITI, MUITO MESMO.”
(LUCINDA GOMES, UMA DAS PIONEIRAS DO BURITIZAL)

WALBI SILVA PIMENTEL

O BAIRRO DO BURITIZAL

WALBI SILVA PIMENTEL

O BAIRRO DO BURITIZAL

entre as experiências vividas e a história ensinada



Sumário

Introdução	02
Capítulo 01: as cidades na Amazônia Colonial	06
Capítulo 02: A Urbanização da Amazônia nos séculos XIX e XX	28
Capítulo 03: Povoamento e estratégias de sobrevivência no bairro Buritizal	48
Capítulo 04: Trabalhadores construindo um outro Buritizal	64
Capítulo 05: Outros Buritizais	86
Considerações finais: Para quê estudar História?	104
Referências, fontes e entrevistas	108

Introdução

Além de servir para entender o passado, a História deve nos ajudar a questionar o presente, para construirmos um futuro melhor.

É com essa perspectiva que apresentamos o livro *Caminhos do Buritizal: entre as experiências vividas e a história ensinada*. Veremos que, com as contínuas migrações que surgiram a partir da criação do Território Federal do Amapá, começaram a nascer novos bairros em Macapá, porém, sem o devido acompanhamento no que se refere aos serviços básicos ao bem estar da população. Por isso, os moradores criaram táticas de sobrevivência para lidar com as dificuldades que encontravam.

No Buritizal, área a sudoeste que passa a ser ocupada em fins da década de 50, os moradores organizavam meios de promover a solidariedade mútua como forma de lidar com as dificuldades estruturais. Com a criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), esses trabalhadores se organizam ainda mais, discutindo sobre a realidade em que viviam e lutando por melhorias no bairro. Assim criaram a Associação de Moradores do Bairro Buritizal (AMBB).

Pretendemos que a história do bairro Buritizal possa auxiliar você, estudante, a analisar o lugar em que vive. Para isso, procuramos registrar neste trabalho os relatos dos moradores sobre o lugar em que viviam, destacando suas formas de dar significado ao espaço através de suas vivências e lutas, bem como perceber as transformações operadas no bairro e suas influências sobre o cotidiano dos trabalhadores.

Professor, não pretendemos que este livro apresente uma narrativa definitiva sobre a História. Para fomentar a produção do conhecimento dentro e fora da sala de aula, disponibilizamos recursos pedagógicos como trechos de entrevistas, orientações para pesquisas, imagens, textos complementares e exercícios que podem lhe auxiliar no estudo deste trabalho, bem como embasar projetos de pesquisa sobre outros

bairros com os alunos. Deixo à disposição, ao final desta introdução, meu contato para dialogarmos.

Mesmo que a História tenha sido retirada da lista de disciplinas obrigatórias do Ensino Médio, acreditamos que ela tem importância fundamental em nossa forma como entendemos o presente. Mais do que mão de obra para o mercado de trabalho, é necessário que a escola forme cidadãos críticos que sejam atuantes na formação de uma sociedade mais justa e menos desigual.

Esperamos que a leitura deste livro possa levá-lo/la a conhecer ainda mais o meio em que vive para, a partir daí, agir sobre ele.

Walbi Silva Pimentel
(contato: prowalbi@gmail.com).

Como ler este livro

Legendas explicativas auxiliam na interpretação das imagens. Lembre-se que elas também são documentos históricos!



Também há caixas com textos explicativos sobre determinados temas que surgem ao longo dos capítulos.



O quadro “Resumindo” lhe auxilia a guardar os principais aspectos trabalhados ao longo do capítulo.

Página 14 Povoamento e estratégias de sobrevivência no bairro Buritizal

rente de serviços públicos e praticamente radores e reivindicar por condições de vida isolado pela Ressaca do Beiro, onde não mais digna para todos. É a partir daí que havia ruas, e sim, “caminhos”. Diante das surgem as Comunidades Eclesiais de Base dificuldades cotidianas surgiram não só es- (CEBs) e a Associação dos Moradores do tratégias de sobrevivência, mas estruturas Bairro Buritizal (Ambl), que analisaremos sociais que começaram a organizar os mo- no próximo capítulo.

Resumindo: Com o aumento populacional que aconteceu sobretudo devido às ondas migratórias, surgiu a preocupação em planejar o desenvolvimento urbano de Macapá, o que levou a uma divisão dos lotes. As famílias que surgindo a partir daí os planos Grunbif ai fixaram moradia adotaram uma série de (1960), Fundação João Pinheiro (1973) e estratégias de sobrevivência – tais como a H.J. Cole e Associados S. A. (1979). Em agricultura, a caça, a pesca, a partilha de meio a tantos planejamentos urbanos que alimentos com os que passavam por neces- pouco saíram do papel, surgiram durante a década de 60 os bairros Pacoval, Santa Rita, Jesus de Nazaré, Vacaia, Beiro e Buritizal, que durante a década de 70 se expandiram, dando base à necessidade de planejar a assistência governamental havia para os trabalhadores.

Leitura complementar “No ano de 1960, a população urbana dos demais municípios amapaenses teve um crescimento insignificante e a rural teve um pequeno decréscimo – entre 0,8 e 12,1%. Enquanto os demais municípios preferiam povoadores ou estabilizavam-se, o de Macapá tinha a cada ano um acréscimo populacional de grandes proporções. Entre 1940 e 1950, Macapá foi a capital brasileira mais valorizada no sentido de povoar áreas até a década de 40 “despovoadas”, a que apresentou o maior índice de crescimento populacional. A população cresceu cerca de nove vezes. Este crescimento decorreu principalmente de migrações ocorridas entre o historiador Sidney Lobato e a geógrafa Françoise Piro: 57,9% do aumento populacional macapa-

A “Leitura complementar” aprofunda a discussão sobre algum aspecto do capítulo.

Pesquisar envolve analisar os documentos históricos. Ao final do capítulo a sessão “Análise de fonte” lhe proporciona uma experiência simples sobre como se dá esse exercício de leitura de fontes históricas.

Página 22

principais da Coroa Portuguesa na ocupação do litoral do Brasil? E da Amazônia? política portuguesa para a Amazônia no período do Marquês de Pombal? Qual?

2. Podemos dizer que os aldeamentos missionários representaram uma convergência de interesses tanto da Igreja Católica quanto política nacional de urbanização da Amazônia? Quais as semelhanças?

Análise de fonte
Ao longo dos séculos XVI e XVII houveram avanços notáveis na cartografia, que tinha uma importância fundamental no processo de colonização da América. O mapa ao lado, intitulado *Descubrimiento del rio de las Amazonas y sus dilatadas provincias por D. Martín de Saavedra y Guzmán*, foi produzido em 1639.

Com base na imagem, responda:

1. Compare o documento com um mapa atual do norte da América do Sul e comente a que regiões atuais corresponde a representação cartográfica.
2. Qual o elemento principal do mapa? Qual teria sido o objetivo do autor ao evidenciar tal detalhe?
3. No mapa aparecem Belém e São Luís. Qual a importância dessas cidades para a colonização europeia da Amazônia?

Atividades

1. Explique como as urnas funerárias nos auxiliam na compreensão dos modos de vida dos povos ameríndios do período anterior à colonização, citando exemplos.
2. Explique como a Igreja Católica auxiliava a Coroa Portuguesa no processo de colonização.
3. Caracterize a colonização portuguesa da região amazônica no século XVII, explicando as formas de ocupação do território e seus objetivos.
4. Explique quais os objetivos na criação das Vilas de São José de Macapá, San’Anna e Vila Vistosa Madre de Deus na segunda metade do século XVIII.

Boa leitura!

CAPÍTULO 1

As cidades na Amazônia Colonial

Antes dos colonizadores europeus, diferentes nações indígenas já povoavam a Amazônia, dando nomes a espécies animais e vegetais, além de lugares—nomes que muitas vezes usamos no cotidiano. A arte gráfica também é um exemplo desse patrimônio ameríndio, como os *kusiwas*, a arte corporal *wajãpi*, que você pode ver acima.



<https://bit.ly/2Ndikn6>

Você assiste televisão?

Qualquer espectador atento às imagens da televisão – seja dos telejornais ou mesmo das telenovelas – já deve ter percebido grandes diferenças entre as cidades amazônicas e as cidades localizadas no sudeste brasileiro. Quem já fez alguma viagem então já deve ter percebido isso de maneira ainda mais forte. Por que essas diferenças se habitamos todos no mesmo país?

Analisando a história da urbanização amazônica, podemos

perceber que nossas cidades surgiram em contextos históricos bem diferentes das cidades que normalmente vemos pela televisão – inclusive Macapá. Percebemos isso ainda hoje quando analisamos dados referentes a condições de infraestrutura, como saneamento básico por exemplo, quando percebemos a enorme disparidade entre as cidades médias amazônicas, como algumas localizadas no estado do Pará, e cidades localizadas no sudeste

brasileiro, como algumas localizadas no estado de São Paulo:

Tabela 1: Acesso aos serviços de saneamento em municípios com sedes de porte médio nos estados do Pará e São Paulo

Municípios	Saneamento adequado (%)	Saneamento inadequado (%)
PARAENSES		
Marabá	15,6	29,4
Santarém	20,0	28,5
PAULISTAS		
Marília	93,4	1,8
Sorocaba	96,1	0,3

Fonte: Indicadores Sociais Municipais 2000 – Brasil apud Trindade Jr. (2011)

Mapa do Amapá, onde você pode visualizar onde se encontram os vestígios arqueológicos das principais culturas ameríndias anteriores à colonização. Perceba a grande presença no litoral.

Essas diferenças são percebidas não só no saneamento básico, mas também em dados relativos ao acesso à educação e à saúde, por exemplo. A seguir, entenderemos um pouco do porquê dessas diferenças através do estudo do povoamento da Amazônia.

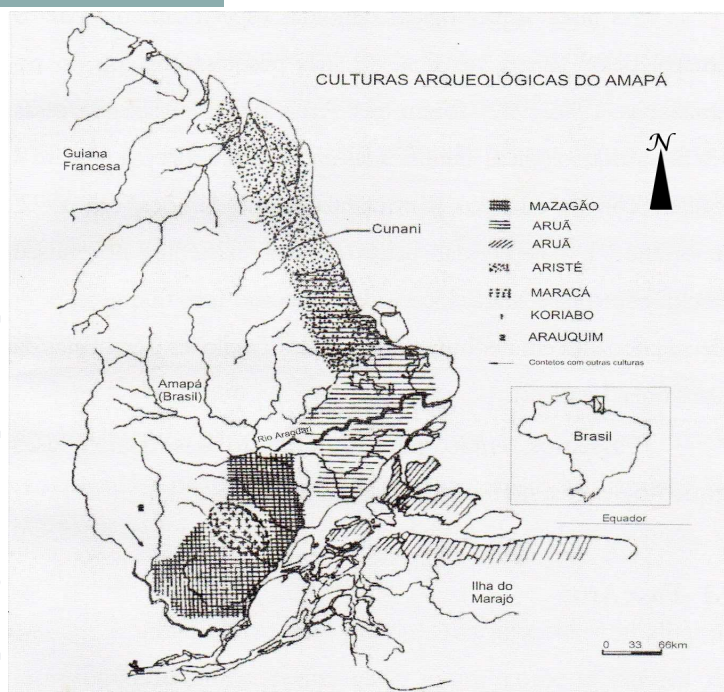
Os primeiros habitantes

Atualmente, sabemos que os primeiros povoadores da América não foram os europeus, e sim as populações **ameríndias** ou **indígenas**. Mais especificamente na Amazônia, esses grupos chegaram por volta de 11.800 anos Antes do Presente (AP).

Podemos conhecer sobre esses grupos através das pesquisas realizadas nos chamados **sítios arqueológicos**, que são áreas que possuem vestígios de ocupações humanas antigas. Esses vestígios podem ser de vários tipos: resquícios de fogueiras, instrumentos de ossos ou pedras (estes últimos chamados de líticos), vestígios de habitações, instrumentos de cerâmica, ou mesmo fósseis.

Os sítios arqueológicos existentes no Amapá nos ajudam a conhecer sobre os modos de vida dos quatro principais grupos ameríndios existentes no território: **Aristé, Mazagão, Maracá e Aruã**. As áreas de suas habitações podem ser identificadas no mapa ao lado.

Havia entre esses povos características em comum: modo primitivo de cultivar a terra base-



ado na coivara (técnica que consiste no preparo do solo para a agricultura através da queimada, derrubada da mata e adubo do solo com as cinzas) e agricultura itinerante (uma vez que a coivara desgastava muito rapidamente o solo).

A alimentação desses grupos era baseada na mandioca, milho, caça, pesca e coleta de frutos silvestres. Suas aldeias localizavam-se geralmente às margens dos rios, em lugares que impediam enchentes. Produziam cerâmica, cestaria, tecelagem, plumária, machados de pedra e canoas.

É claro que também existiam diferenças entre esses povos. O grupo Aruã, que migrou da região das Guianas e do Caribe, era organizado em pequenas aldeias e ocupavam temporariamente os locais por onde passavam, devido ao esgotamento rápido do solo e a

necessidade constante de alimentos.

Os grupos Maza-gão, Maracá e Aristé, por outro lado, se organizavam em sociedades complexas constituídas em grandes aldeias, fixando-se por mais tempo nessas áreas – eram inclusive articulados no que chamamos de **cacicados**.

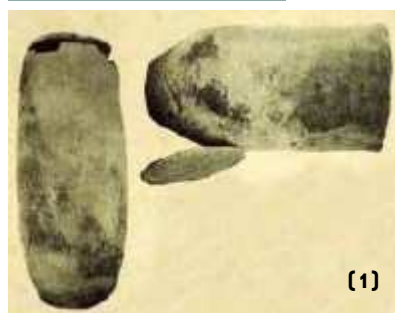
Esses grupos migraram da região dos Andes e dominavam a tecnologia cerâmica doméstica e funerária, além de ter uma economia ligada ao plantio de mandioca, batatas, entre outros gêneros, e ainda da coleta de frutos silvestres, caça e pesca.

Os **Aruã** foram os primeiros a chegar ao território, datando sua permanência no Amapá dos

Cacicados: grupos de aldeias que formavam uma unidade política, chefiada por um chefe supremo, hierarquicamente superior aos demais chefes das aldeias, que tinham poderes de resolver disputas internas, aplicar penalidades e convocar homens para a guerra. Predominavam nas regiões de várzea da Amazônia, até o contato com o europeu que, por volta do século XVII, já havia destruído as principais nações indígenas.

Antes do contato europeu, os principais povos ameríndios realizavam **rituais funerários complexos** que consistiam num enterro primário (diretamente no solo, algumas vezes acompanhados de oferendas) seguido por um secundário (quando havia a exumação do corpo depois de certo tempo, e o depósito dos ossos em urnas funerárias produzidas especialmente com essa finalidade). Para alguns arqueólogos, esse costume era bastante antigo na Europa e na América, sendo que o sepultamento secundário tinha uma importância especial por comprovar o desaparecimento da pessoa falecida do mundo dos vivos, o que significaria enfim sua entrada no mundo dos mortos e logo já não possuía vínculos com os vivos. As pessoas que tinham relações com o falecido (como a viúva, devedores ou parentes), por sua vez, ficavam dispensadas das obrigações que ainda pudessem existir.

Diferentes urnas funerárias da cultura Maracá:
tubular (1),
zoomorfa (2),
antropozoomorfa (3),
antropomorfa (4).



(1)



(2)



(3)



(4)

séculos XIII ao XVII. Tinham a prática de sepultamento em **urnas funerárias**, que são os principais vestígios arqueológicos destes e dos demais povos que habitaram o Amapá. Com a chegada dos povos Aristé e Mazagão, os Aruã teriam migrado em direção às ilhas do Pará.

Os **Aristé** chegaram ao norte do Amapá na mesma época em que os Mazagão chegaram ao sul, por volta do século XV. Praticavam o sepultamento através de urnas funerárias que eram depositadas na terra ou em poços construídos para essa finalidade. Suas cerâmicas mais recentes possuem contas de vidro, o que demonstra o contato deste povo com os europeus; seus últimos vestígios datam do século XVI.

Os **Mazagão** chegaram ao Amapá possivelmente através do rio Amazonas e seus afluentes, estabelecendo-se na área entre os rios Araguari, Amapari e Jari. Estabeleceram-se depois no rio Vila No-

va, onde tiveram contato com o povo Maracá, que influenciou sua produção cerâmica. Depositavam suas urnas funerárias em cavernas; da mesma forma que os Aristé, algumas de suas urnas têm vestígios de contatos com os europeus, e desapareceram durante o século XVI.

Os **Maracá** são talvez os mais conhecidos por suas urnas funerárias características: tinham aspectos antropomórficos (forma humana), zoomórficos (forma animal), antropozoomórficos (com corpo animal e cabeça humana) ou tubulares (forma de cilindro). Sua presença no Amapá data do século XVI ao XVII, sendo que as urnas produzidas neste último século igualmente possuem marcas do contato europeu, como contas de vidro.

O período do desaparecimento desses povos nos demonstra o efeito catastrófico da presença europeia para os ameríndios; a colonização provocou a migração de nações ameríndias para áreas mais afastadas do litoral, devido às mortes causadas por doenças trazidas pelos europeus, às guerras, aos descimentos realizados por ordens missionárias e mesmo às capturas empreendidas com a finalidade de sua utilização como

mão de obra compulsória.

Mesmo assim, podemos empreender ligações entre alguns destes povos que estavam no Amapá antes da colonização com povos que ainda residem na região. Os **Palikur**, povo que se estabeleceu no rio Urucauá, afluente do rio Uaçá, atual município de Oiapoque, nas suas tradições orais (cantigas, lendas, orações, narrativas orais), ainda fazem referências aos locais dos sítios arqueológicos Aristé. De fato, existem relatos sobre os Palikur desde 1513 nas cartas do navegador espanhol Vicente Yanez Pinzon, o que demonstra ser talvez este o povo mais antigo do Amapá.

Outro povo da região do Uaçá são os **Galibi-Marworno**, nome que designa populações descendentes dos **troncos linguísticos** (grupos de línguas de origem comum) Caribe e Aruaque. São conhecidos como *Galibi* desde o final da década de 40, quando o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) começou a atuar na região; mais recentemente, no decorrer das décadas de 80 e 90, passaram a adotar o nome *Galibi-Marworno* para se diferenciarem dos **Galibi do Oiapoque**, povo que migrou da Guiana Francesa por volta de 1950 e que não possui

uma origem em comum.

Os **Karipuna** chegaram à região do rio Curupí, no Uaçá, em fins do século XIX, e ao longo do tempo foram se unindo a outras populações, inclusive não-ameríndias, caracterizando-se assim como um povo bastante heterogêneo atualmente.

Os **Wajãpi** são citados em documentos históricos desde o século XVII; habitavam a região do rio Xingu, migrando a partir do século XVIII até se estabelecerem nos rios Jari, Araguari e Oiapoque. São conhecidos pelos *Kusiwas*, pinturas corporais feitas com tintas à base de ucucum, suco de jenipapo verde e resinas perfumadas, que receberam em 2003 o título de *Patrimônio Imaterial da Humanidade* pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Importante percebermos que antes da presença europeia havia na Amazônia uma rica diversidade de povos ameríndios com costumes, tradições e histórias diferentes. As constantes mi-



<https://bit.ly/2KEVaaG>

Os *kusiwas* são para todos os dias do ano, e cada desenho é repleto de significados.

grações, ocorridas em sua maioria a partir do século XVI, nos mostram o profundo efeito negativo da ação colonizadora sobre esses povos.

No século XVII, a garantia da posse da região Amazônica pelos colonizadores...

No tocante ao povoamento europeu, podemos dizer que a Amazônia passou por um processo tardio e diferenciado de colonização, se comparado às demais regiões da América Portuguesa. Esse atraso se deu, em grande parte, devido à maior atenção dada pela Coroa às áreas litorâneas onde havia o cultivo de monoculturas, como cana-de-açúcar e tabaco.

O fato de a Espanha concentrar suas atenções nas áreas de mineração fez com que, por vários

anos, a região amazônica não tivesse um processo efetivo de colonização europeia, o que atraiu as atenções de franceses, holandeses e ingleses, que estavam fora do Tratado de Tordesilhas (1494) e tinham interesse em colonizar a Amazônia devido ao acesso às minas de ouro e prata do Peru, além do lucrativo comércio com as populações ameríndias locais e até mesmo o mito do Eldorado – uma cidade inteiramente construída em ouro – que atraía sobretudo aventureiros.

Podemos dividir o processo de colonização portuguesa da Amazônia em dois momentos distintos. No primeiro momento, podemos perceber que a colonização aconteceu em grande parte pelos esforços da administração colonial em expulsar expedições de outros países durante o período da União Ibérica – período em que Portugal e Espanha estavam sob a mesma Coroa –, através da construção de fortificações e vilas, o que também serviria para impedir novas invasões. Para que você tenha uma ideia, já haviam fortes holandeses ao longo do rio Xingu em 1559 (os fortes Nassau e Orange); e em 1612 os ingleses construíram o Forte do Torrego no rio Anauerapecu (região que hoje é o

Mapa holandês de 1599, onde se vê a região das guianas, entre elas o atual Amapá. Ao centro da imagem se vê o mítico lago Parime, onde se acreditava estar, nos seus arredores, a cidade de Eldorado.



Amapá, nas proximidades da cidade de Santana), além da invasão francesa ao Maranhão no mesmo ano, onde os mesmos fundaram a cidade de São Luís.

A presença de colonizadores não portugueses na Amazônia era facilitada pela colaboração dos povos ameríndios locais que efetuavam trocas com esses comerciantes, que por isso muitas vezes eram punidos por Portugal. A presença frequente dos franceses na região do atual Amapá, conhecida como Terra dos Tucujus e renomeada em 1637 como **Capitania do Cabo Norte**, ao longo do século XVII, rendeu aos ameríndios Tucuju uma forte repressão por parte do Estado português, que os atacou em 1624. Esse ataque foi efetivado por uma expedição comandada por Pedro Teixeira, resultando na migração daqueles indígenas para o interior do território.

Devido a essas presenças indesejadas pelos portugueses, a Coroa logo tratou de organizar a construção de fortificações e vilas para a garantia da sua presença na colônia. Construíram para isso o Forte do Presépio de Santa Maria de Belém em 1616, um ano após a expulsão francesa do Maranhão; nos seus arredores fun-



SANTOS, Fernando Rodrigues dos. *História do Amapá*. 7ª ed. Belém: Grafimorte, 2006.

dou-se a cidade de Belém, de onde partiam expedições de penetração e conquista do território amazônico, fundando-se núcleos de povoamento como Souza de Caeté (atual Bragança) em 1633 e Vila Viçosa de Santa Cruz do Cametá (atual Cametá) em 1635. Da mesma forma, organizaram São Luís com o envio de cerca de 500 colonos açorianos em 1620, de onde também partiam para destruição de possessões não portuguesas, como feitorias holandesas e fortes ingleses nos rios Xingu (1623) e Anauerapucu (1629), entre outros.

A fim de organizar a presença luso-espanhola na porção setentrional da América do Sul, foi criado o **Estado do Maranhão e Grão-Pará** em 1621, abrangendo as então capitanias do Pará, Maranhão e Ceará, desvincu-

Mapa da região amazônica, com destaque para a Capitania do Cabo Norte. Perceba que a capitania é o atual Amapá, acrescentado da área até o rio Paru.

<https://bit.ly/2KmKFpH>



Forte do Presépio, onde nos seus arredores foi fundada a cidade de Belém, principal centro urbano amazônico do período colonial.

Nesse primeiro momento da colonização portuguesa da Amazônia, percebemos a necessidade não só de defender a área de outras invasões e abrir frentes de povoamento, como também de exercer o controle efetivo sobre as populações ameríndias que serviram como principal mão de obra das atividades coloniais na região. Destacamos aqui a chegada, a partir de 1630, de várias ordens religiosas com destaque para os jesuítas, mercedários, carmelitas e franciscanos, que tinham como missões a **catequização dos povos ameríndios**, mas também o enquadramento destes como **força de trabalho**, além da garantia da **presença do Estado Português** na Amazônia.

Importante mencionar que Portugal vai perdendo cada vez mais espaço no comércio internacional das especiarias durante o século XVII, o que vai incentivar a colonização amazônica através da procura, coleta e comércio das

seus **drogas do sertão**, produtos valorizados na Europa e utilizados como condimentos e em uso farmacêutico, tais como cacau, cravo, canela, salsaparrilha e mantegas de peixes.

É nesse contexto que foram criados os **aldeamentos missionários**, onde as populações ameríndias eram descidas para, sob controle das ordens religiosas, passarem por um processo de catequização, além de serem utilizadas como mão de obra sobretudo na coleta das drogas do sertão, mas também para serem cedidos aos colonos e à Coroa portuguesa quando estes necessitassem.

O forte controle exercido sobre esta mão de obra foi motivo de conflitos entre jesuítas e a administração colonial, principalmente durante o século XVIII. São exemplos de aldeamentos missionários que depois foram transformados em vilas e cidades: Pauxis (atual Óbidos), Itacurua (Santarém), Surubiú (Alenquer), Curupatuba (Monte Alegre), Pirauriri (Alter do Chão), Mariuá (Barcelos) e Lugar da Barra (Manaus), este último próximo ao Forte de São José do Rio Negro construído em 1669. Na articulação dessa rede de aldeamentos estava Belém, de onde as drogas

A Igreja Católica e o Estado Português: o Padroado Régio.

A Península Ibérica, onde se localizam Portugal e Espanha, teve sua região ocupada por muçulmanos desde o período medieval. A Igreja Católica apoiou a monarquia portuguesa no processo de “reconquista” cristã da península (iniciada ainda no século VIII e concluída em 1492 com a conquista do Reino de Granada), uma vez que se tratava também de expansão da fé católica; logo uma série de direitos foi dada paulatinamente pela Igreja, sendo

um desses direitos o do Padroado Régio, pela qual a Coroa Portuguesa se torna patrona de missões e instituições eclesiásticas católicas apostólicas romanas em todos os domínios portugueses, inclusive coloniais. Dessa forma, os almonarques missionários desempenharam também o papel de garantidores da presença portuguesa em determinadas regiões nos processos de demarcação de limites e fronteiras entre as colônias espanholas e portuguesas na América.

A expansão dos mercados e a difusão da fé católica.

Desde o início do movimento de expansionismo português, esteve presente junto à preocupação de encontrar novos mercados a ideia de expansão da fé cristã católica nos continentes africano e asiático, a partir do século XV. Com a chegada à América essa preocupação continuou, sobretudo após a instalação do Governo-geral em 1548 e com ele a vinda dos primeiros missionários jesuítas – o rei d. João III, em carta ao governador-geral, esclarecia que “a principal causa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente dela se

convertesse à nossa santa fé católica”. Com o Concílio de Trento (1545-1563), convocado devido ao movimento da Reforma Protestante na Europa, a cristianização dos nativos americanos tornou-se um dos pontos principais da atividade da Igreja.

Padre Vieira convertendo os índios do Brasil, gravura publicada no livro *Vida do Apostólico Padre Antonio Vieira, de André de Barros* (1746). A atividade de ordens missionárias católicas acompanhou a expansão mercantilista ibérica.



Mão de obra indígena: o trabalho compulsório. A mão de obra ameríndia era cobiçada, sobretudo para o serviço da coleta das chamadas drogas do sertão. Para a antropóloga Nádia Farage, existiam duas categorias diferentes de trabalhador ameríndio durante o período colonial: escravizados e livres. Os ameríndios podiam se tornar escravizados através da chamada *guerra justa*, onde aldeias eram invadidas sob a justificativa de impedirem a ação dos colonos ou dos missionários, ou mesmo sob a acusação de praticarem rituais de *antropofagia*, onde os prisioneiros de guerra tupinambás eram mortos e comidos pelos moradores; ou pelo instituto do *resgate*, onde ameríndios prisioneiros de outras aldeias eram comprados pelos portugueses, que assim deviam trabalhar como meio de “quitar sua dívida”; outro meio de escravização era o apresamento clandestino, combatido inclusive por impossibilitar a coleta de impostos à Coroa. Quanto aos ameríndios livres, estes moravam nos *aldeamentos missionários*, sendo cedidos ao Estado português e aos colonos mediante o pagamento de salários e por um tempo determinado. Isso conferiu, sobretudo à Companhia de Jesus, um extenso poder sobre a Amazônia, uma vez que estes controlavam a principal fonte de mão de obra disponível na região.

Urucum, cravo e cacau eram alguns dos produtos extraídos da floresta amazônica, conhecidos como “drogas do sertão”.

do sertão eram exportadas para Portugal.

... E no século XVIII, um novo projeto para a exploração da região.

No segundo momento da

colonização portuguesa da Amazônia, temos o projeto empreendido pelo **Marquês de Pombal**, ministro do rei d. José I, que assumiu o cargo com o objetivo principal de reorganizar as finanças de Portugal. Aconteceram mudanças administrativas na Amazônia visando o cumprimento desse objetivo, como a transferência da capital do Estado do Grão-Pará e Maranhão de São Luís para Belém em 1751, além da criação da Capitania de São José do Rio Negro em 1755 com capital em Barcelos, e a separação do Estado



do Grão-Pará do Estado do Maranhão em 1772, indicando a maior atenção dada à região pela política pombalina.

Com relação à economia, podemos citar a tentativa de incentivo à agricultura como atividade econômica principal, em especial do arroz, algodão, café, tabaco e cacau, em substituição à coleta das drogas do sertão; e a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em 1755 com a finalidade de abastecer a região de mão de obra escravizada africana e manufaturas portuguesas, além de escoar a produção da colônia para a metrópole.

Também houve mudanças quanto à gestão do trabalho e o povoamento português. Foram criadas a lei de liberdade dos índios em 1755 e o Diretório dos Índios em 1757, que entregava a administração dos aldeamentos missionários a diretores leigos (que não pertencessem ao clero), entregando, portanto, o controle dessa mão de obra ameríndia para o Estado português; e a elevação dos lugares e aldeamentos indígenas a condição de vilas portuguesas em 1759. Outra medida foi a expulsão e o confisco dos bens dos jesuítas dos limites do reino



<https://bit.ly/2KmL5fL>

português no mesmo ano.

Quais os objetivos com a implementação dessas medidas? Importante ter em mente que o Marquês de Pombal pretendia integrar a região amazônica à economia metropolitana, além de assegurar definitivamente a posse dessa região para a Coroa Portuguesa – foi por isso inclusive que ele articulou a nomeação como governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão o seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

Apesar de ter garantido a posse dessa região através do Tratado de Madri de 1750, era necessário criar uma forma de evitar novas disputas. Como o princípio central utilizado na demarcação de limites e fronteiras entre possesões coloniais era o *uti possidetis* (ou seja, o território pertencia à Coroa que de fato o estava

No retrato vemos os três irmãos de mãos dadas: da esquerda para a direita, Paulo de Carvalho e Mendonça (o mais novo, inquisidor-geral), Sebastião José de Carvalho e Melo (o mais velho, Marquês de Pombal) e Francisco Xavier de Mendonça Furtado (governador do Grão-Pará e Maranhão).



Diretório dos Índios, uma das medidas tomadas pelo Marquês de Pombal para garantir o controle da mão de obra indígena pelo Estado Português.

colonizando), era necessário promover o povoamento efetivo de colonos. No caso português, na falta de colonos oriundos da metrópole, estavam disponíveis a larga população ameríndia que, uma vez vivendo nos aldeamentos, foram transformados à categoria de vassallos do rei português, tornando-se assim responsáveis indiretos da presença do Estado português na região amazônica.

Além disso, é importante entender que, mesmo depois da Lei de Liberdade dos Índios de 1755 e o Diretório, a população indígena continuou submetida ao trabalho compulsório, sendo por isso frequentemente convocada para o trabalho na construção de fortificações, na monocultura, na condução de canoas, entre outras atividades. Importante saber também que o Diretório não apenas transferia esse poder sobre as populações ameríndias para as mãos leigas, como também incentivava a miscigenação através dos casamentos interétnicos entre brancos e ameríndias, a fim de aumentar ainda mais a população nesses núcleos.

A elevação dos aldeamentos a vilas lusitanas, por sua vez,

tratou de confirmar a presença do Estado português na Amazônia uma vez que, dessa forma, concretizava a presença física de Portugal através do reconhecimento desses lugares, que agora passam a se tornar núcleos populacionais que atendiam a objetivos civis (povoamento) e militares (defesa).

Podemos perceber que no projeto pombalino os objetivos de urbanizar, colonizar e “civilizar” estavam intimamente associados, de modo que cada uma dessas vilas sobre controle de leigos continuava a enquadrar a mão de obra ameríndia, tornando-se assim também um núcleo de “europeização” dos nativos que continuavam sendo estimulados à adoção de práticas cotidianas ocidentais, como o aprendizado da língua portuguesa e a adaptação da nova forma de trabalho direcionada ao lucro e não mais a subsistência. Uma relação, porém, cheia de resistências e negociações.

A relação entre a Companhia de Jesus e a Coroa Portuguesa era cheia de conflitos, devido ao controle que essa ordem missionária exercia sobre a mão de obra ameríndia: por isso a expulsão dos jesuítas que visou entre-

gar esse poder para a própria Coroa Portuguesa.

Capitania do Cabo Norte, “laboratório” das políticas pombalinas para a Amazônia.

Segundo a historiadora Nírvia Ravena, a Capitania do Cabo Norte, que é hoje o Amapá, serviu de um grande laboratório das políticas pombalinas por ser o

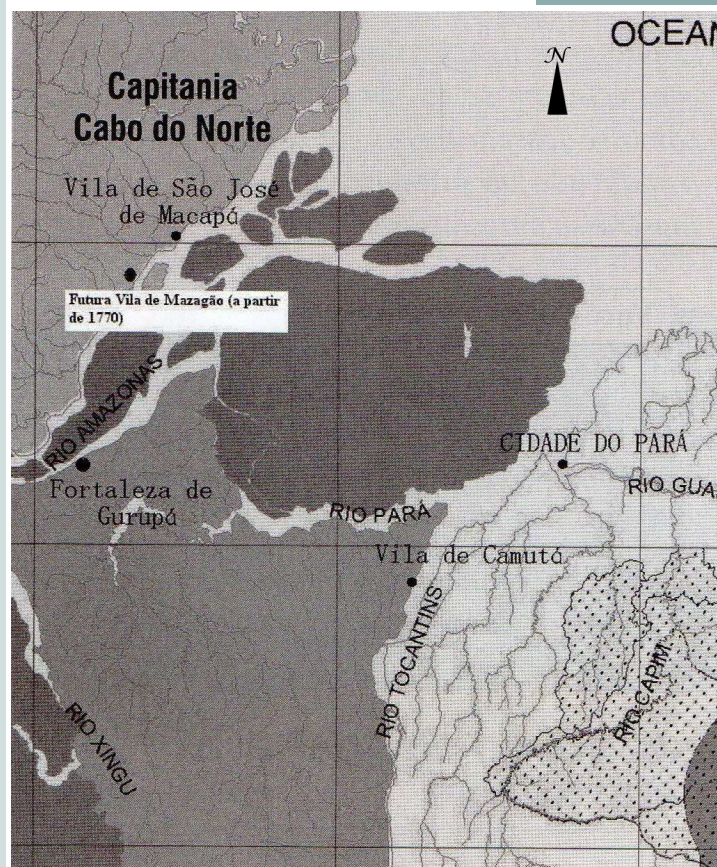
Apesar do forte controle sobre os trabalhadores compulsórios, os aldeamentos missionários também eram espaços de resistências e negociações entre ameríndios e missionários: para se evitar a fuga e garantir o trabalho (como a coleta das drogas do sertão), determinadas situações eram toleradas pelos jesuítas mesmo sendo contra os preceitos católicos, como a dissolução de casamentos (sem a necessidade de um processo formal); ao mesmo tempo, os jesuítas precisavam adaptar a catequese com músicas, muitas vezes entoadas através de instrumentos indígenas ou até mesmo na língua nativa. Tais atitudes demonstram que inclusive nos aldeamentos missionários havia espaço para o protagonismo e a negociação indígena perante a ação colonizadora.

local onde se fundou o primeiro aldeamento administrado por um diretor leigo e não mais religioso. Vamos, por isso, nos atentar às vilas criadas na região durante esse contexto político metropolitano.

Em 1758 foi fundada a **Vila de São José de Macapá**. Em 1751 o então governador do Grão-Pará e Maranhão começou o transporte de várias famílias açorianas com a finalidade de povoar a região da foz do rio Amazonas, resultando na elevação de Macapá, até então um destacamento militar, à condição de vila.

Como principais objetivos da criação da Vila de São José de

No mapa abaixo vemos em destaque a posição estratégica da Vila de São José de Macapá, em relação à Ilha de Marajó e a Belém (onde se lê “Cidade do Pará”).

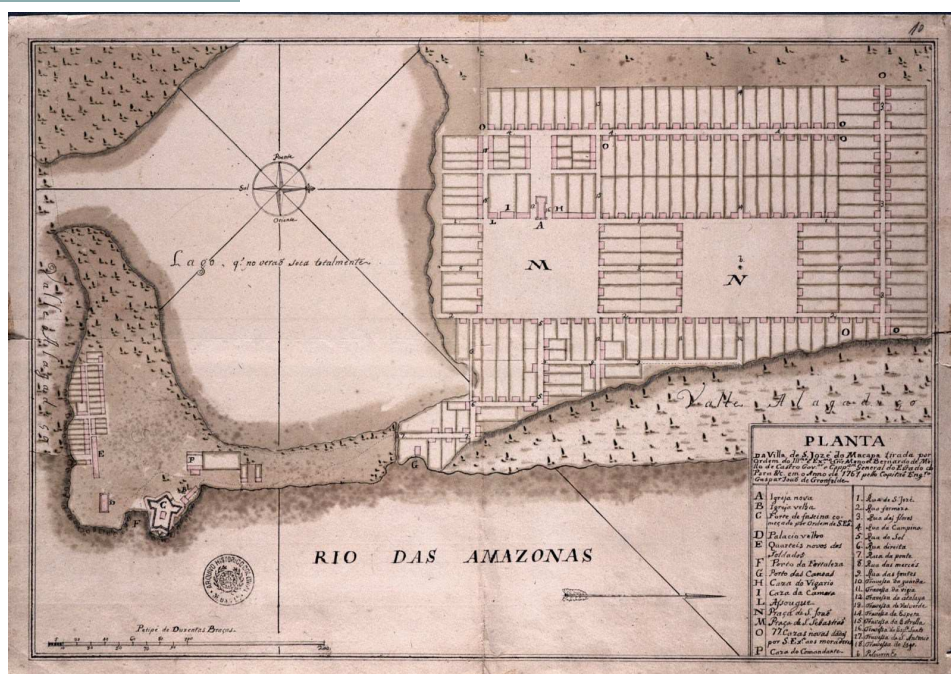


Planta da Vila de São José de Macapá, feita por Gaspar João de Gronsfeld, em 1761. Entre a vila e o local de construção da Fortaleza de São José de Macapá havia um grande lago na parte mais baixa, correspondendo ao que é atualmente o Centro da cidade de Macapá.

Macapá estavam a necessidade de povoamento, desenvolvimento da agricultura do arroz e do algodão em larga escala e a defesa do território. Este último objetivo, porém, foi o mais visado pela administração colonial, dada a localização estratégica de Macapá – porta de entrada fluvial para as minas de ouro e diamantes do interior da colônia – e o constante fluxo de trabalhadores escravizados e compulsórios para a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764-1782), fato que muitas vezes prejudicou o trabalho da lavoura devido à necessidade de mão de obra cativa e compulsória. Além de Macapá, foram fundadas também o Lugar de Sant'Anna do Macapá e as vilas Vistoza Madre de Deus e Mazagão.

O antigo aldeamento de **Sant'Anna do Macapá** foi elevado a categoria de Lugar em 1758. Localizado às margens do rio Mutuacá, teve origem em um aldeamento indígena em 1755, sendo o primeiro a ser administrado por um diretor leigo, o ex-trafficante de escravos ameríndios Francisco Portilho de Melo. Devido aos conflitos existentes entre o Governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão e os padres da Companhia de Jesus em torno do fornecimento de trabalhadores ameríndios, o então governador Mendonça Furtado elaborou o plano de criar um aldeamento que seria a partir de então administrado por um leigo, que teria assim como objetivo principal o fornecimento de trabalhadores para a Vila de São José de Macapá.

Nesse novo aldeamento, os ameríndios teriam que aprender primeiro a língua portuguesa e depois a religião, tendo que ser disponibilizados quando solicitados pela administração colonial. Os religiosos atuantes nesse aldeamento não



podiam ser jesuítas, tendo a partir de então uma atividade restrita aos ofícios religiosos. Tal experiência serviu de base para a promulgação do Diretório dos Índios em 1757.

A **Vila Vistoza Madre de Deus**, por sua vez, foi fundada em 1769 às margens do rio Anauerapucu com o objetivo de dar apoio

à Vila de Macapá com força militar no caso de um eventual ataque. Seus moradores faziam parte, juntamente com moradores de Mazagão, de oito Companhias de Infantaria Auxiliar, para a qual eram recrutados “rapazes de 14 anos, aptos fisicamente, brancos ou mamelucos, filhos de viúva e lavradores”. Apesar do estímulo ao cultivo de gêneros como arroz, algodão, urucu e mandioca, esses moradores constantemente compravam alimentos dos moradores de Macapá.

Por fim, **Mazagão** foi criada em 1770 como resultado da transferência de famílias de colonos que residiam na cidade fortificada de mesmo nome localizada no norte da África, quando esta foi cercada pelas tropas do rei do Marrocos. Mendonça Furtado, então Secretário de Estado da



<https://bit.ly/2w2B83M>

Marinha e Ultramar do Reino de Portugal, articulou com seu sobrinho Fernando da Costa de Ataíde Teive, governador do Grão-Pará e Maranhão, a transferência dessas famílias para o Cabo Norte. Na Amazônia, a Nova Mazagão, como era chamada, deveria igualmente atender aos objetivos de povoamento, implantação da agricultura (do arroz e do algodão) e defesa do território.

A transferência dessas famílias, porém, não se deu de maneira pacífica, uma vez que foi grande o questionamento realizado em torno da nova missão desses colonos: como soldados experientes mudariam radicalmente de vida, tendo que viver numa terra estranha, isolada e exercenciosa a agricultura como atividade principal? De fato, das duas mil pessoas que saíram da Mazagão

Representação do trajeto feito pelos moradores de Mazagão, quando de sua transferência do Marrocos para o Cabo Norte. Essa peculiaridade na formação de Mazagão fez com que o historiador Laurent Vidal a chamasse de «A cidade que atravessou o Atlântico».

africana e chegaram a Lisboa, apenas mil foram para Santa Maria de Belém, de onde deveriam partir para Mazagão; destas, apenas uma família foi para o novo povoamento em 1770, e 29 colonos e 11 trabalhadores escravizados foram em 1771, de forma que em 1775 ainda haviam 842 pessoas em Belém, e 343 um ano depois.

Apesar das plantas das vilas apresentarem núcleos populacionais bastante organizados e simétricos, estas povoações enfrentavam uma série de dificuldades. Uma delas era a insalubridade dos lugares. A proximidade com áreas pantanosas onde era comum a presença de mosquitos vetores de doenças não foi levada em conta no momento da escolha dos locais para instalação dos povoados, que se preocupou mais com o caráter político-estratégico das regiões, de tal forma que a população sofreu constantes epidemias.

Quando da sua criação como aldeamento ainda em 1755, Sant'Anna se localizava na Ilha de Santana, na foz do rio Matapi. Devido a doenças que acometiam a população, um ano após Francisco Portilho de Melo teve que pedir autorização para Mendonça Furtado para deslocar o povoamento para outro local, tendo obtido esta autorização para fixar o povoamento às margens do rio Maracapucu. Em 1762, Francisco Roberto Pimentel, que ficou no lugar de Portilho de Melo, teve que pedir outra autorização de deslocamento, uma vez que a insalubridade do novo local continuava a provocar doenças; tendo obtido autorização do governo,

transferiu a população pela terceira vez, agora para às margens do rio Mutuacá.

Outro povoado que precisou mudar de local foi Mazagão. A insalubridade do local, o descontentamento dos moradores com a mudança para o coração da Amazônia e as constantes fugas de trabalhadores compulsórios e escravizados fez com que o senado da Câmara de Mazagão dirigisse várias petições ao governo do Grão-Pará e Maranhão, e mesmo à rainha d. Maria I, solicitando autorização para a mudança dos colonos, que em boa parte desejavam migrar de volta para Portugal. Os problemas enfrentados pela população provocavam fugas dos próprios moradores para outros lugares e o desmoronamento de edificações, até o surgimento de uma grande epidemia em 1783; a partir daí os colonos enfim receberam autorização para se transferirem para outros locais, o que deixou Mazagão quase desabitada.

A população de Macapá também sofreu graves problemas, inclusive no tocante à insalubridade. As cercanias da Fortaleza de São José eram conhecidas pelo relevo pantanoso devido ao ritmo das marés, o que provocava a proliferação de insetos e doenças que atingiam os moradores e, sobretudo, os trabalhadores da fortificação, em geral ameríndios que sofriam com o trabalho estafante e a insuficiência na alimentação. Além da questão sanitária, os moradores também se viam prejudicados pelas condições impostas pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão na produção do

arroz e do algodão, que deveria abastecer prioritariamente os mercados de Lisboa.

Embora o arroz tivesse sido escolhido como produto para o plantio em larga escala devido ao pouco tratamento exigido e ao baixo custo da sua produção, produzir arroz em Macapá não era nada fácil, nem barato. No início, o arroz tinha que ser levado para ser descascado em Belém; depois foi instalada uma máquina da Companhia de Comércio na vila, contudo por causa da falta de braços (era preciso a força de 28 pessoas para o engenho funcionar), a máquina ficou parada por vários anos.

Esse fato possibilitou o fortalecimento de uma classe de proprietários ricos que detinham os meios necessários para o beneficiamento do arroz, além de comprar dos agricultores mais humildes sua produção para depois revendê-la a Portugal. Além do problema do descasque, faltava quase tudo: trabalhadores para a lavoura – tanto ameríndios quanto africanos –, sementes para iniciar o plantio, sistemas de drenagem, canoas para o transporte, e quando a produção estava em alta, faltavam compradores.

Devido a tantas dificuldades, a produção de arroz não se tornava tão lucrativa assim. Por causa disso, os colonos procuravam diversificar a economia, plantando feijão, milho, tabaco, café, extraíndo produtos da floresta como o azeite de andiroba, fabricando panos grosseiros de algodão e criando gado, caracterizando assim a produção que ficava na vila para subsistência e trocas entre os colonos.

O cultivo de arroz tinha duas demandas: interna, para consumo dos trabalhadores da construção da Fortaleza de São José de Macapá e dos soldados; e externa, para abastecimento da metrópole portuguesa. Mas a venda externa era cheia de dificuldades que nem sempre compensava o negócio, como o transporte precário que estragava parte da produção ou o preço que muitas vezes não compensava os gastos.

Para negociar com a Companhia de Comércio era preciso ter crédito, e para ter crédito era preciso ter posses que garantissem o pagamento de uma dívida, caso ela ocorresse. Dessa forma, os pequenos agricultores – os que tinham poucos rendimentos e contavam com a força de trabalho familiar – ficaram à margem dos negócios com a Companhia, entrando em relação de dependência com os “negociantes”: os proprietários ricos, que tinham escravos, máquinas de beneficiamento de arroz e que compravam a produção dos pequenos produtores para revenda. Esse sistema de dependência fazia com que poucos colonos pudessem colocar o arroz diretamente no mercado de Belém e de Lisboa através dos navios da Companhia, mesmo que recebendo apenas uma pequena parte do que ia: eram retirados valores das despesas com transporte, despacho e impostos.

Apesar dos colonos terem terras livres com capacidade de produção parecidas, eles não tinham liberdade de comercializar devido à pressão dos colonos ricos e da Companhia que, como vimos, possuíam o

poder de sujeitar os lavradores com menos posses à sua dominação. Logo, esses laços de dependência, as dívidas, a fiscalização e os baixos preços pagos pelos produtos empurravam os pequenos colonos para a pobreza.

Aos poucos, os colonos se indignavam contra a atuação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que mais trazia pobreza do que riqueza à maioria dos moradores de Macapá, seja pela carestia nos negócios, seja pelo abastecimento de alimentos e manufaturas que sempre foi precário na região. Percebe-se que após o fim da Companhia em 1778 essa produção passou a servir mais à subsistência familiar, havendo pouca margem para a comercialização inclusive devido à piora no serviço de transporte.

O fim da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão também significou uma estagnação da vida urbana na Amazônia, inclusive devido à queda do preço do cacau, um dos principais produtos cultivados na região, no comércio internacional. A expansão agrícola iniciada com as políticas pombalinas foi paralisada, caracterizando a volta da importância do extrativismo para os colonos. Um novo surto de crescimento urbano só foi visto com a expansão do extrativismo da borracha, a partir de 1850, já no período do Brasil imperial.

HAJA GASTO!

Os produtos fretados pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão eram submetidos a toda sorte de gastos e impostos. Antônio Carreira lista estes, sendo que o cálculo era feito considerando as despesas e o saldo da produção. As medidas e a moeda utilizadas são da época.

Despesas na origem:

- Sacaria e ensacamento: 60 a 80 réis por arroba;
- Capatazia: 5 réis a arroba;
- Comissão da Companhia: 4 a 8%;
- Direitos alfandegários: 5 a 7%;
- Dízimo: 10%;
- Novo direito (criado em 1777): 2%;
- Ver-O-Peso: 30 réis por saca;
- Subsídio: 100 réis por arroba.

E chegando a Lisboa, pagava mais:

- Direitos alfandegários: 13 a 18%;
- Consulado: 3%;
- Donativo: 4 a 5%;
- Obra-pia: 1%;
- Colégio: 100 réis por peso líquido;
- Amostra para a avaliação: 80 réis por cada 6000 réis;
- Descarga: 14 a 40 réis por saca;
- Careto, tara e transporte: 140 réis por peso líquido;
- Juiz da Mesa do Peso: 20 réis por peso líquido;
- Guarda de Companhia e Contribuição: 20 réis por saca;
- Porteiro e Comissão para a Companhia: 2 a 4%.

Resumindo:

Neste capítulo você pôde perceber como se deu o processo de povoamento da Amazônia. Começamos falando dos primeiros habitantes, os povos ameríndios, que ocuparam o território marcando sua presença com seus modos de vida e os nomes dados ao espaço geográfico; a partir do século XVII as vilas foram criadas pela Coroa portuguesa com uma finalidade militar e econômica: a necessidade de defesa do território frente a outras potências coloniais europeias andou lado a lado com a demanda econômica de controle da mão de obra ameríndia e

de escoamento da produção para a metrópole, seja resultante da extração das drogas do sertão, seja da monocultura de gêneros como arroz e algodão. Até mesmo os colonos que foram afixados no território amapaense não eram atendidos em suas necessidades, gerando muitos conflitos de interesse entre os seus próprios e os da administração colonial que parecia cada vez mais distante, a exemplo do que ocorreu em Macapá.

No próximo capítulo acompanharemos o desenrolar desse processo de urbanização durante o século XX na Amazônia, chegando a Macapá.

Leitura complementar

Bertha Becker foi uma geógrafa que dedicou boa parte de sua trajetória acadêmica a estudos acerca da urbanização da Amazônia. Leia o texto da autora e em seguida responda às questões:

“A Geopolítica do Estado

Na Amazônia, no passado e no presente, o Estado frequentemente vem estimulando o comerciar/fazer/produzir através de sua estratégia de ameaçar/tomar/proteger para alcançar seus objetivos geopolíticos. A criação de novas instituições administrativas foi um instrumento continuamente utilizado para assegurar o poder do Estado.

No início da colonização, com os recursos de que dispunha, a Coroa portuguesa estava mais interessada na exploração fácil da riqueza localizada no litoral e não tanto no interior. A Amazônia era uma outra pro-

víncia do Império, diferente do Brasil, e inicialmente sua ocupação seguia a lógica imperial: sendo área de disputa, era preciso primeiro garantir que outros não a tomassem e assegurar sua exploração futura. Criar ou fortalecer núcleos foi crucial para a aplicação dessa estratégia.

Não por acaso, as primeiras manifestações da colonização foram no sentido de ameaçar/tomar/proteger, com incursões de grande porte e criação de lugarejos ínfimos, que garantiram a posse do território e a caça ao índio, ainda que às vezes muito mais pela presença simbólica no local do que por sua defesa efetiva. As condições naturais e a resistência indígena levaram a localizações dispersas desses lugarejos, sobretudo em posições estratégicas que facilitassem a circulação, o acesso aos recursos e seu escoamento, e a defesa, criando um espaço do Estado constituído por um pacote de núcleos

esparços onde ficavam instituições administrativas.

A Coroa ainda aceitou a colaboração do Papa na colonização, numa cooperação não só religiosa mas também político-econômica. Abalado pela grande perda sofrida com o surgimento do protestantismo, o Papa estava extremamente interessado no fortalecimento da Igreja Católica em novos territórios, a colonização pela Ibéria abrindo-lhe uma grande oportunidade. Através de seus missionários, e de novas formas de urbes - os aldeamentos - o Papado inaugurou a primeira base econômica da colônia, beneficiando os portugueses e espanhóis na apropriação do território contra os ataques de holandeses, ingleses e franceses.

Nos aldeamentos iniciava-se um comércio mais ativo. Localizados próximos a contingentes indígenas significativos, eram contudo meros entrepostos, não formando uma rede efetiva porque geralmente não estavam ligados entre si. Mas era um fraco comércio de exploração de drogas e importação de rudimentares artigos de reposição, que não consubstanciavam fluxos e redes de uma cidade de fato.

Após a separação da Espanha, Portugal procurou retomar seu poder na Amazônia através de uma política regional efetiva concebida e implementada pelo Marquês de Pombal, e criou um grupo de vilas – novo espaço de núcleos urbanos do Estado – como medida essencial para consoli-

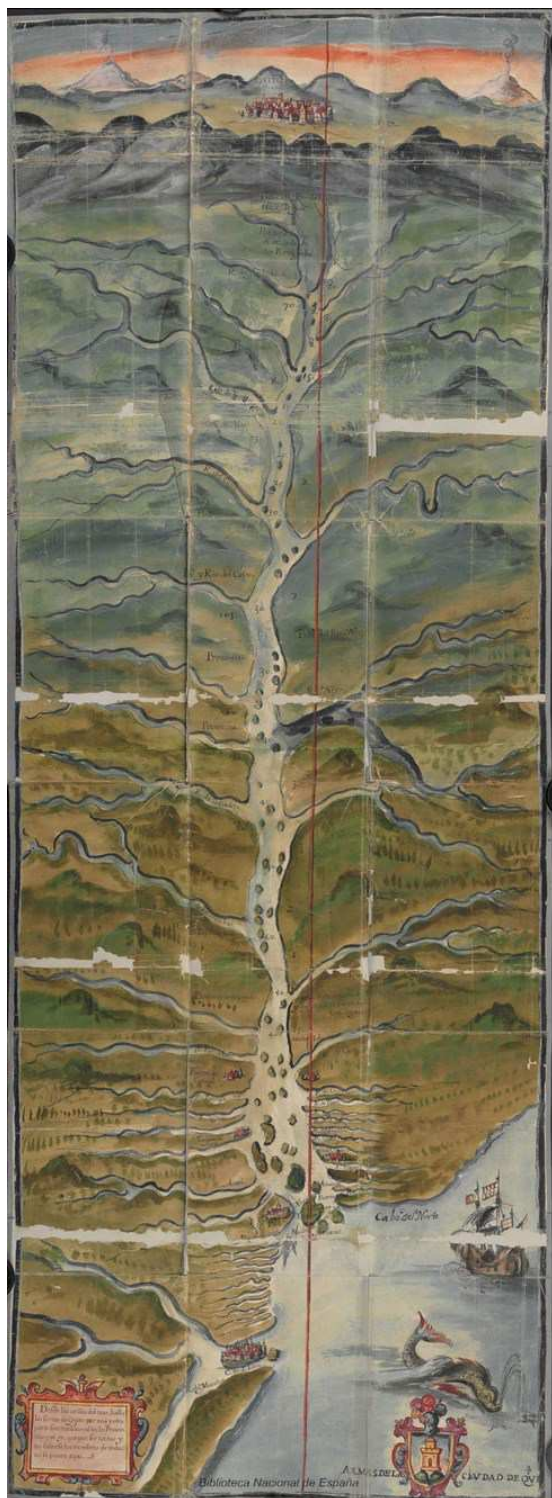
dar seu poder. Graças à expansão agroextrativista iniciada no século XVIII, intensificou-se o comércio, e alguns núcleos ou vilas podem ter tido surtos econômicos. Parece ter sido o caso de cidades das grandes e ricas várzeas, do médio e baixo Amazonas – Belém, Santarém, Parintins e Manaus – com o agroextrativismo do cacau. No início, a exportação do produto sustentava apenas um ou dois navios por ano, mas depois se intensificaram os fluxos e a frequência de viagens para a Europa. (...)

E hoje, o Estado brasileiro cria na Amazônia municípios e suas sedes denominadas cidades, apesar de suas reduzidas populações e os poucos serviços ali oferecidos. Em outras palavras, o Estado cria e mantém inúmeros lugares centrais na Amazônia, certamente não só para atender os habitantes regionais – e de modo insuficiente, diga-se –, mas também para expressar sua presença no controle do território, sua preocupação dominante desde o início da colonização. Essa preocupação central levou à omissão de ações iniciais de justiça social e de desenvolvimento que, estas sim, poderiam ter garantido com muito mais segurança a soberania do Brasil sobre a região.”

BECKER, Bertha. *A urbe amazônida: a floresta e a cidade*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2013, p. 41-44.

1. Segundo a autora, quais os interesses principais da Coroa Portuguesa na ocupação do litoral do Brasil? E da Amazônia?

2. Podemos dizer que os aldeamentos missionários representaram uma convergência de interesses tanto da Igreja Católica quanto do Estado Português? Explique.
3. Bertha Becker percebe uma mudança na política portuguesa para a Amazônia no período do Marquês de Pombal? Qual?
4. A autora percebe continuidades na atual política nacional de urbanização da Amazônia? Quais as semelhanças?



Análise de fonte

Ao longo dos séculos XVI e XVII houve avanços notáveis na cartografia, que tinha uma importância fundamental no processo de colonização da América. O mapa ao lado, intitulado *Descubrimiento del río de las Amazonas y sus dilatadas provincias por D. Martín de Saa-vedra y Guzmán*, foi produzido em 1639. Foi realizado graças à expedição do português Pedro Teixeira pelo rio Amazonas, em 1637, da região de Belém do Pará até a cidade de Quito. Essa rota já tinha sido feita no século XVI por Francisco Orellana, que participou da conquista do Peru na expedição liderada por Pizarro, em 1535.

Com base na imagem, responda:

1. Compare o documento com um mapa atual do norte da América do Sul e comente a que regiões atuais corresponde a representação cartográfica.
2. Qual o elemento principal do mapa? Qual teria sido o objetivo do autor ao evidenciar tal detalhe?
3. No mapa aparecem Belém e São Luís. Qual a importância dessas cidades para a colonização europeia da Amazônia?

Atividades

1. Explique como as urnas funerárias nos auxiliam na compreensão dos modos de vida dos povos ameríndios do período anterior à colonização, citando exemplos.
2. Explique como a Igreja Católica auxiliava a Coroa Portuguesa no processo de colonização.
3. Caracterize a colonização portuguesa da região amazônica no século XVII, explicando as formas de ocupação do território e seus objetivos.
4. Explique quais os objetivos na criação das Vilas de São José de Macapá, Sant'Anna, Vila Vistoza Madre de Deus e Mazagão na segunda metade do século XVIII.

Anotações

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There is no text or other markings on the paper.

CAPÍTULO 2

A Urbanização da Amazônia nos séculos XIX e XX

O Theatro da Paz, inaugurado em 1878 em Belém, é um dos exemplos de construção do período da *Belle époque*. Construído em estilo neoclássico, é um dos maiores e mais luxuosos da região Norte.

Quem mora em Belém ou já visitou a capital paraense deve ter percebido a existência de vários monumentos e estilos arquitetônicos que expressam a existência de um período de prosperidade econômica própria de fins do século XIX e início do século XX. O Theatro da Paz é um exemplo dessa riqueza arquitetônica, assim como o Teatro Amazonas em Manaus; ambos os edifícios foram construídos num contexto histórico conhecido como *Belle époque*, período que, no Brasil, foi caracterizado pelos esforços das elites locais em

“abrasileirar” tendências estéticas europeias, sobretudo na arquitetura, nas expressões artísticas e mesmo na moda.

Esse movimento, porém, não foi sentido em outras partes da Amazônia de maneira igual. Isso porque, tanto em Belém como em Manaus, estavam as elites que adquiriam poder e riqueza com a extração do látex das seringueiras nativas, atividade econômica que por outro lado proporcionava pobreza e opressão por parte dos trabalhadores que se sujeitavam ao duro sistema do aviação para sobreviver.

Esse contexto histórico gerou consequências profundas em nosso processo de urbanização amazônica, que é o que veremos no presente capítulo.

A ascensão da economia gomífera na Amazônia.

O fim da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em 1778 significou um longo período de estagnação econômica



<https://bit.ly/2JAN92q>



Em 1839, o engenheiro norte-americano Charles Goodyear criou o processo de vulcanização da borracha, onde misturando o látex com enxofre sob altas temperaturas conseguia tornar o material mais resistente e durável, possibilitando sua utilização na produção de peças, solas de sapatos, vedações, até sua utilização em pneus.

na região amazônica – e logo estagnação urbana também. Esse contexto mudou a partir de 1850, quando se intensificou a atividade de extração do látex das seringueiras localizadas na Amazônia. O que provocou essa intensificação da extração

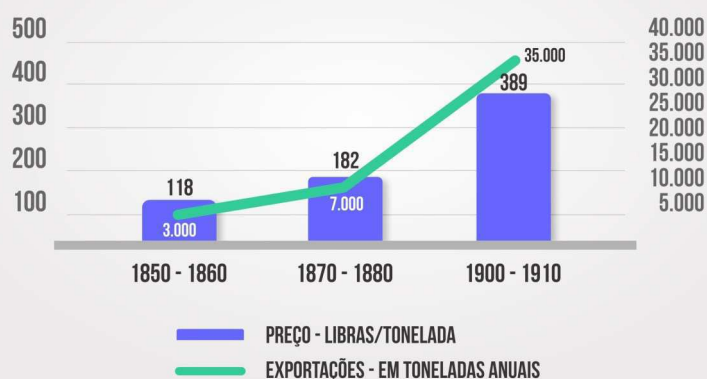
gomífera? Vários fatores nos ajudam a entender esse processo. Um dos motivos é a crescente utilização de **pneumáticos** na indústria internacional, primeiro nas bicicletas e depois com os automóveis. Essa demanda possibilitou o aumento do preço da borracha no mercado internacional, gerando assim o interesse das elites em explorar a extração do látex como atividade econômica. Abaixo você pode visualizar a evolução dos preços da borracha em

libras (moeda inglesa) por tonelada, acompanhada da evolução das exportações desse produto por parte do Brasil em média anual.

Além dessa demanda externa que gerou uma alta nos preços e oportunidades de enriquecimento para poucos, houve também como fator de intensificação dessa atividade a disponibilidade de mão de obra. A partir de 1870, grandes contingentes de migrantes nordestinos começaram a se deslocar para a Amazônia fugindo das grandes secas que aprofundavam ainda mais as grandes desigualdades sociais decorrentes da concentração fundiária e do poder econômico e político dos mandatórios locais.

Atraídos pelas oportunidades de trabalho na extração do látex, esses contingentes iam para as grandes cidades amazônicas –

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS E DAS EXPORTAÇÕES ANUAIS DE BORRACHA DO BRASIL



Fontes: Corrêa (1987) e Petit (2003).

Belém e Manaus – núcleos urbanos que mais se beneficiaram com a economia gomífera, de onde eram encaminhados para o trabalho nos seringais.

Muitos **seringueiros**, ao iniciarem o trabalho, se tornavam prisioneiros do seringal devido ao sistema do **aviamento**, onde o patrão adiantava o pagamento pelo serviço com instrumentos de trabalho e gêneros alimentícios, e não com dinheiro; devido a esse adiantamento dado para que se iniciasse o trabalho e aos preços exorbitantes cobrados por esses itens, o seringueiro entrava numa espiral de dívidas na qual seu trabalho servia apenas para pagamento destas, que apenas aumentavam de forma assombrosa. Assim, o trabalhador era duramente oprimido por essa forma de exploração, além de lutar cotidianamente por sua sobrevivência perante as dificuldades impostas pelo trabalho no interior da floresta amazônica, como doenças, ataques de animais selvagens e o próprio isolamento. Para se ter ideia da mortandade de trabalhadores durante a extração do látex, cálculos recentes chegaram à cifra de cinco mortes por cada tonelada de borracha exportada em fins do século XIX e início do século XX.

Importante saber que a extração do látex era resultado de um amplo e complexo sistema que tinha início em **grandes empresas exportadoras** e culminava nos seringais. No topo dessa cadeia estavam **grandes casas aviadoras** e exportadoras de Belém e Manaus que financiavam a extração nos seringais através do abastecimento de alimentos e ferramentas às **casas aviadoras menores**, que ficavam em povoados próximos aos seringais.

Por sua vez, estas casas aviadoras menores mantinham relações econômicas com os **seringalistas**, que aviavam os seringueiros através do regime de barracão, onde se davam as relações de endividamento compulsório destes trabalhadores, que por sua vez deviam entregar o produto de seu trabalho no barracão aos seringalistas, que repassavam aos pequenos aviadores até chegar às grandes

Processo de defumação do látex pelo seringueiro. Em contato com a fumaça, o látex endurece, formando grandes bolas que eram entregues ao barracão.



<https://bit.ly/2r9o72M>



Bolas de borracha, na Estação de Abunã da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, Município de Porto Velho (atual Rondônia), em 1911. Após a entrega das bolas de borracha no barracão, o material seguia para as casas aviadoras de Belém e Manaus, que os exportava.

casas aviadoras que em seguida exportavam o produto para os mercados ingleses, norte-americanos e de outros países.

Essa rede comercial possibilitou o desenvolvimento urbano amazônico; houve, por exemplo, a elevação de Manaus a núcleo urbano central da Amazônia Ocidental, a ponto de competir com as elites paraenses localizadas em Belém que aumentaram suas fortunas pessoais com o lucrativo comércio gomífero. Devido a isso, ocorreu a criação da Província do Alto Amazonas em 1852 com a sua separação da Província do Pará, gerando uma maior articulação do comércio da borracha em favor de Manaus, capital da nova província, que de 1901 a 1909 exportou mais toneladas do produto do que Belém, com exceção do ano de 1906.

Não só a exportação do látex revigorou essas cidades, como também a extração no interior possibilitou o surgimento de núcleos de povoamento, em geral às margens dos rios, como Manicoré no rio Madeira, Xapuri e Brasileia no alto Purus e Ipixuna, Feijó e Cruzeiro do Sul no alto Juruá, assim como a própria cidade de Rio Branco, que é atualmente a capital do estado do Acre. Núcleos urbanos já existentes também tiveram novo surto de crescimento, como Santarém, Óbidos, Itacoatiara e Parintins.

Os lucros gerados com as exportações possibilitaram o investimento em melhorias urbanas, como as já citadas no início do capítulo, além da infraestrutura em transportes que eram direcionados, sobretudo, às exportações. Nesse contexto surgiram,

em 1853, a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas onde se introduziu a navegação a vapor na região amazônica, e em 1874 surgiu a *Amazon Steamship Navigation Company Limited*, de capitais ingleses. Perceba que até então as “estradas eram os rios” na Amazônia, daí o interesse inclusive estrangeiro em desenvolver os transportes fluviais na região.

Outro efeito do surto econômico da borracha foi o declínio da atividade agrícola, o que gerou a estratégia do Estado de fundar colônias com o intuito de revigorar essa produção. Embora as tentativas de atração de migrantes estrangeiros para esse fim tenham resultado em fracasso, novos núcleos acabaram sendo criados co-

mo Benevides, Castanhal, Ananindeua e Capanema, entre outros.

Macapá, por sua vez, não passou por um surto econômico e urbanístico significativo, embora boa parte de sua população se dedicasse à extração de látex e castanha, além da cidade servir como entreposto comercial da produção gomífera que vinha da ilha de Marajó e adjacências em direção a Belém – sendo por isso a então Vila de Macapá elevada à condição de cidade em 1856. A extração desses produtos, por outro lado, gerou relações de poder significativas em Mazagão, onde o coronel e seringalista José Júlio de Andrade exercia forte influência econômica e política através de um rigoroso mandonismo local. Sua

Manaus também passou por um processo de melhorament os urbanos, que eram, porém, restritos a poucos. Abaixo a imagem do Teatro Amazonas, símbolo da Belle époque amazonense.



<https://bit.ly/2HDxj6u>

propriedade fundiária estendia-se pelo vale do rio Jari, onde igualmente explorou o trabalho dos seringueiros através do regime de aviamento entre 1898 e 1948.

A exploração da borracha e os povos ameríndios

Se por um lado a extração da borracha propiciou o desenvolvimento urbano, por outro foi extremamente danoso aos povos ameríndios que sofreram várias formas de violência ao longo do *boom* gomífero.

No início, foi o endividamento com mercadores. No caso dos **mundurucus** da região do rio Tapajós, os próprios indígenas coletavam o látex e o vendiam por conta própria, porém criavam dívidas eternas com os regatões – embarcações que trafegavam pelos rios amazônicos vendendo e comprando mercadorias – que

lhes vendiam produtos a preços muito superiores aos praticados no mercado regular. Outros povos entravam em relação semelhante de trabalho e endividamento, como os **paumaris** do rio Purus, os **catavixis** do rio Juruá e os **jurunas** do rio Xingu.

À medida que a exploração gomífera avançava sobre a floresta, conflitos começaram a surgir entre nações indígenas e seringueiros, devido aos contatos violentos que começaram a ocorrer. As populações indígenas eram a principal mão de obra nessa exploração antes da adoção dos trabalhadores migrantes nordestinos; a partir da década de 1860 já se registravam casos de mercadores que aprisionavam famílias indígenas, obrigando os homens a coletar o látex enquanto suas esposas e filhos eram mantidos reféns. Mais tarde, já com a migra-

Várias ações violentas foram empreendidas contra aldeias que não se submetiam ao trabalho, ou em retaliação a ataques feitos por grupos que tentavam defender seus territórios. Na região do rio Juruá, uma aldeia **catuquina** foi atacada por um grupo de vinte homens armados de rifles que atacaram a maloca da aldeia ao amanhecer. Alfredo Lustosa Cabral relata: “Com gritos de alarme os índios chegaram correndo das duas portas [da maloca], e nesse momento os tiros mortais dos atacantes deitou-os por terra. Grande foi a mortalidade, mas muitos conseguiram fugir. Aproximando-se da maloca [os invasores] conseguiram agarrar umas quinze crianças com idades entre oito e dez anos: não levaram as mais novas. Na jornada de volta, os prisioneiros puseram-se a gritar. Foi necessário abandoná-los, deixá-los perdidos e amarrados com corda. Alguns [dos homens] praticaram selvageria, arrancando o alto das cabeças das crianças a bala”.

ção nordestina, mulheres eram raptadas das aldeias para servir nos barracões.

Em resposta a essas ações violentas, nações indígenas optavam por afastar-se das áreas de exploração da borracha, como os **muras** da região do rio Madeira que após travarem várias lutas em 1849 e 1852 contra os exploradores, migraram para regiões de lagos e bancos de areia pantanosos. Outros povos, como os **parintintins**, também do rio Madeira, entraram em guerra contra seringueiros a partir de 1852, efetuando ataques a vários lugares de exploração da borracha.

Nem mesmo os mundurucus do Tapajós, convencidos a lutarem contra os parintintins, conseguiram conter o ímpeto guerreiro desse povo que conseguiu se estabelecer no rio Machado a salvo dos empreendimentos da economia da borracha. Também se registraram conflitos entre seringueiros e **asurinís**, da floresta entre os rios Xingu e Tocantins, e **jurunas** do rio Xingu.

Outros povos não tiveram a mesma trajetória e acabaram sendo forçados ao trabalho extrativista, ganhando muito pouco ou nada. Os **tucunas** da região de Taba-



<https://bit.ly/2KBhKC8>

tinga, conhecidos por suas máscaras e danças rituais, eram forçados a trabalhar na caça, pesca e coleta de produtos da floresta, sendo muitas vezes vendidos como escravos. Chegaram mesmo a ser recrutados à força para lutar na Guerra do Paraguai (1864-1870), sendo que os poucos sobreviventes voltaram trazendo uma epidemia letal de varíola. A escravidão indígena perdurou também ao longo dos rios Içá e Japurá, afluentes do rio Solimões, assim também como entre os **miranhas** de Tefé.

Quase nada foi feito para evitar tais ações contra os povos ameríndios da parte dos representantes do Estado brasileiro; as poucas medidas tomadas eram casuais e com pouca eficácia. Em 1882, o presidente da Província do Amazonas visitou o rio Acre e,

**Máscara
Ticuna,
exemplo da
rica
diversidade
cultural dos
povos
indígenas.
Está
localizada no
Acervo de
etnologia
indígena do
Museu
Nacional/
UFRJ, no Rio
de Janeiro.**

Havia grupos ameríndios que também escravizavam outros grupos para trocá-los por mercadorias e armamentos. O viajante francês Jules Crevaux encontrou em 1879 **carionas caraíbas** no lado colombiano do rio Japurá que invadiam aldeias e capturavam seus moradores para vender como cativos, munidos de armas de fogo e sabres de cavalaria. Crevaux conta em seus relatos que “uma criança de peito vale uma faca americana; uma menina de seis anos vale uma machete (um tipo de facão) ou, às vezes, um machado; um índio ou índia adultos valem uma arma de fogo. Assim armados, esses índios fazem incursões nos rios próximos e atacam seus habitantes, que só dispõem de arcos e flechas para defender-se. Matam todos que resistem e levam os demais como prisioneiros que serão transportados rio abaixo para os mercadores de carne humana.

constatando a violência cometida através da perda de suas terras, pelo seringueiro Leonel Antônio da submissão de sua força de trabalho, das doenças, da destruição indústrias do rio Purus – que resultaram em mais de cinco aldeias destruídas e cerca de duzentas pessoas mortas, entre homens, mulheres e crianças – determinou o envio de dez soldados, um juiz e um promotor para julgar e punir os culpados.

Em 1898, o então governador do Amazonas, Pires Ferreira, ao receber o relatório do engenheiro Almeida Braga, admitiu a responsabilidade dos seringueiros

nos conflitos com aldeias indígenas, concluindo que a “exploração do índio é quase uma escravidão e só uma energia quase férrea poderá fazer parar essa anormal situação”.

Assim como em outros momentos da história do Brasil, os povos indígenas sofreram o lado perverso da economia capitalista,

Apesar do declínio da economia da borracha, como veremos adiante, anos depois os povos ameríndios voltaram a sofrer as péssimas consequências da expansão das atividades produtivas na Amazônia, dessa vez através dos grandes projetos econômicos e de colonização empreendidos a partir da década de 60 do século XX, no período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985).

O declínio econômico da borracha

O surto da economia gomífera começou a declinar a partir de 1912, sobretudo devido à concorrência com a produção asiática. Ao contrário da produção amazônica em que ainda estavam

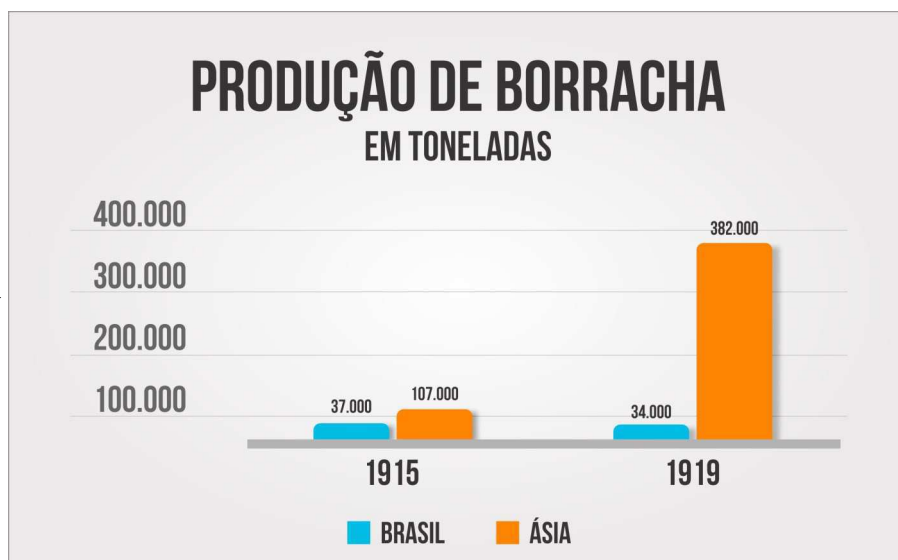
presentes características pré-capitalistas de produção como o sistema de aviamento e a coleta extrativista em árvores dispersas pela floresta, na Ásia se produzia a borracha através do controle da mão-de-obra e com a utilização de modernas técnicas agronômicas que possibilitavam uma produção maior de látex por área. Dessa forma, a participação da borracha brasileira no comércio internacional perdeu cada vez mais espaço devido à produção asiática, como se percebe pelo gráfico abaixo.

Acompanhado da queda dos preços internacionais, a concorrência asiática foi a principal causa externa para o retorno da economia amazônica para a estagnação. As divisões internas da elite política regional, a falta de capitais em circulação devido ao sistema de aviamento e a falta de investimento em industrialização foram causas internas para a estagnação econômica e urbana da Amazônia.

O novo surto de exploração gomífera causado pela chamada “Batalha da Borracha” entre 1941 e 1945, incentivada pelo Governo Federal em prol do esforço

de guerra – a presença militar japonesa havia inviabilizado a utilização das seringueiras asiáticas neste período –, porém, não foi suficiente para dar um novo impulso econômico significativo à região. Após o término do conflito bélico mundial, uma parte dos chamados “soldados da borracha” voltaram à região nordeste, ficando, porém, uma parcela considerável desses trabalhadores em Manaus e Belém. Em 1960, essas duas cidades concentravam juntas mais de 50% da população de toda a Amazônia, em decorrência sobretudo desse fluxo originado nos seringais.

O abandono dos seringais e o êxodo rural para essas cidades ressaltou ainda mais esta estagnação econômica. Nos antigos seringais, agora abandonados, foi estimulada a agricultura de subsistência, objetivando libertar os se-



Fonte: Corrêa (1987).

Janary Gentil Nunes, primeiro governador do Território Federal do Amapá. Sua administração foi marcada pelo paternalismo político, e pela perseguição a opositores.



<https://bit.ly/2HYapdk>

ringalistas das amarras das grandes casas aviadoras, afetando assim a rede urbana que ainda dependia dessa estrutura de dependência causada pelo sistema de aviamento.

Ainda no contexto da década de 40, quando se tentou criar novo surto econômico com a Batalha de Borracha, partes dos estados do Amazonas e do Pará foram desmembrados para a criação dos Territórios Federais do Amapá, Rio Branco (atual Roraima) e Guaporé (atual Rondônia), por motivos de ordem político-estratégica, dos quais se ressaltava a importância de integrar estas regiões ao restante do Brasil para melhor proteger as fronteiras de potenciais ameaças externas. O processo de federalização destas fronteiras pôde, dessa forma, gerar nestas regiões específicas novos surtos de urbanização com a criação desta vez não de novas atividades econômicas, e sim de novas funções urbanas que faziam parte das ações governamentais que agora passavam a existir nos territórios federais.

Estas novas unidades administrativas tiveram

em comum o discurso modernizador e o afluxo de pessoas: a população das novas capitais territoriais – Macapá, Boa Vista e Porto Velho – passaram de 10.503 habitantes em 1940 para 34.287 em 1950, o que representou um crescimento de 226,44%, altíssimo para a região, sobretudo no período em questão. Assim, caro leitor, você percebe à primeira vista que muita gente migrou para estas regiões em busca de novas oportunidades de vida, o que, porém, não podia ser assegurado a todos num espaço de tempo tão curto. Foi o que aconteceu com Macapá na década de 1960.

Macapá e o projeto de modernização na fronteira

O Território Federal do Amapá foi criado em 13 de setembro de 1943, no contexto político da ditadura do Estado Novo (1937-1945). Para o governo da nova unidade administrativa foi escolhido o capitão **Janary Gentil Nunes**, militar paraense que conhecia a região por ter servido no pelotão de Clevelândia do Norte (Oiapoque) entre 1936 e 1937; o mesmo foi responsável pela articulação política de mudança da capital do Território do município

de Amapá para Macapá, onde se instalou o novo governo territorial.

É importante destacarmos que antes mesmo do projeto de criação do Território Federal do Amapá pelo governo federal, já havia sido feita por parte dos moradores da região uma petição direcionada ao então presidente da república Epitácio Pessoa em 1920, na qual se solicitava o desligamento do estado do Pará e a elevação da região a condição de Território Federal. Os moradores colocavam o abandono da região pelo governo estadual e a abundância de riquezas minerais e naturais como principal justificativa para o pedido.

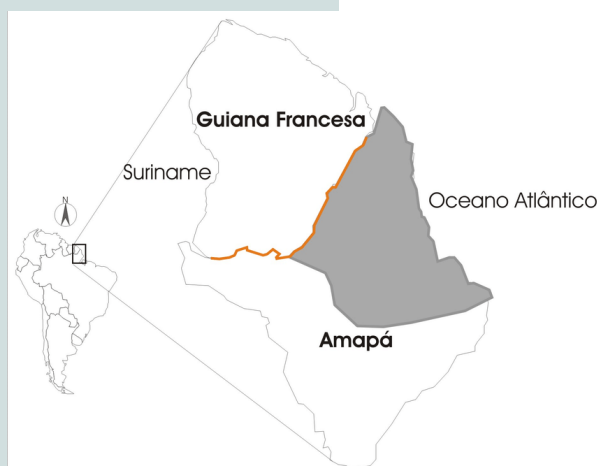
Outro aspecto para a criação do Território Federal era a política de direcionamento das migrações para a área. O fato de a Amazônia ter regiões densamente povoadas (como Manaus e Belém) em contraste com áreas pouco povoadas preocupava o governo federal, que desejava, além de redistribuir essa população, garantir o povoamento, sobretudo de áreas fronteiriças, fazendo assim com que a fronteira econômica coincidissem com a fronteira política.

A instalação do Governo

O contestado franco-brasileiro e o mito Cabralzinho.

Desde o período colonial, mais exatamente com o Tratado de Utrecht de 1713, havia disputas entre Portugal e França acerca da posse da região entre os rios Oiapoque e Araguari. Embora o Tratado afirmasse que o limite entre as duas colônias fosse o rio Vicente Pinzón, a França argumentava que o dito rio era o mesmo Araguari, enquanto Portugal defendia que o rio Vicente Pinzón era o mesmo Oiapoque. O litígio continuou durante a monarquia que assumiu o poder no Brasil em 1822, a ponto de em 1841 a área ser declarada neutra, ou seja, sem jurisdição nem brasileira tampouco francesa. A situação aprofundou a atração de escravos fugitivos que fundavam na região **quilombos** e **mocambos**, além de desertores do exército e outros grupos que buscavam na área neutra um refúgio contra a opressão do Impé-

Mapa do atual estado do Amapá e da Guiana Francesa, com destaque para a área do Contestado Franco-Brasileiro e o atual limite entre os dois territórios.



<https://bit.ly/2KjoMV7>

rio do Brasil, a ponto de em 1884 sair a Cabral, conhecido como Cabralzinho. notícia nas imprensas brasileira e francesa de que dois franceses, o cientista Henri Coudreau e o novelista Jules Gros, teriam fundado na área a **República do Cunani**, com sede em Paris. Em 1887 o governo francês acabou com a “republiqueta” após pagar proventos financeiros aos aventureiros. A situação, porém, se acirrou a partir de 1893, quando foi encontrado ouro nos vales dos rios Cassiporé, Amapá Grande e Calçoene, o que atraiu uma quantidade considerável de garimpeiros e aventureiros tanto brasileiros quanto franceses. Prejudicados, povos indígenas como os Palikur tiveram que migrar fugindo da “febre do ouro”, se instalando às margens do rio Urucaú. Um governo misto de brasileiros e franceses foi formado para administrar as regiões de garimpo de ouro, porém uma revolta depôs Eugene Voissien que privilegiava garimpeiros franceses; um triunvirato (governo de três pessoas) foi formado para governar: Desidério Antonio Coelho, o cônego Domingos Maltez e Francisco Xavier da Veiga

Imagem mais conhecida de Veiga Cabral. Apesar de ser representado com tais trajes, Cabralzinho não era militar.



Este último passou a exercer um poder pessoal sobre as vilas, através de milicianos que extorquiam a população com pesadas taxas e impostos. Ao mandar prender Trajano, um ex-escravo de Carimbatá que estaria exercendo seu poder em nome de Caiena na Vila do Cunani, uma tropa francesa foi enviada para a Vila do Espírito Santo do Amapá a fim de prender Cabralzinho e libertar Trajano e outros cidadãos franceses que teriam sido presos sob ordens do mandado datário. Houve um conflito armado entre estes e 13 milicianos brasileiros resultando na morte do capitão Lunier, de um sargento e doze soldados; após o conflito, a força militar francesa arrombou e incendiou várias casas, deixando trinta e três moradores mortos e vários feridos. O massacre repercutiu na imprensa internacional, forçando Brasil e França a entrarem num acordo sobre o pertencimento definitivo da região, levando à decisão final da questão em dezembro de 1900, sob arbitramento suíço, através da defesa da causa brasileira pelo Barão do Rio Branco. Cabralzinho, porém, entrou na história como herói nacional – a República que surgiu no Brasil em 1889 ainda carecia de apoio popular e viu na figura de Cabralzinho uma manifestação de “brasilidade” capaz de atrair a simpatia das classes populares.

Discutindo o texto:

“Os abaixo assignados, fazendeiros, commerciantes, funcionários civis, artistas, operários e representantes de todas as classes populares, com residência fixa no município de Montenegro, Ex-Amapá, no Estado do Pará, cansados de supportar a incúria, o desleixo, o esquecimento e o abandono dos dirigentes públicos por este feracíssimo trecho da patria que o Laudo de Berna em 1 de Dezembro de 1900 integrou no Território Nacional, vêm respeitosamente pedir a V.Ex. que, tomando a União o encargo de povoar e desenvolver as forças naturais da região, faça uma administração totalmente federal, a exemplo do que o governador do paiz praticou no território do Acre. (...)”

O Amapá, exmo. Sr. Presidente, tem uma superfície de 64.000 kilometros quadrados e é a região mais rica do Pará, senão de todo o Brasil. Campos extensos navegaveis, montanhas, terras fertilissimas e clima ameno, é extraordinariamente rico. Alli se encontra do ouro à platina, do carvão ao ferro, do cobre á prata, do enxofre ao antimônio, da pedra calcarea ao diamante preto. As suas mattas contêm as melhores e mais preciosas madeiras do mundo. Os seus lagos são inextinguíveis viveiros de peixes de todas as qualidades, sendo opulentíssima igualmente a sua fauna.

A falta de assistência publica nada se desenvolve, nada se faz. Entretanto, os creoulos francezes retiram anualmente toneladas do pau rosa e outras madeiras, além de ouro de alluvião. A pecuaria, em inicio, apresenta já

uma cifra de 30.000 rezes, além de gado de outras especies, o que demonstra um dos lados de abundancia do município.

Nós, exmo. sr., precisamos de navegação rapida e commoda, de estradas de rodagem, de vias férreas, de telegrafo, de escolas, de fabricas, de colonias e patronatos agricolas, de administração, e só o Governo Federal será capaz de isso realizar. Temos carência de braços, pois, é irrisório dizer-se que a população de todo o município, incluindo estrangeiros, não vae além de 3.500 pessoas! Temos, sobretudo, necessidade de organização politica e só ao influxo do Governo Federal poderá este condor descerrar as azas manietadas e em surtos de progresso e em altos remigios ser uma das constellações mais fortes da nossa Patria.

Assim exposta, em linhas geraes, a nossa e a situação desta zona feracíssima, os peticionários, appellando para o patriotismo do exmo. sr. dr. Epitacio Pessoa, Presidente da República, aguardam confiantes a sua acção e E. E. Justiça”.

1. Destaque os argumentos utilizados no documento que justificavam a elevação da região a condição de Território Federal.

2. Analisando as reivindicações presentes na carta, podemos confirmar que o documento foi de fato escrito por “todas as classes populares”? Justifique.

3. Aponte qual aspecto é mais destacado com relação às riquezas do território, e explique o porquê desse destaque com base na história da ocupação da região.

Territorial em Macapá no ano de 1944 trouxe profundas mudanças para a cidade, a começar pela população, como se vê pelo gráfico abaixo.

Como uma população de cerca de duas mil pessoas saltou para quarenta mil num espaço de tempo tão pequeno? Sobretudo através da migração. As pessoas, oriundas em sua maioria de regiões da zona rural do território, do estado do Pará e dos estados do nordeste brasileiro, eram atraídas pelas promessas de emprego, sobretudo nas obras públicas que eram construídas para o funcionamento da administração territorial, de serviços públicos e de residências do alto funcionalismo, como secretários e chefes de departamentos.

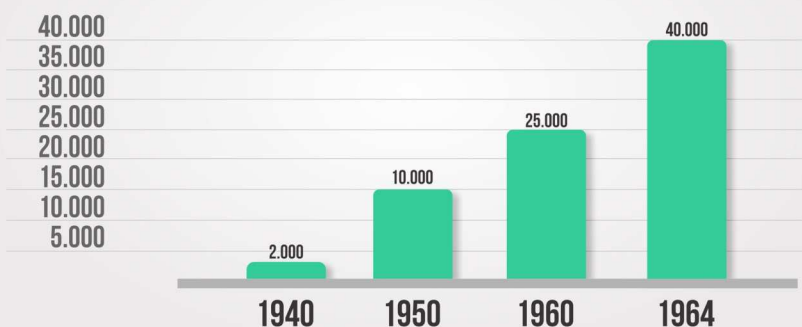
Existia a ideia de construir uma nova Macapá, uma Macapá moderna que se tornasse símbolo

do triunfo dos objetivos governamentais: a vitória da modernidade sobre o atraso, da civilização sobre a barbárie, do homem sobre a natureza. Por isso que as construções que existiram nas décadas de 40 e 50 foram importantes nesse aspecto propagandístico, e assim uma das primeiras medidas no plano da urbanização da nova Macapá foi o deslocamento das populações negras que habitavam o centro histórico da cidade para regiões suburbanas conhecidas como Laguinho e Favela.

Grande parte da população encontrada por Janary Nunes e demais membros do governo territorial era negra, unida pela devoção ao Divino Espírito Santo e à Santíssima Trindade e pelo festejo do **Marabaixo** que tinha na antiga

Igreja de São José seu lugar central no rito religioso, e as casas dos festeiros como centro dos momentos festivos. Sem condições de adequar suas residências às novas condições impostas pela política de urbanização – as antigas casas de madeira deveriam ser reformadas em alvenaria – os primeiros habitantes da capital do Território foram obriga-

AUMENTO POPULACIONAL DA CIDADE DE MACAPÁ 1940 - 1964



dos a se retirar, recebendo em doutô.

troca lotes de terra em áreas mais (...)

distantes que não possuíam nenhum tipo de beneficiamento, como água encanada, energia elétrica tampouco ruas e avenidas. Benedito Lino, afilhado, logo se pôs a pensar:/ ‘meu Deus, com tanta criança, aonde eu vou me agasalhar?’”

Para esse objetivo, o Governo Territorial contou com o apoio de lideranças do festejo do Marabaixo, como o líder comunitário Julião Ramos. Nem todas as famílias concordaram com a saída. Porém, diante de um poder considerado superior, tais moradores não viram outra solução senão a de sair de suas casas em busca de uma nova vida nos arredores da Macapá que nascia. Essa passagem dolorosa ficou registrada nos versos do ladrão (como são chamadas as canções de Marabaixo) chamado “Aonde tu vai rapaz”, no qual se canta:

“Aonde tu vai rapais por esses campo sozinho/ vou construir minha morada lá nos campo do Laguinho [sic]

(...)

Pelo jeito que eu estou vendo, nós vamos ficar sozinhos/ uns vão para a Favela e outros vão para o Laguinho.

(...)

A Avenida Getúlio Vargas tá ficando que é um primor/ essas casas foram feitas p’rá só morar

Os ladrões de Marabaixo têm em comum a característica de relatarem situações do cotidiano. Em “Aonde tu vai rapaz”, vemos o relato da saída das famílias do centro da cidade; nos versos em questão, vemos a questão da separação das famílias (entre os que foram morar no Laguinho e os que foram para a Favela), a construção das casas dos altos funcionários do Governo Territorial (que em boa parte foram residir na Vila Presidente Vargas) e a preocupação das famílias em conseguir um novo lar para irem com

O Marabaixo é uma festa tradicional que remonta ao período colonial. Na foto, Mestre Julião Ramos e os dançadores do Marabaixo em Macapá, década de 50.



<https://bit.ly/2jdgcoY>



<https://bit.ly/2r8QKNM>



Nas décadas de 40 e 50 Macapá era um canteiro de obras. De cima para baixo: construção do Grupo Escolar Barão do Rio Branco (1944), Mercado Central (1952) e fachada do Hospital Geral (década de 1950).

<https://bit.ly/2HA1hMT>



seus filhos.

Feita a remoção das famílias, o próximo passo foi a construção de obras públicas objetivando a modernização de Macapá. O grande número de obras resultou no aumento da demanda de trabalhadores, o que atraiu um grande fluxo de migrantes para a capital do território. A chegada de tantos migrantes, por sua vez, provocou o aumento da cidade e

Discutindo o texto:

Em 1954, o cantor e compositor Luiz Gonzaga veio a Macapá. Conhecido por visitar partes do Brasil gravando amostras de canções populares, o artista teve contato com o Marabaixo, chegando a gravar o ladrão *Aonde tu vai rapaz*. Ele, porém, fez uma modificação significativa: inseriu a estrofe “as ruas de Macapá estão ficando um primor/ tem hospitais, tem escolas pr’os fio dos traibaíadô/ mas as casas que são feita/ é pra só morar os doutor (sic)”.

Reflita e responda:

1. Compare a versão cantada por parte da população negra de Macapá e a cantada por Luiz Gonzaga. Quais as diferenças?
2. Na sua opinião, a modificação feita por Luiz Gonzaga foi propo-sital? Com qual objetivo?

ampliação e criação de novos bairros, como o Igarapé das Mulheres, (doca da) Fortaleza e Trem. O centro administrativo ficava no Bairro Alto, enquanto os funcionários públicos residiam na Vila Presidente Vargas.

Essas novas famílias que constantemente chegavam em Macapá muitas vezes eram recebidas por familiares, amigos e mesmo membros da mesma igreja. A falta de moradias para estes migrantes e a falta de empregos – as obras públicas não conseguiam absorver todos os trabalhadores que chegavam – faziam com que as pessoas se unissem por laços de solidariedade para enfrentamento das dificuldades cotidianas. Embora o objetivo do governo federal de povoar esta região pudesse ser dado como cumprido, esse povoamento não significava a integração de todos os moradores aos benefícios da prometida modernidade.

Havia várias formas destes moradores se aliarem contra as inseguranças cotidianas, e entre essas formas havia sempre a **confiança mútua** como princípio. Por isso, a vizinhança sempre foi importante como lugar de trocas e ajuda mútua.

Link com a
canção

“Aonde tu vai
rapaz”:

[https://
bit.ly/2KIVdoY](https://bit.ly/2KIVdoY)

Em situações de agressões que aconteciam no interior dos lares – que podiam ser desde casas até quartos alugados de forma precária –, os vizinhos eram acionados para o socorro das vítimas até a chegada das forças da Guarda Territorial.

Diante da carestia dos preços dos alimentos a que se destinava boa parte dos salários escassos dos trabalhadores, a venda (con)fiada era, muitas vezes, utilizada nos pequenos comércios, onde as vendas eram anotadas num pequeno caderno para posterior pagamento. Além disso, nestes ambientes, as relações de compadrio extrapolavam o significado religioso, uma vez que além desse acompanhamento por parte dos padrinhos e madrinhas de seus afilhados também era exigido a garantia do cuidado daqueles em situações de necessidade dos pais, ou mesmo de sua morte; essa era, talvez, uma das formas mais resistentes de ajuda mútua.

Entre as casas dessas famílias mais pobres não havia cercas, e era comum encontrar as portas abertas, onde os vizinhos entravam sem cerimônia. Se por um lado, as relações de troca baseada na confiança eram um compromisso ético, por outro, negar essa relação podia ser uma grande ofensa, chamada de “desfeita”. “Fazer desfeita” era uma grande ofensa, pois significava uma quebra ou negação da confiança mútua, o que, como vimos, era muito importante no cotidiano de tais famílias. Nesse contexto, ser considerado indigno de confiança chegava a ser perigoso para a própria sobrevivên-

cia.

Esses laços de solidariedade eram responsáveis por criar entre os moradores uma identidade comum, criando neles um sentimento de pertencimento a uma comunidade, onde tais relações de solidariedade mútuas serviam como força aglutinadora, ao que muitas vezes eram somadas as experiências religiosas.

As migrações continuaram nas décadas seguintes, provocadas não apenas pelas promessas de emprego como também pela procura de atendimento nos serviços públicos nas áreas da educação e saúde que se concentravam na capital. Embora houvesse esforços governamentais na descentralização desses serviços com a construção de escolas e postos de saúde em outros municípios, esses não eram suficientes para a crescente demanda; por isso que na década de 60 houve o surgimento de novos bairros: Pacoval, Santa Rita, Jesus de Nazaré, Beírol e Buritizal.

Estes bairros surgiram às margens da modernidade que beneficiava poucos e, justamente por isso, são lugares onde as relações de solidariedade tiveram papel importantíssimo para o estabelecimento e a sobrevivência dos moradores. Aliado a novas formas de religiosidade como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), tais bairros foram marcados em sua gênese por uma forte identidade de comunidade. É o caso do bairro do Buritizal, que veremos no próximo capítulo.

Resumindo:

A urbanização da Amazônia durante o século XIX foi fortemente marcada pelo contexto econômico da exploração da borracha através do sistema de aviaamento. Complexas redes de dependência se formaram ligando grandes cidades – Manaus e Belém – a pequenas localidades onde a mão de obra dos seringueiros era explorada. O surto econômico gomífero propiciou por um lado inovações urbanas no contexto da *Belle époque*, mas por outro não gerou formas novas de relações de trabalho, o que acabou por desencadear novo declínio econômico e urbanístico com a crise da borracha provocada, entre outros motivos, pela concorrência com a borracha asiática

produzida segundo técnicas modernas e conduzida pela racionalidade capitalista.

Macapá seguiu esse contexto de crise, estagnando-se até a instalação do governo territorial que a partir de 1944 conduziu uma série de reformas urbanísticas visando transformar a cidade num símbolo da modernidade. As crescentes migrações, embora resolvessem o problema do relativo despovoamento da área, não garantiram o acesso dos novos moradores a essa modernidade prometida, restando aos trabalhadores as relações de solidariedade entre vizinhos como forma de sobrevivência frente às dificuldades cotidianas.

Frente às contínuas migrações surgiram novos bairros, como o Buritizal.

Leitura complementar**“A Amazônia belepoqueana**

Filme dirigido pelo cineasta alemão Werner Herzog, *Fitzcarraldo* nos remete à Amazônia do final do século XIX — no apogeu da exploração da borracha. A primeira cena apresenta a chegada de Fitzcarraldo (papel interpretado por Klaus Kinski) no Teatro Amazonas, em Manaus. Amante das performances do tenor italiano Enrico Caruso, este protagonista alentava o sonho de erguer uma casa de ópera na cidade peruana de Iquitos.

Na Amazônia belepoqueana, a ópera era um deleite para poucos. Os barões da borracha e suas acompanhantes apinhavam-se dentro dos teatros para assistir os

espetáculos operísticos. À porta ficavam os que não podiam pagar para entrar: os escravos e os pobres em geral. Naquelas noites glamorosas, os requintes da modernidade europeia pareciam justificar toda a miséria gerada pela exploração dos seringueiros.

Seringalistas e donos de casas aviaadoras eram novos ricos numa sociedade em que o prestígio e o poder político estavam nas mãos de oligarcas rurais (latifundiários que investiam na agricultura e na pecuária). Contrariando a argumentação de que havia um antagonismo absoluto entre os grupos da elite paraense oitocentista, Cristina Cancela, na tese de doutorado intitulada *Casamento e relações*

familiares na economia da borracha, afirma que os ricos comerciantes ligados à exploração dos seringais e os tradicionais proprietários de terras frequentemente estabeleceram alianças matrimoniais. (...)

Cancela também aponta para o aparecimento de novas formas de investimento das fortunas dos paraenses endinheirados: além de ações e seguros, os ricos passaram a investir na aquisição de terrenos (e de casas) nas áreas suburbanas da capital, visando ganhos com aluguéis e especulação imobiliária. Isto acelerou o surgimento de novos bairros na Belém da virada do século XIX para o XX: Nazaré, Jurunas, Umarizal, Batista Campos e Marco.

No livro *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*, a historiadora Maria de Nazaré Sarges destaca que o governo paraense, utilizando a riqueza criada pela exploração do látex e recolhida na forma de impostos, promoveu a reorganização do espaço urbano belenense. Foi, sobretudo, o intendente Antonio Lemos quem buscou a higienização e o embelezamento des-

ta urbe. O modelo seguido era o parisiense, com prédios em estilo *art nouveau*.

Neste período, muitos migrantes cearenses ingressaram nas camadas mais pobres de Belém e passaram a trabalhar nos setores de serviços e construções. Este novo surto populacional aumentou os contrastes sociais desta cidade e a preocupação do governo com o aparecimento de epidemias como a varíola.”

CAMBRAIA, Paulo; LOBATO, Sidney. *Rios de histórias: ensaios de história da Amazônia e do Amapá*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013, p. 86-87.

1. Podemos dizer que riqueza e pobreza surgiram juntas em Belém durante o século XIX? Justifique.

2. Que relações podem ser apontadas entre a economia da borracha e o desenvolvimento urbano de Belém?

Exercícios

1. Faça um organograma em seu caderno explicando o sistema de aviamento.
2. Podemos dizer que a exploração de trabalho através do aviamento impossibilitou um desenvolvimento econômico sólido na Amazônia? Justifique.
3. Explique a frase, citando exemplos: “fatores econômicos e políticos foram res-

ponsáveis pelos surtos de urbanização na Amazônia”.

4. Podemos dizer que a modernidade prometida pela cidade de Macapá era restrita a poucas pessoas nas décadas de 40 e 50? E atualmente? Explique.

5. Como as pessoas mais pobres de Macapá enfrentavam as dificuldades cotidianas? Explique citando exemplos.

CAPÍTULO 3

Povoamento e estratégias de sobrevivência no bairro Buritizal

Com a instalação do Território Federal do Amapá houve um crescente movimento de migrações rumo a Macapá. A vontade de encontrar melhores condições de vida na capital guiou várias famílias que, saídas de regiões rurais do interior do Território, do Pará e de estados do Nordeste, largavam a vida rural para adotar

um estilo de vida urbano; nesse contexto surgiram no decorrer da década de 60 os bairros Pacoval, Santa Rita, Jesus de Nazaré, Beírol e Buritizal, além do chamado Aglomerado da Vacaria (atual bairro Santa Inês) e Jacareacanga (parte do atual bairro Jesus de Nazaré).

As dificuldades cotidianas,

Imagem de Macapá em 1964, extraída do livro *Atlas do Amapá*, publicado em 1966 pelo Ibge. Os limites da cidade eram, na parte escura à esquerda, a Ressaca do Beírol, e na parte escura à direita, a Ressaca Lago do Pacoval. O Buritizal está acima da Ressaca do Beírol.



porém, obrigaram esses novos moradores a adotar estratégias de sobrevivência, assim como vimos no capítulo anterior. Tais estratégias foram importantíssimas, à medida que eram baseadas nos laços de solidariedade existentes entre os vizinhos, além de conhecimentos que os mesmos traziam do meio rural, sobretudo no que diz respeito à agricultura, à caça e à pesca.

Ao longo deste capítulo conheceremos como surgiu o Buritizal segundo a visão de vários moradores que construíram no bairro suas vidas, suas famílias e, que de alguma maneira, foram protagonistas no processo de formação do bairro.

A Macapá sonhada: planos urbanísticos

Antes de tudo, é importante saber que a organização do espaço macapaense não aconteceu sem algum planejamento prévio – apesar das limitações que ocorreram no emprego deste tipo de ação. Ao longo da história da Macapá do século XX podemos citar três planos urbanísticos: Plano Grunbif (1960), Plano de Desenvolvimento Urbano da Fundação João Pinheiro (1973) e o Planejamento Urbano, Turismo e Arquitetura da H.J. Cole e Associados S.A. (1979).

A fim de organizar principalmente o ordenamento da distribuição de energia elétrica de Macapá, foi criado o Plano Urbanístico da cidade pela empresa Grunbif do Brasil, sendo por isso chamado **Plano Grunbif**, no ano de 1960. Como foi citado

no epílogo do mesmo, o principal objetivo foi fazer da cidade uma “sala de visitas da bacia amazônica”. O ponto mais destacado do relatório foi a valorização das áreas de lagos, que ao longo do documento eram chamados como “pulmões verdes”, responsáveis, sobretudo pelo embelezamento da cidade, além de evitar o acúmulo de poeira. O Plano Grunbif colocou em evidência a necessidade de espaços de lazer na cidade, apontando o rio Amazonas e os lagos como áreas de aproveitamento para esportes aquáticos, além da distribuição de serviços públicos em saúde, educação e segurança pública em todos os bairros da cidade e da descentralização das atividades comerciais.

O **Plano de Desenvolvimento Urbano da Fundação João Pinheiro**, de 1973, teve caráter mais abrangente uma vez que buscou fazer uma análise da urbanização de cada bairro até o ano de sua publicação, bem como suas devidas orientações urbanísticas, além de que buscou dar conta tanto de Macapá quanto de Santana. Dividiu Macapá em quatro áreas de acordo com a situação de organização espacial, saneamento básico, atendimento de serviços públicos e condição das moradias: áreas urbanizadas, áreas semi-urbanizadas, áreas periféricas e áreas subnormais.

Neste plano, já se alterou a visão que os planejadores tinham das áreas de ressaça: começaram a ser vistas como problemáticas uma vez que dificultavam o estabelecimento das vias e a circulação de pessoas. Ao contrário do Plano Grunbif, o Plano da

Fundação João Pinheiro começa a recomendar o aterramento das áreas alagadas da cidade para a construção e pavimentação de vias de acesso. Continuou aqui a preocupação em descentralizar o atendimento de serviços públicos em educação e saúde.

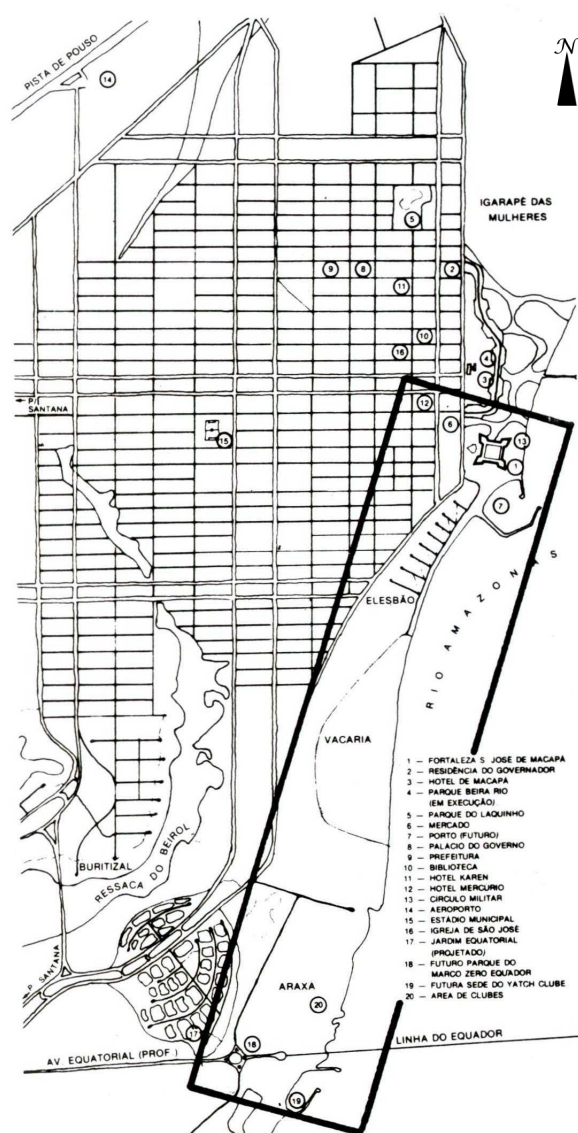
Quatro anos após o planejamento da Fundação João Pinheiro, portanto já próximo do fim da sua validade, começaram os estudos da **H.J. Cole e Associados S.A.**, publicados em 1979. Seguiu a metodologia de análise da situação urbanística dos bairros, apontando para cada situação propostas de melhorias. Também viu as áreas de ressaca como problemas que impediam o estabelecimento de moradias, inclusive chegando a classificar as moradias como duráveis, rústicas e improvisadas, apontando as improvisadas e rústicas (46,28% das famílias) como moradias em situações de insalubridade, estando em sua maioria localizadas nas áreas de ressaca.

Uma novidade foi o planejamento de um Programa Habitacional que destacava áreas do Congós (que então fazia parte do Buritizal), Lagoa dos Índios, Elesbão e Pedrinhas para sua implantação, sendo que o Congós foi vis-

to como área mais adequada.

Apesar dos planejamentos urbanísticos, pouco foi colocado em prática. Porém, podemos perceber com esses planos a ideia que havia de construir uma cidade organizada, orientando os fluxos de crescimento urbano de modo a “corrigir” o povoamento desordenado de áreas não adequadas. Por isso, podemos entender tais planos como fontes históricas que nos permitem entender

Planta da cidade de Macapá com propostas de espaços a serem construídos, extraído do planejamento criado pela H.J. Cole e Associados em 1979.



Ocupações de prédios antigos e terrenos baldios são sinais dos problemas habitacionais nas médias e grandes cidades. Apesar do direito à moradia digna ser garantida pela Constituição Federal de 1988, muitas famílias correm riscos vivendo em locais inapropriados como o Edifício Wilton Paes de Almeida que após um incêndio desabou em São Paulo no dia 1º de maio de 2018.

qual ideia de cidade que os gestores públicos tinham, assim como perceber também como boa parte da população urbana estava distante de qualquer benefício da cidade planejada.

Buritizal: a Macapá vivida pela maioria dos trabalhadores

Até o momento da escrita deste trabalho, a questão da moradia ainda é um grande problema das médias e grandes cidades do Brasil – e ainda deve ser por um bom tempo. Não só devido à questão populacional, mas em grande parte devido à especulação fundiária resultante da ideia da terra como mercadoria: na nossa sociedade capitalista a terra é uma propriedade, um bem imóvel que pode ser livremente alienado, ou seja, vendido ou comprado, o que contribui para gerar as desi-

gualdades sociais. Há outras formas, porém, de distribuir o espaço: em sociedades diversas, como nas aldeias indígenas e nas comunidades quilombolas, a terra é um bem coletivo a que todos os moradores têm acesso, o que impede a concentração de terras nas mãos de poucos e com ela as desigualdades sociais.

Temos uma variedade de consequências dessa visão da terra como propriedade privada: a marginalização social de famílias que não têm acesso a moradias dignas e, por isso, precisam morar em ambientes insalubres (áreas alagadas), a especulação imobiliária (aumento exorbitante dos preços dos imóveis devido a fatores como localização geográfica, outros imóveis construídos nos arredores como lojas, bancos, supermercados, *shopping centers*, condição de pavimentação das ruas, etc), os conflitos pela posse da terra vistos em forma das chamadas “invasões” – quando uma quantidade considerável de famílias ocupa lugares em que não há construções, mas que não podem ser ocupados por pertencerem ao poder público, a proprietários privados ou por serem áreas de proteção ambiental.

Apesar da quantidade de





Sales

planos urbanísticos que nos mostram que existia uma preocupação em organizar a ocupação humana do espaço, boa parte da urbanização de Macapá aconteceu através destes fatores elencados no parágrafo anterior, resultando numa cidade repleta de ocupações irregulares, algumas vezes insalubres e sem assistência do Estado na forma de serviços públicos, ou mesmo sem o devido acesso à água tratada, luz elétrica ou saneamento básico.

Como vimos no capítulo anterior, apesar de haver uma série de promessas de modernização de Macapá, seus benefícios tinham um destino limitado. Grande parte dos migrantes que

chegavam à cidade em busca de emprego e melhores condições de vida acabavam tendo que improvisar para viver. Eram as **táticas de sobrevivência**.

Através da **história oral** conseguimos entender melhor como era a vida desses moradores e a importância da vivência baseada nas ideias de solidariedade e comunidade. Como veremos a seguir, esse tipo de vivência era muito importante nas táticas de sobrevivência cotidiana desses trabalhadores e trabalhadoras.

A área que ficou conhecida como o **Buritizal** recebeu seus primeiros moradores na década de 50. Pertencia à família Congós, porém foi desapropriada pelo Go-

Representação do Buritizal no início de seu povoamento. Na falta de pontes, troncos de buritizeiros eram utilizados para a travessia da população. Detalhe de uma pintura exposta no Centro Comunitário Dom José Maritano, localizado no bairro.

verno Territorial. Localizada a vegetação, o lago e seus igarapés, Oeste do Bairro Beírol, o Buritizal que tinham suas águas limpas e era conhecido pelo grande lago que recebiam influência do rio que o separava das demais áreas, Amazonas nos momentos de lago este que era repleto de buriti- cheia e de vazante, eram repletos zeiros e aningais, vegetações típi- de peixes de várias espécies. cas de áreas alagadas. Além da É nesse espaço que os pri-

História oral e memória — os “narradores do Buritizal”: a história oral é uma técnica de pesquisa histórica que utiliza fontes orais como documentos, ou seja, busca analisar as memórias dos entrevistados para sua utilização na escrita da História. Por sua vez, não podemos entender a memória como algo imutável; pelo contrário, a memória age em constante mudança. Conforme a psicóloga Ecléa Bosi, lembrar é reexperienciar o passado, reconstruí-lo com base nas questões impostas pelo presente, repensando com imagens e ideias de hoje as experiências do passado. Da mesma forma, o historiador Pierre Nora define a memória como algo em trânsito, em constante mudança, sempre interpelado pelo presente. Assim, fazemos história oral ao entrevistar, transcrever essas entrevistas e analisá-las criticamente, comparando-as ou não com outras fontes históricas, sabendo que essas memórias são interpretadas por seus narradores mediante as questões colocadas a eles no presente.

Na história oral se procura conhecer as memórias dos sujeitos históricos.

Nas fotos o registro de alguns dos nossos narradores:

Leontina Santos da Luz (acima), José Amanajás Lima (abaixo à esquerda), Lucinda Azevedo dos Anjos Gomes (abaixo à direita).



Acervo do autor.

meiros moradores buscavam começar uma vida nova. Em geral, eram pessoas que vinham de áreas interioranas em busca de emprego e acabavam morando em casas alugadas ou em casas de parentes, a exemplo do senhor José Amanajás Lima que nos contou: “Morava no Bailique, Igarapé Grande de Curuá. Quando eu vim de lá eu fiquei morando alugado. Eu passava uns 4 ou 5 meses numa casa, depois saía e pegava outra casa. Dependia do serviço que nós conseguíamos. E nesse tempo o serviço era muito mais difícil de conseguir. Era difícil, porque não tinha emprego para todos. A profissão eu vim aprender pra cá. Então era difícil”. A independência do aluguel ou mesmo dos próprios parentes, onde moravam sob favor, fazia com que esses moradores procurassem um espaço para chamar de seu, encontrando-o então no Buritizal.

Apesar da grande normatização existente para instalação de moradias no Centro administrativo da cidade, nas áreas periféricas esses requisitos eram inexistentes. Os moradores geralmente faziam suas casas de madeira aproveitando o material que podia ser encontrado no meio em que estavam: palha para a cobertura das

casas, troncos de buritizeiro que serviam de esteios das construções, entre outros. A construção contava, na maioria das vezes, com a ajuda de vizinhos, o chamado **mutirão**.

Um aspecto que chamou a atenção nos relatos feitos para esta pesquisa foi o **protagonismo feminino** na mudança da família para o Buritizal. Em geral,

O problema da falta de moradia, do atraso dos salários e da importância das relações de solidariedade podem ser percebidas no relato da senhora Lucinda dos Anjos Gomes: “Eu com 17 anos me casei, hoje eu vou fazer 80 anos [...]. A gente morava no bairro do Trem, de lá eu vim para o Buritizal porque lá nós morávamos alugado na casa de uma senhora e nessa época estava como hoje, com funcionários que estão cinco meses sem receber seu salário, assim era o meu marido que trabalhava na prefeitura, ele era fiscal da prefeitura, olhava aquelas beiradas e ganhava muito pouco naquela época; aí como ele não tinha dinheiro pra pagar a mulher ela foi lá e disse ‘amanhã a senhora sai daqui com seus filhos porque eu vou botar todas essas coisa na rua’, aí eu chamei um rapaz que morava lá atrás da casa, na outra rua, que era muito meu amigo lá da Icomi, ele disse ‘d. Lucinda, pode deixar que eu compro da senhora o que eu tiver interesse, que a senhora paga essa mulher e vai embora’. Aí assim que eu fiz. O que eu tinha que pudesse pra vender, eu vendi até uma máquina de costura que eu tinha, muito bonita, que meu marido tinha me dado, eu vendi tudo, e vim pra cá [para o Buritizal].”

Discutindo o texto:

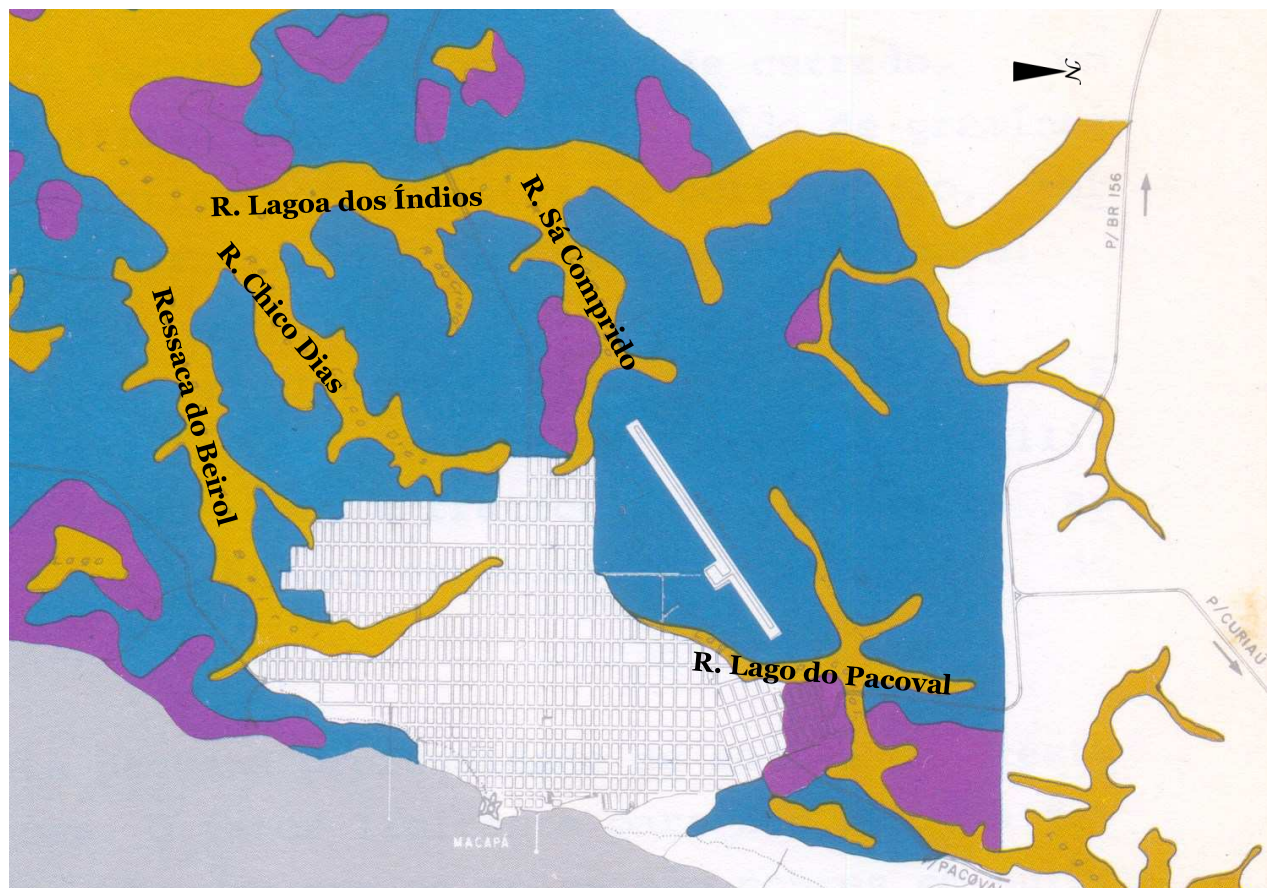
O que muitas vezes é chamado popularmente como “lago” ou “alagado” denomina-se tecnicamente pelo termo “ressaca”, que conforme Luís Roberto Takiyama e Arnaldo Queiroz da Silva é uma denominação regional para ecossistema típico das zonas costeiras. Essas áreas são influenciadas pelas marés e pelas chuvas, sendo caracterizadas pela vegetação de buritizais e pela floresta de várzea ao longo do curso d’água. São fundamentais para o escoamento da água das chuvas e assim, para evitar inundações, além de serem corredores naturais de vento que amenizam o calor da região. Segundo esses mesmos autores, existem oito ressacas em Macapá: **Ressaca Lago da Vaca** (ao norte da cidade de Macapá próximo ao limite urbano e da Área de Proteção Ambiental do Curiaú, entre os bairros Jardim Felicidade e Novo Horizonte; ligada diretamente ao rio Amazonas); **Ressaca Lago do Pacoval** (abrange os bairros de São Lázaro, Pacoval e Jesus de Nazaré, próximo à área da Infraero; tem como principal fluxo de água, o canal do Jandiá, que deságua no rio Amazonas); **Ressaca Lago dos Índios** (situada ao longo da Rodovia Duca Serra, abrangendo os conjuntos

residenciais Buriti, Cajari, Lagoa dos Índios e Cabralzinho. A maior parte dessas ocupações está na borda da Lagoa dos Índios; está ligada ao igarapé Fortaleza); **Ressaca Sá Comprido** (localizada próximo à rodovia Duca Serra, às margens da Lagoa dos Índios, no bairro Alvorada); **Ressaca Lagui-nho Nova Esperança** (situada ao lado da área do Exército, o 34º BIS, no bairro Nova Esperança, não tem drenagem de ligação com outras áreas); **Ressaca Chico Dias** (localizada no bairro Novo Buritizal e Congós e ligada ao igarapé Fortaleza); **Ressaca Beírol** (ligada ao igarapé Fortaleza e localizada próximo à ressaca Chico Dias, entre os bairros do Congós, Marco Zero, Buritizal e Muca); e **Ressaca Tacacá** (situada ao Sul da cidade de Macapá, entre os bairros Zerão e Universidade; ligada ao igarapé Fortaleza).

Com base no texto, responda:

1. Podemos dizer que há relação entre a alta temperatura sentida em Macapá nos tempos de estiagem, o alagamento de ruas em tempo de chuva e a ocupação desordenada das áreas de ressaca da cidade? Explique.
2. Elabore propostas para a resolução desses problemas urbanos.

as mulheres tinham a iniciativa de levar a família para o novo local, encontrando em algumas circunstâncias até mesmo a resistência por parte dos maridos. A senhora Leontina Santos da Luz nos contou que seu marido se negou a ir para a localidade por “não estar tuberculoso para estar dentro do mato”; outra colaboradora do nosso trabalho, a senhora Marcília Ferreira dos Santos disse que



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1979.

sua mãe tomou a decisão de morar no Buritizal em 1959, após atravessar o lago onde pescava e exclamation para a família com palhas para a cobertura: ha- “atravessei pra lá e descobri um campo de meu Deus e eu vou fazer minha casa lá”; não tardou para mudar a família de sete filhos do Beírol para a área de campo da área.

Lucinda Azevedo dos Anjos Gomes disse que na época de sua mudança para o Buritizal seu marido havia lhe dito que “não era veado para morar no meio do ma- to”, mesmo assim ela se mudou com seus filhos, construiu uma barraca com troncos e folhas de

buritizeiro com a ajuda de vizinhos e duas semanas depois seu marido se encontrou com ela, via decidido ir “morar no meio do campo de meu Deus e eu vou fazer minha casa lá”; não tardou para mudar a família de sete filhos do Beírol para a área de campo da área.

Chama-nos atenção o protagonismo da mulher nesse poder de decidir pela mudança da família para o Buritizal. Ao contrário do que se costuma ler sobre a sociedade até o século XX – onde o homem tinha a posição de comando, devido à característica patriarcal das famílias – aqui as mulheres tiveram maior importância nesse processo, até mesmo durante a construção da moradia,

Mapa de Macapá, com destaque para algumas áreas de ressaca: do Beírol, Chico Dias, Lagoa dos Índios, Sá Comprido e Lago do Pacoval. Extraído do Plano de Desenvolvimento Urbano da Fundação João Pinheiro, de 1973.

como nos disse também a sra. Leontina Santos que da mesma forma contou com a ajuda de vizinhos para erguer sua casa. Em meio ao desafio diário de “fazer do pouco o muito” a mulher, a figura da mãe, ganhou destaque nessa ação na qual o homem, por variados motivos, pouco participava ou mesmo se omitia.

Além da necessidade de mudança para uma área onde a moradia fosse de propriedade familiar, outro fator fundamental na transferência para o bairro eram os **laços de familiaridade ou amizade existentes** que propiciavam a fixação de novas famílias na região. Um parente ou um amigo que morava na área muitas vezes era o responsável por conseguir um lote através do contato com alguém que trabalhava na prefeitura da cidade, ou por indicar um espaço vago que poderia se tornar um lote para fixação de moradia, a exemplo de Leontina Santos que nos contou que quem a indicou sobre os espaços vagos no bairro foi um cunhado de sua prima, assim como o senhor José Amanajás Lima, que nos contou que um conhecido seu já morava na área, lhe indicando a possibilidade de fixar aí sua moradia.

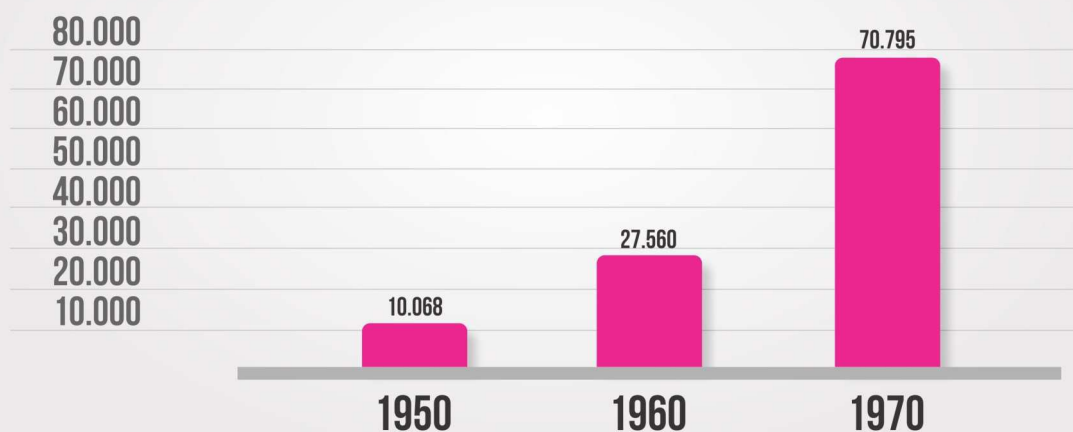
Outro aspecto que podemos chamar a atenção nos relatos desses primeiros moradores é a **relativa facilidade na aquisição de um lote** no Buritizal. Nas entrevistas se pontuou de forma contínua que bastava a pessoa escolher um lote que o fiscal responsável da prefeitura se incumbia de registrar a titularidade do novo morador, o que nos mostra que nas décadas de 50 e 60 havia o

interesse por parte da administração pública em ocupar a região. Isso fica claro em trechos de entrevistas como a de José Amanajás Lima, que disse que veio ao Buritizal, pois “era o lugar onde estava mais fácil conseguir terreno”, assim como Lucinda Gomes que se mudou “porque a prefeitura começou a distribuir os terrenos, [...] iam para o Buritizal mostrar os terrenos para as pessoas. Eu só não fiquei com esses terrenos todos por aqui porque eu não queria. Eles diziam ‘a senhora pode ficar com esse, e pode ficar com esse aqui, que com certeza vai ser um canto [...] vai dar para passar uma rua, a senhora pode ficar’, eu dizia ‘não senhor, a terra é para todos, eu só quero um pedacinho para morar’”.

Tal fato pode ser entendido através dos dados do Censo do Ibge de 1950 a 1970, quando a população macapaense saltou de 10.068 em 1950 para 27.560 em 1960 e 70.792 em 1970. Logo, mais do que ocupar a região do Buritizal, o que se entende é que a administração municipal da capital do Território estava preocupada em transferir uma determinada quantidade de moradores de bairros como Trem, Favela e Laguinho, favorecendo a frente de expansão urbana para as áreas do Pacoval, Santa Rita, Jesus de Nazaré, Beírol e agora o Buritizal, ao mesmo tempo em que diminuía possíveis tensões sociais decorrentes da falta de moradia entre os trabalhadores.

Como vimos anteriormente, não havia emprego para toda população – a economia do Território Federal do Amapá era

EVOLUÇÃO POPULACIONAL URBANA DE MACAPÁ 1950 - 1970



Fonte: Censos demográficos do Ibge (1950, 1960 e 1970).

bastante atrelada ao funcionalismo público, que era o grande empregador. Dessa forma, a adoção de táticas de sobrevivência era fundamental para os moradores do Buritizal.

Em meio às casas que até o fim da década de 60 ainda eram poucas e esparsas era comum encontrar **roças** onde se plantava macaxeira, mandioca para produção de farinha, além de frutas como abacaxi, banana, pupunha, entre outros gêneros. Esses gêneros serviam como alimentação e fonte de renda para os moradores, mas também eram compartilhados com quem estivesse passando por necessidades alimentares. Quem tinha uma casa de farinha muitas vezes permitia que vizi-

nhos a utilizassem também para o beneficiamento da mandioca colhida em suas próprias roças.

A **caça** era também bastante apreciada nas áreas de mata que ainda existiam em abundância até o final da década de 60. A **pescaria**, por outro lado, foi talvez a atividade mais desenvolvida e mais duradoura no Buritizal, por ter sido utilizada até a década de 80. A ausência de poluição no lago permitia aos moradores o acesso a pescados de variadas espécies, como tamuatás, traíras e matupiris, que frequentemente estavam nas mesas dos moradores. A partilha do pescado também era comum: quem pescava mais do que o necessário para sua família muitas vezes dividia o fru-

<https://bit.ly/2wh4V9b>



Primeiro ônibus de Macapá, chamado popularmente de “caixa de cebola”. Foto de 1958.

to do trabalho com os vizinhos.

Quando se queria comer outro tipo de pescado como o camarão, o lugar escolhido para as “lanceadas” era a orla da cidade, na área então chamada de “Vacaria”, hoje renomeada como bairro Santa Inês.

Por outro lado, quando era necessário o acesso a mercadorias, esses moradores faziam suas compras em outros lugares, devido à ausência de pontos comerciais na área. Um dos locais de

compras eram mercearias localizadas no bairro do Trem, aonde se chegava após atravessar o lago. No início, porém, os próprios moradores faziam pontes improvisadas com troncos de buritizeiros – a exemplo do pai da senhora Marcília Ferreira – e dado o improvisado da estrutura, muitas vezes os troncos rolavam jogando na água os que passavam.

Outro local de compras dos primeiros moradores era o Mercado Central. Para chegar até lá era necessário atravessar o lago, pegar o ônibus – chamado popularmente na época de “caixa de cebola” e descer no Mercado, onde depois de feitas as compras se

fazia o caminho inverso. Era comum usar a bicicleta como condução da casa até a beira do lago, pegando-a na volta do Mercado Central. Na busca por ganhar alguns trocados para auxiliar na

“[O Buritizal] tinha muito mato ainda quando eu cheguei aqui. Esse Canal aí era fechado, ele era tipo um riacho, ele era fundo [...]. Aí era muito cheio, tinha muito peixe quando eu cheguei aqui [1985]. Um dia eu vim aqui em Macapá, na casa de uma senhora que eu conhecia, quando eu vim não conhecia muito a cidade... Eu saltava ali na Avenida Timbiras, vinha na casa dela pegando a R. Hildemar Maia e vinha para cá, vinha pela Av. 1º de maio ou pela Av. Diógenes Silva, então nesse dia eu vim descer aqui pela Av. Clodóvio Coelho, tinha chovido muito, a água estava daqui da Av. Monteiro Lobato pra lá daquele Bar do André. Estava tudo cheio, tinha matupiri (espécie de peixe) em cima d’água assim, era uma quantidade de matupiri, e tinha mais de três redes enviesadas assim na rua pegando peixe, tinha muito tamuatá, traíra, tudo quanto era peixe eles pegavam aí. Era limpo nesse tempo” (Extraído da entrevista com a senhora Maria Gemaque Cavaleiro).

compra do alimento diário, certas pessoas carregavam as compras feitas em carrinhos próprios, deixando a mercadoria na casa dos consumidores. Quanto ao leite, era costume de vários moradores comprar na Fazenda do senhor Antônio Guilhermino da Silva, mais conhecido como “Muca”, que ao Sul do Buritizal possuía uma criação de gado, ou como se chamava na época, uma “vacaria”. Em suas terras surgiu na década de 80 outro bairro, que recebeu o nome do antigo proprietário: Muca.

Até 1973, o bairro do Buritizal era tido como periférico, carente de serviços públicos e praticamente isolado pela Ressaca do Beirol, onde não havia ruas, e sim, “caminhos”. Diante das dificuldades cotidianas surgiram não só estratégias de sobrevivência, mas estruturas sociais que começaram a organizar os moradores e reivindicar por condições de vida mais digna para todos. É a partir daí que surgem as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Associação dos Moradores do Bairro Buritizal (Ambb), que analisaremos no próximo capítulo.

“Aqui neste bairro, quando nós chegamos, o comércio era ali aonde tem aquele posto de gasolina em frente a Benoliel, lá no Trem. Lá era a casa do sr. Pinheiro, lá que a gente ia comprar o café, o pão de manhã. Às vezes os meninos iam comprar e quando chegavam, chegava só o papel na mão porque o buritizeiro rolava e aí eles caíam na água, aí vai embora o café porque ele era de papel né, embrulho de papel, e aí ia embora pro rio, gasta tudo, perde tudo, muito sacrifício, muito sacrifício mesmo (sic)” (Extraído da entrevista com a senhora Marcília Ferreira).

Resumindo:

Com o aumento populacional que aconteceu, sobretudo devido às ondas migratórias, apareceu a preocupação em planejar o desenvolvimento urbano de Macapá, surgindo a partir daí os planos Grunbif (1960), Fundação João Pinheiro (1973) e H.J. Cole e Associados S. A. (1979). Em meio a tantos planejamentos urbanos que pouco saíram do papel, nasceram durante a década de 60 os bairros Pacoval, Santa Rita, Jesus de Nazaré, Vacaria, Beirol e Buritizal, que durante a década de 70 se expandem dando base à neces-

sidade de planejamentos urbanos. O Buritizal, antes propriedade da família Congós, começou a ser ocupado no final da década de 50, com a permissão da prefeitura de Macapá que organizava a divisão dos lotes. As famílias que aí fixaram moradia adotaram uma série de estratégias de sobrevivência – tais como a agricultura, a caça, a pesca, a partilha de alimentos com os que passavam por necessidades alimentares – que foram fundamentais para a vivência numa área de expansão da cidade onde pouca ou nenhuma assistência governamental havia para os trabalhadores.

Leitura complementar

Migração: de “solução” a “problema”.

Não foram só as áreas de ressaca que passaram por uma mudança no que se refere à visão que as autoridades públicas tinham sobre sua importância. Os migrantes também passaram por essa mudança: antes valorizados no sentido de povoar áreas até a década de 40 “despovoadas”, a partir da década de 70 passam a ser vistos como promotores de problemas urbanísticos, como podemos ver no texto de coautoria entre o historiador Sidney Lobato e a geógrafa Françoise Pirot:

“No ano de 1960, a população urbana dos demais municípios amapaenses teve um crescimento insignificante e a rural teve um pequeno decréscimo — entre 0,8 e 12,1%. Enquanto os demais municípios perdiam povoadores ou estabilizavam-se, o de Macapá tinha a cada ano um acréscimo populacional de grandes proporções. Entre 1940 e 1950, Macapá foi a capital brasileira que apresentou o maior índice de crescimento populacional. A população cresceu cerca de nove vezes. Este crescimento decorreu principalmente de migrações ocorri-

das a partir de 1944. Em 1949, a causa de 57,9% do aumento populacional macapaense foi a chegada de migrantes (...).

A partir dos anos 70 do século XX tornou-se recorrente nos textos produzidos por intelectuais e membros da administração territorial o diagnóstico que apontava para um crescimento exagerado do núcleo urbano macapaense. Algo que o livro Condição de planejamento urbano, arquitetura e turismo caracterizou como um “aumento vertiginoso da densidade habitacional”, gerador de problemas para os macapaenses e para o governo do território, pois ‘as obras que se realizam, embora em ritmo acelerado, não atendem, em volume e qualidade a ânsia de modernização da população’. Ainda segundo este estudo, a economia amapaense, ainda pouco desenvolvida, não era capaz para gerar os recursos necessários ao atendimento da crescente demanda por qualidade de vida. O resultado desta assimetria era o surgimento de novos bairros, ‘constituídos por assentamentos densos, espontâneos e pré-urbanos’, ou por ocupações de ‘baixadas alagadiças ou zonas de ressaca’.

Assim, o migrante — que aparecia

como solução no discurso varguista (cujo slogan para os territórios federais era: ‘povoar, sanear e educar’) e nos planos dos governos civis-militares do pós-64 – passou a ser identificado como um problema e até mesmo como alguém indesejável na capital amapaense. Entre 25 e 27 de maio de 1983, a Secretaria de Promoção Social do governo territorial realizou o I Encontro sobre Migrações Internas. Nele, foram expostos os resultados parciais de uma pesquisa que estava sendo realizada nas áreas periféricas de Macapá. Nos bairros Pacoval, Perpétuo Socorro, Trem (sua periferia: Santa Inês) e Buritizal haviam sido levantados 450 migrantes originários na sua maioria das ilhas paraenses, mormente dos municípios marajoaras de Chaves e Afuá. Outros tinham saído da zona rural do Território Federal do Amapá e ‘uma parcela insignificante [era] advinda de outras cidades’. Segundo um resultado parcial da pesquisa, esses migrantes ‘vieram para Macapá à procura de emprego e quase 100% são pessoas sem qualquer qualificação profissional’. Uma vez terminado este levantamento (que se estenderia aos demais municí-

pios) aquela secretaria elaboraria uma estratégia ‘com vistas a reduzir o fluxo migratório, no sentido do interior para a capital amapaense’.

LOBATO, Sidney da Silva; PIROT, Francoise. “Trôpega integração: a transformação de Macapá em cidade média da Amazônia Oriental (1944-1988)”. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 10, n. 1, jan.-jul., 2017, p. 260-289.

1. A que se deveu essa mudança de importância do migrante de “solução” a “problema”?

2. Podemos apontar a migração como única causa para os problemas urbanísticos observados em Macapá nas décadas de 60 e 70? Justifique.

3. Atualmente a migração continua sendo tratada em alguns organismos de imprensa como causa de problemas como falta de moradia e violência urbana. Você concorda com essa ideia? Explique.

Exercícios

1. Explique o porquê da preocupação dos gestores públicos em providenciar planejamentos urbanísticos para Macapá.
2. Podemos afirmar que houve um grande protagonismo feminino no processo de povoamento do Buritizal? Explique.
3. Explique a importância dos laços de solidariedade entre vizinhos e das estratégias de sobrevivência na formação do bairro do Buritizal.

Anotações

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There is no text or other markings on the paper.

CAPÍTULO 4

Trabalhadores construindo um outro Buritizal

Um lugar é, antes de tudo, um espaço onde os sujeitos criam significados por meio de suas vivências cotidianas. Por isso podemos considerar o bairro Buritizal como um lugar, uma vez que várias famílias que aí se estabeleceram deram uma variedade de significados à área, não só devido ao seu cotidiano de lutas diárias pela sobrevivência, mas também por que tais sujeitos históricos foram ativos no processo de urbanização do bairro, por intermédio de **grupos eclesiais** e **movimentos sociais** como as **Comunida-**

des Eclesiais de Base (CEBs) e a **Associação de Moradores do Bairro Buritizal (Ambb)**.

Neste capítulo, veremos como os moradores do Buritizal se organizaram em prol de melhorias urbanas e da maior assistência do Estado à população local. Veremos que, mais do que simples mudanças na paisagem, essas lutas possibilitaram o surgimento de uma identidade comunitária baseada numa forma de religiosidade que extrapolava as paredes da igreja.

O Buritizal na memória dos primeiros moradores. Diante das dificuldades, a vivência como comunidade era fundamental para a sobrevivência. Detalhe de uma pintura exposta no Centro Comunitário Dom José Maritano, localizado no bairro.



A comunidade católica do Buritizal

A primeira forma de organização dos moradores em torno de uma identidade comum foi a criação da comunidade católica do Buritizal. Em 1961 habitavam na área 21 famílias, que eram atendidas no que se refere à religiosidade pela Paróquia Nossa Senhora da Conceição. O pároco, pe. Vittorio Galliani, passou a realizar visitas a essas famílias com o apoio do seu coadjutor, o pe. Angelo Negri, que logo se tornou responsável pela área. Além do coadjutor, atuavam também nas visitas os movimentos leigos que existiam: a Congregação Mariana e o Apostolado da Oração.

As primeiras missas eram celebradas nas casas dos morado-

res, sendo lembrada a residência de dona Lúcia que, morando à beira do lago, disponibilizou sua morada para a celebração da primeira missa da área, ocorrida em 1962. A partir daí, a Igreja Católica passou a estar presente na região do Buritizal na forma de visitas e missas nas casas, até a construção da capela do Sagrado Coração de Jesus em 1964, onde passaram a ocorrer as celebrações. Ajudou na demarcação do lote e desenho da planta o irmão Fulvio Giuliano, que mais tarde tornou-se padre e ficou conhecido pelas pinturas feitas em inúmeras igrejas no Amapá. Na área onde foi construída a capela existia um “capoeiral” que foi roçado e queimado pelos moradores em mutirão, o que atraiu novas famílias para a área.

A Igreja Nossa Senhora da Conceição é a segunda mais antiga de Macapá, ficando atrás apenas da Igreja São José, do século XVIII. Localizada no Trem, sua construção se deu entre 1950 e 1954, sendo conhecida como a “Igreja da Torre”.



Padre Fulvio Giuliano (1939-2007) chegou a Macapá como missionário leigo em 1962, sendo ordenado padre em 1971. Era arquiteto, ajudando na edificação de várias obras da Prelazia de Macapá, inclusive o Hospital São Camilo e São Luís, na década de 60. Pintou vários quadros ilustrando passagens bíblicas, que por vezes ligava cenas do



Pe. FULVIO GIULIANO

cotidiano amapaense e da luta do povo pela terra, como nessa pintura de 1986 onde no lugar de Moisés e do povo hebreu caminhando no deserto, se vê os trabalhadores de Porto Grande guiados pelo pe. Luís Carlini; ao fundo estão algumas casas em construção e uma imagem de Nossa Senhora pintada no estilo dos ícones orientais, uma característica da pintura de pe. Fulvio. A pintura é um afresco produzido em homenagem à luta das CEBs pela moradia, empreendida em 1982.

Além da organização da vida religiosa da localidade, pe. Angelo Negri também ajudou a fundar uma escola primária ao lado da capela para a alfabetização de crianças, um jardim de infância, uma escola de soldagem para meninos e de “aprendizagens domésticas” para “as senhoras, moças, meninas... Para ensinar corte e costura, bordado a mão [sic.] e a máquina, serviço de tapeçaria, pinturas, etc”.

Por volta de 1966, a comunidade do Buritizal tornou-se setor autônomo. Com a viagem do pe. Angelo Negri para a Itália en-

tre 1967 e 1969, a comunidade ficou sendo basicamente coordenada pelos leigos. É nesse contexto de comunidade católica autônoma e coordenada não por um representante do clero, como um padre, e sim pela própria comunidade, que o bispo dom José Maritano iniciou o trabalho de formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

As Comunidades Eclesiais de Base no Buritizal: um outro jeito de ser Igreja

Com as CEBs o trabalho

Arquivo pessoal do pe. Luís Carlini.



Giuseppe Maritano (1915-1992), conhecido no Brasil como dom José Maritano, chegou ao Brasil em 1946, tendo trabalhado entre as comunidades pobres de Assis (SP) até 1958, quando é enviado a Manaus. Tornou-se bispo prelado de Macapá em 1966. Em 1983 renunciou ao episcopado para tornar-se capelão da Colônia Hanseniana do Prata, no Pará. Era conhecido por seu carisma e proximidade com os mais pobres. Na foto acima está com crianças da área rural em uma de suas visitas em 1974.

eclesial que antes era basicamente voltado às celebrações religiosas e à execução de novenas e terços nas casas ganhou outra direção. O trabalho religioso caracterizado pela preocupação com a oração ganhou um novo aspecto: o trabalho pastoral com os **mais pobres** que, segundo a Conferência de Medellín, eram alvo da **opção preferencial da Igreja na América Latina**.

Esse entendimento acerca da ação sobre a realidade é importante para entendermos as mudanças de rumo que o trabalho da Igreja e, logo, da comunidade católica do Buritizal, tomou na área que na década de 70 passou a ga-

nhar contornos de bairro.

Essa nova estrutura eclesial e metodologia pastoral foram postas em prática durante o episcopado de dom José Maritano, que atuou no Amapá entre os anos de 1966 e 1983. Conhecido por seu carisma e por sua presença junto aos mais pobres, dom José viu no bairro do Buritizal a oportunidade de começar a formação das CEBs, que, na então Prelazia de Macapá, foi também uma forma de assegurar a presença da Igreja Católica nas regiões mais remotas, onde havia grande escassez de padres.

A falta de padres no Amapá era um problema constante desde os tempos coloniais. O isolamento geográfico, as dificuldades de locomoção e a dispersão da população na vastidão territorial sempre foram problemas encontrados pelos sacerdotes que se aventuravam a empreender uma atuação missionária na região.

Na década de 1940, além desses problemas também houve a desconfiança de boa parte dos fiéis de Macapá com os padres da Congregação da Sagrada Família, que pelo fato de serem em sua maioria

de nacionalidade alemã, sofreram

a desconfiança de haverem feito espionagem em favor das forças do Eixo durante a Segunda Guerra Mundial. Tal fato agravou ainda mais o quadro de falta de padres.

Foi diante desse contexto preocupante para a Igreja, que chegaram os primeiros missionários do Pontifício Instituto das Missões Exteriores (Pime) em 1948. Importante destacar que estes missionários se comportavam como verdadeira **instituição de fronteira**: tinham como vocação principal as missões *ad gentes*, isto é, a ida a regiões do mundo onde os cristãos eram minoria da população, como os vários países da Ásia, África e Ocea-

nia.

Com o fechamento de várias áreas de missão no pós-guerra, e a pressão exercida pelos padres recém-saídos do seminário para a ida a missões, o Pime começou a direcionar o fluxo de missionários para países da América, sendo que no Brasil estes encontraram na Amazônia uma grande área de atuação. Vivendo um contexto de consolidação da presença da Igreja Católica no Território Federal do Amapá, esses religiosos tiveram sua atuação caracterizada pelo esforço *romantizador* durante as décadas de 40 e 50, na tentativa de disciplinarização da população em torno da valorização dos sacramentos da Igreja, do combate ao sincre-

Os leigos são a Igreja: as CEBs. As CEBs são parte da estrutura da Igreja Católica, ao mesmo tempo em que podem ser caracterizadas como uma metodologia de trabalho pastoral. Com o Concílio Vaticano II (1962-1965), os bispos de várias partes do mundo reunidos no Vaticano decidiram pela abertura da Igreja através, entre outras medidas, do incentivo do acesso do leigo (fiéis da Igreja que não fazem parte do clero) à Bíblia, da inculturação da atuação católica, do incentivo à maior participação dos leigos (dos fiéis não religiosos) no trabalho pastoral, da reforma litúrgica proporcionando a utilização da língua vernácula nas missas, entre outras medidas modernizantes da Igreja que buscaram o diálogo entre esta e o mundo moderno. Três anos depois ocorreu na Colômbia a Conferência de Medellín (1968), onde os bispos da América Latina decidiram pela chamada “opção preferencial pelos pobres” no trabalho pastoral, o que passou a caracterizar a atuação de diversos clérigos, leigos e teólogos num sentido mais progressista, isto é, de atenção à promoção da vida e da luta por direitos básicos da população mais empobrecida, extrapolando os muros da Igreja em prol da utopia de outra realidade socioeconômica possível.

tismo religioso e da vigilância dos costumes.

O bispo dom José Maritano, sucessor de dom Aristides Píróvano à frente da Prelazia de Macapá, assumiu a direção desta em março de 1966. Com ele, surgiu um ponto de mudança na relação entre a Igreja Católica e os trabalhadores. Vivendo o contexto de *progressismo*, o bispo começou o trabalho de formação das CEBs no Amapá, encontrando no bairro do Buritizal seu lugar principal de atuação pastoral. Nas entrevistas realizadas pudemos perceber a representação criada pelos moradores em torno do bispo, como alguém que, segundo eles, “passava a maior parte do tempo no bairro”, visitando casas, formando setores, almoçando nas casas dos moradores e dando formações pessoalmente aos animadores de comunidade nas chamadas “tardes de reflexão” feitas nas

salas da Igreja Sagrado Coração de Jesus.

Foi nessa comunidade que, por volta de 1969, dom José Maritano iniciou o trabalho de formação das CEBs. Através de visitas, o bispo começou a reunir pessoas que moravam em áreas vizinhas, definindo responsáveis pelo trabalho eclesial – os animadores de comunidade. Nesse trabalho de organização das CEBs, o bispo dividiu a área do Buritizal em nove setores, incumbindo aos leigos, moradores do setor, a organização das **atividades pastorais** (visitas, ações de solidariedade horizontal, etc). Para o acompanhamento do funcionamento dos setores, uma coordenação central articulava as atividades, sendo composta no início por Isaías (coordenador), Aldemiro (secretário), Ponciano (tesoureiro) e o próprio dom José Maritano (diretor).

Podemos entender como **romanizadora** a postura da Igreja quando esta é preocupada principalmente com a vivência dos sacramentos e dos dogmas, tendo esse nome por indicar o controle exercido pelo clero sobre os leigos; podemos perceber essa postura da Igreja mais forte entre 1870 (fim do Concílio Vaticano I) e 1962 (Concílio Vaticano II). A partir do Concílio Vaticano II, a Igreja passa a adotar uma postura mais **progressista**, isto é, mais preocupada com o aspecto pastoral do seu trabalho, o que se relaciona com a ajuda aos mais pobres, pelo posicionamento em prol de um mundo mais justo e solidário com os mais necessitados. Na América Latina, o contexto de ditaduras militares durante a década de 60 fez com que a Igreja adotasse uma postura de defesa dos direitos humanos, tornando-se grande crítica dos regimes autoritários.



Arquivo pessoal do pe. Luís Carlini.

A ampla participação dos leigos no serviço pastoral da Igreja Católica no Buritizal acontecia das mais diversas formas, até mesmo na liturgia das missas dominicais. Em entrevista, a senhora Gercina Cardoso nos disse que aos domingos pela manhã o bispo dom José celebrava a missa na capela do Sagrado Coração de Jesus, porém antes do início da celebração dividia os fiéis nas salas de catequese que existiam ao lado da capela para que refletissem sobre a passagem do Evangelho a ser lido no dia.

Após o momento de reflexão, todos iam para a capela, onde havia a liberdade para quem

quisesse fazer a homilia, logo após a leitura do Evangelho. Após as contribuições dos leigos que quisessem abordar sobre a leitura, o bispo fazia a síntese final das reflexões feitas, buscando apresentar aos fiéis a mensagem central pretendida pela passagem bíblica.

Essa forma bastante diferente do bispo de guiar a celebração dominical nos leva a perceber seus esforços em colocar em prática a reforma litúrgica publicada em maio de 1969, quando as missas começaram a ser celebradas em língua vernácula (no idioma dos fiéis, e não mais em latim); e também o esforço de mostrar aos

Foto da Igreja Sagrado Coração de Jesus em 1977. Ao lado era o espaço onde ocorriam os variados cursos e formações.

leigos que a partir de então eles exerceriam um papel fundamental nas atividades pastorais da Igreja.

Bem mais do que os movimentos eclesiais já existentes, as CEBs deveriam exercer o papel de **garantir a presença da Igreja onde não havia padres**. Dessa forma, a Igreja estaria representada em todos os lugares onde os leigos estivessem exercendo algum trabalho pastoral (de assistência aos pobres, nas reuniões comunitárias, etc.). Além disso, havia a preocupação em criar um sentimento de pertencimento das pessoas à comunidade, o que chamamos de **identidade comunitária**.

A metodologia de trabalho das CEBs estava intimamente ligada à prática cristã da caridade. Mutirões de construções e reparos de casas, de abertura e limpezas de ruas, coletas para compra de

remédios aos doentes e de filtros d'água, partilha de alimentos para desempregados, entre outros, eram atividades constantes das comunidades recém-surgidas.

Tais ações partiam do entendimento do ser humano como um ente integrado entre o que seria o “corpo” e a “alma”, não havendo, portanto, uma valorização de um em detrimento do outro, como nos revelou a senhora Geracina Cardoso ao comentar que o bispo dom José os ensinava que “o homem só tem o seu valor na medida em que ele é corpo e alma. Por isso a gente tinha que trabalhar a alma e trabalhar o corpo. Então, na necessidade a gente tinha que sentir a necessidade do outro e tinha que ajudar. Ia ajudando”. Importante lembrarmos que antes das CEBs algumas dessas ações de solidariedade horizontal já existiam entre os vizinhos; porém, com o surgimento dessa organização eclesial, tais atividades ganharam um novo impulso, além de agora carregarem um sentido teológico.

Além dos serviços de caridade, as práticas de promoção humana continuaram ocorrendo na nascente comunidade. A escola de soldagem se tornou Escola de Marcenaria Pequeno Príncipe a

Escola de marcenaria para meninos Pequeno Príncipe, que durante 20 anos ajudou aproximadamente 600 jovens que moravam nas ruas ou estavam em conflito com a lei. Foto de 1977.



Arquivo pessoal do pe. Luís Carlini.

partir de 1972, administrada por uma equipe conduzida por José Amanajás Lima que ensinava diariamente a adolescentes e jovens as técnicas de trabalho com madeira. Chama atenção que boa parte do público-alvo do projeto se tratava de meninos que viviam nas ruas, ou que frequentemente entravam em conflito com a lei. José Amanajás nos contou que às segundas-feiras o pe. Luis Carlini, que administrou a comunidade de 1974 a 1978, ia até a delegacia de polícia localizada no bairro do Trem buscar os jovens que ali estavam. Com o tempo, o próprio José Amanajás passou a buscar os mesmos, num serviço que durou aproximadamente 20 anos e que atendeu cerca de 600 adolescentes e jovens.

O espaço localizado ao lado da igreja também oferecia cursos ministrados pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e cursos de corte e costura para meninas, que continuaram a ser realizados com a coordenação de Gercina Cardoso, e, posteriormente, também de Odete Calado. Em sua entrevista, Gercina Cardoso nos revelou que no seu tempo o curso era direcionado a meninas moradoras das áreas de ponte existentes no bairro que, em muitos casos, ainda na adolescência engravidavam e logo necessitavam de um ofício para conseguir o sustento da nova família.

Por volta de 1975 a essas ações foi somada a criação de um posto médico comunitário que funcionava numa sala anexa à capela, onde uma médica que morava no

Buritizal, chamada Lúcia Calado, atendia três vezes por semana os moradores da comunidade. Outro parceiro presente em vários desses projetos, foi o industrial italiano Marcello Candia, que conseguiu várias vezes recursos econômicos da Itália para construção das obras de caridade implementadas no Buritizal.

Outro trabalho que chama a atenção é a escolinha de alfabetização que por vários anos funcionou na casa de Lucinda dos Anjos Gomes. A mesma nos contou, em entrevista que, por vários anos, durante a década de 70, deu aulas de alfabetização em sua casa para crianças que eram expulsas das escolas do bairro. Com a ajuda das CEBs que forneciam material e alimentação, Lucinda Gomes chegou a dar aulas para 70 crianças até o início da década de 80, quando a primeira-dama à época, Mariinha Barcellos, após visita ao projeto realizado em sua casa, articulou a construção de uma escola, distante apenas uma quadra da casa de Lucinda.

Mesmo após a construção pelo governo territorial, a escola continuou sob os cuidados de Lucinda Gomes, que contava com o apoio das CEBs e recebia recursos do governo federal. Poucos anos depois, porém, a escola foi tomada pela administração territorial, uma medida autoritária que provocou insatisfação entre os membros da comunidade, que, no entanto, não conseguiram reverter a decisão.

Além da questão dos mutirões, da formação técnica e escolar e do atendimento

à saúde, as CEBs atuaram na luta pelo abastecimento de água potável. Até 1972, quando foi construída a caixa d'água do Buritizal, era comum que cada casa tivesse seu poço artesiano para abastecimento próprio. Com a construção do reservatório, os moradores receberam a instalação de água encanada fornecida pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Saae). Porém, em contrapartida, deveriam obrigatoriamente fechar seus poços.

Logo surgiram problemas. O aumento da demanda de água encanada provocou a falta de abastecimento, obrigando os moradores a buscar água no próprio reservatório. Além disso, vários moradores que passavam pela dificuldade da falta de água começaram a apresentar problemas de saúde como disenteria.

Em resposta a esses pro-

blemas, com o apoio do pe. Luis Carlini e da gráfica São José, as CEBs começaram a distribuir panfletos após as missas convocando os moradores para reuniões e manifestações. Através de vários protestos em frente ao Palácio do Governo, articulados por Gercina Cardoso e pela médica Lúcia Calado, a comunidade foi finalmente recebida: após a exposição do problema às autoridades responsáveis, o movimento conseguiu a troca dos tubos de água, favorecendo a melhoria da distribuição e, consequentemente, a prevenção aos problemas de saúde que estavam surgindo.

Não demorou para que a atuação das CEBs do Buritizal ocasionasse a criação de novas formas de organização da sociedade civil, tendo aqui o caso específico da Associação de Moradores do Bairro Buritizal (Ambb). Diante das dificuldades existentes no bairro e da ausência do Estado no tocante aos serviços básicos necessários ao bem-estar da população, os membros das CEBs se organizaram para articular novas formas de solidariedade horizontal e de luta contra a insegurança estrutural presente no bairro.

Escolinha de alfabetização localizada na casa de Lucinda Gomes, que funcionou durante a década de 70 com o apoio das CEBs do Buritizal.



Arquivo pessoal de Lucinda Gomes.

A Associação de Morado-

Devido ao seu caráter subjetivo e dinâmico, a memória várias vezes nos oferece relatos distintos e por vezes contraditórios sobre o mesmo fato. Na poesia a seguir percebemos essas diferenças; foi escrita por Jane Borges, então professora da Escola Nilda Portal (ex-Tia Mariinha), homenageando Lucinda Gomes pela passagem do Dia das Mães:	Para melhor ensinar. Mesmo sendo viúva A seus filhos todos criou E com muito sacrifício Um por um educou. Naquela casinha pequena O número de alunos aumentou E ela com dificuldade Uma ajuda procurou.	De Nilda Portal foi chamada Para homenagear Uma professora querida Que muito fez no Pré-escolar.
“Tia Lucinda	Foi junto a Dama do Estado	Tia Lucinda continua
No bairro do Buritizal há algum tempo atrás	Pedir nova construção A escola ficou linda	Na escola a trabalhar Não devemos esquecer É fundadora deste lugar.
As mães para trabalhar Não tinham lugar Para seus filhos deixar.	Tia Mariinha, chamou-se então.	Na comunidade trabalha Com prazer e com labor Da Igreja não esquece Deus é seu grande protetor. (...)
Mesmo pouco sabendo A ler e escrever	E o Bairro inteiro A Tia Lucinda agradeceu Pela bela obra	Tia Lucinda é uma vida Digamos, fenomenal Podemos até denominá-la De PATRIMÔNIO CULTURAL.
Tia Lucinda juntou as crianças do bairro Para ensinar o a-b-c.	Que ali aconteceu. Ainda hoje com energia Trabalhando com vigor	Por isso neste dia Que é muito especial Queremos homenagear A nossa mãezona leal.
Aquela senhora distinta Que a todos conquistou Foi também estudar	Naquela mesma escola Que o nome já mudou.	Jane Borges Maio/2001”

res e a luta por um bairro melhor

A Ambb surgiu nesse contexto de expansão do Buritizal. Devido aos problemas vivencia-

dos pelos moradores, a Associação iniciou o trabalho através da venda de produtos do meio rural, da compra comunitária de alimentos e da organização de cursos já executados pelas CEBs, até

Arquivo pessoal de José Amanajás.



Embora na prática a Ambb já existisse desde meados da década de 70, sua fundação oficial se deu em 1981, quando foi eleita a diretoria e organizado o estatuto. Mesmo assim, na memória de nossos narradores, a associação já existia anteriormente a essa data devido à sua atuação junto à comunidade. Foto de 1996.

se tornar um articulador das lutas por melhorias no bairro.

O início da associação se deu através da preocupação dos moradores em escoar produtos agrícolas que vinham da zona rural do Amapá, em alguns casos mesmo pertencentes aos próprios moradores. O senhor José Amanajás contou que um dos moradores do bairro que também era

membro das CEBs, Isaías Gomes, tinha um terreno dedicado ao plantio de banana na região do Matapi, porém encontrava dificuldades na comercialização de seus produtos devido à falta de uma feira no bairro. Como havia outros moradores que sofriam a mesma dificuldade, sendo obrigados a vender seus produtos porta em porta ou nas beiras das calçadas, logo surgiu a ideia de montar uma cooperativa responsável pela comercialização desses gêneros na década de 70. A ideia

progrediu para a criação de uma associação, que se formalizou em 1981 com o trabalho da cantina comunitária.

Era vendida uma variedade de gêneros alimentícios na cantina comunitária. Os moradores tinham, dessa forma, a opção de comprar produtos agrícolas a preços inferiores aos oferecidos pelos

mercantis locais, uma vez que a cantina os vendia a preço de revenda por não ter como objetivo o lucro sobre a venda. Os produtores, por sua vez, tinham a possibilidade de escoar seus produtos ao mesmo tempo em que a população local poderia ter acesso a esses gêneros a preços mais acessíveis.

Antes da cantina, porém, já havia acontecido outra experiência de articulação contra a carestia na forma da compra comunitária. Os associados pagavam um valor em dinheiro que depois era somado e utilizado para a compra em grande quantidade de produtos como arroz, açúcar, pescado e banana, entre outros, possibilitando o acesso a esses gêneros também por preços inferiores aos praticados no mercado. Essa experiência, porém, durou pouco menos de um ano, quando se decidiu pela adoção da estratégia da

cantina comunitária que durou mais de dez anos.

Interessante notar a grande ligação entre associação de moradores e CEBs no Buritizal. A cantina comunitária funcionava numa das salas que ficavam ao lado da igreja Sagrado Coração de Jesus, na esquina onde é hoje o cruzamento entre as vias Hildeimar Maia e 1º de Maio. A Escola de Marcenaria Pequeno Príncipe funcionou ao lado da Cantina Comunitária após o início da década de 1980, quando o governo pediu o espaço anteriormente utilizado para edificação da escola Sebastiana Lenir.

Os diversos cursos que citamos anteriormente funcionaram em outras salas ao lado da igreja. Com o desenvolvimento das atividades executadas pela associação, esta começou a coordenar também esses cursos e o escoamento de produtos resultantes da criação de galinhas, que era realizada nas casas de alguns moradores, e das hortas comunitárias, que anteriormente eram geridas pelas CEBs.

Até a década de 80 o bairro do Buritizal passou por grandes mudanças em termos de população e ocu-

pação do território. Os lotes anteriormente vagos, quando não usados para produção de gêneros alimentícios, passaram a ser ocupados por novos moradores. A quantidade de famílias residentes no bairro cresceu de forma acelerada, demandando novas soluções para problemas que já existiam, mas que passavam a ganhar maiores proporções com o aumento considerável de moradores.

Com a oficialização da Ambbb em 1981, esta passou a ampliar seu campo de atuação para a reivindicação de melhorias na infraestrutura do bairro, como o caso do posto de saúde local.

O posto de saúde que atendia os trabalhadores do Buritizal foi fechado no início da década de 80. Com o seu fechamento, a associação fez uma coleta de assinaturas reivindicando a construção

Pe. Manoel Braga e o sr. Delfino na cantina comunitária do Buritizal. Foto de 1979.



Arquivo pessoal do pe. Luís Carlini.

Como os lotes anteriormente utilizados para hortas passaram a ser ocupadas com moradias, as CEBs começaram a incentivar a plantação de hortas caseiras nos quintais das casas; logo o projeto passou à responsabilidade da cooperativa que vendia a produção na cantina comunitária. Foto de 1977.

Arquivo pessoal do pe. Luís Carlini.



de outro posto de saúde, chegando a contar com a participação de cinco mil pessoas – o bastante para a época. Com a demora da resposta do governo territorial, a associação juntamente com as CEBs escreveu uma nota de repúdio, que pressionou o governo a dar uma resposta a reivindicação.

José Amanajás contou em entrevista que, após a publicação da nota de repúdio, foi chamado ao gabinete do governador Aníbal Barcellos às 10 horas da manhã, sendo atendido apenas às 7 horas da noite de maneira hostil, numa estratégia do mesmo em forçá-lo desistir da reivindicação. Por fim, o governo decidiu pela construção do posto de saúde, fazendo-o numa área mais afastada da inicialmente reivindicada pela população, que após uma redivisão dos bairros passou a se chamar Novo Buritizal.

Outra reivindicação da

Ambb visando melhorias infraestruturais no bairro foi a construção de uma feira nos idos de 1986, quando a demanda por produtos e por espaço para a venda já não era atendida satisfatoriamente pela cantina comunitária. Entrando em diálogo com o então secretário de agricultura João Alberto Capiberibe, a Ambb organizou uma pequena feira na avenida 1º de maio, na calçada cedida pela igreja, com a construção de barracas improvisadas pelo governo territorial. Pouco tempo depois se daria a construção da chamada Feira Maluca onde atualmente está localizada a Feira do Produtor, nos limites do Buritizal.

Além das reivindicações e da administração da cantina comunitária, a Ambb também começou a publicar a partir de 1983 um informativo mensal e depois quinzenal chamado “O Buriti”, onde havia espaço para os leitores mandarem suas reivindicações, como também uma página educativa quanto ao estatuto da associação, análises de conjuntura nacional, notícias internacionais e nacionais, além dos informativos da própria Ambb.

Tanto as CEBs quanto a Ambb sofreram fortes impactos no início da década de 90. Com a

saída de dom José Maritano à frente da Diocese de Macapá em 1983 (a Prelazia de Macapá tornou-se Diocese em 1981) iniciou-se um momento de abertura da Igreja local a outras formas de organização eclesial e de metodologia pastoral, acompanhando o contexto internacional ocasionado durante o pontificado do papa João Paulo II (1978-2005) e nacional de *nova evangelização* empreendida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Cnbb).

No contexto do bairro o advento de padres com linhas de trabalho diferentes das CEBs favoreceu o enfraquecimento das ações eclesiais. Quanto a Ambb, o alinhamento da diretoria da associação com a política governamental estadual durante a gestão de João Alberto Capiberibe (1995-2002) contribuiu para o enfraquecimento das suas ações, caracterizando um período de decadência da organização social, sentida pelos moradores do Buritizal até o momento desta pesquisa.

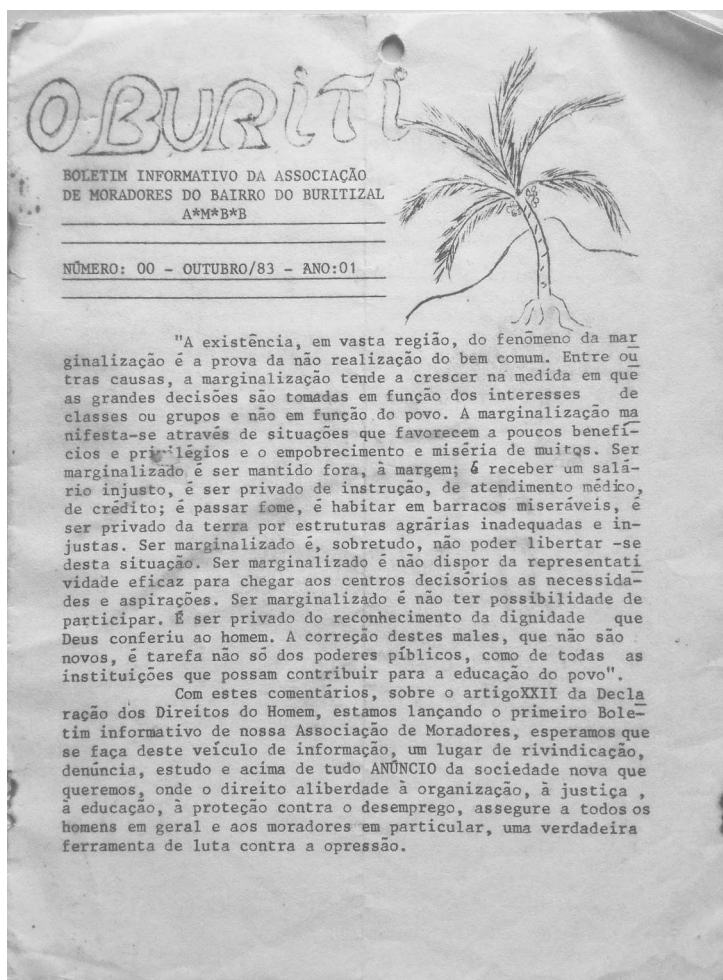
O que a organização dos moradores do Buritizal tem a nos ensinar

A mobilização desses moradores em defesa de interesses comuns nos revela aspectos importantes sobre a formação do Buritizal, uma vez que foi propiciada pelo surgimento de uma nova forma de religiosidade com base na vivência das CEBs. Não podemos perder de vista que as CEBs surgem num contexto nacional de ditadura, um regime de exceção que pressupõe a perda de

uma infinidade de direitos como a liberdade de expressão, o direito à reunião, à livre associação política, etc. Além disso, essa organização eclesial era animada teologicamente pela Teologia da Libertação, uma linha de estudos teológicos surgida na América Latina através das experiências de comunidades, como resposta da Igreja Católica às condições de miséria, preconceito e opressão política que boa parte da população latino-americana sofria na década de 70.

Os ideais da Teologia da Libertação influenciaram de forma muito profunda as CEBs no Amapá. Em 1974 foi criada a Escola de Agentes de Pastoral (EAP), que organizava formações para os animadores de comunidades, como cursos de teologia em Macapá e os chamados “Cursos de motor de luz” nas regiões interioranas do Amapá, responsáveis por fornecer aos membros das CEBs embasamento não apenas bíblico como também teológico e pastoral. Os estudos das leituras bíblicas e dos documentos da Igreja eram sempre ligados com o cotidiano vivido pelos trabalhadores, o que começava a criar questionamentos em torno dessa realidade. Nas formações houve a presença marcante do pe. Sandro Gallazzi, que coordenava a EAP e seus cursos.

Esses questionamentos em torno da realidade, propiciados por tais cursos e pelo estímulo de padres como Luís Carlini e Angelo Da Maren (que chegaram em 1973 a Macapá juntamente com o pe. Sandro Gallazzi), além do próprio bispo dom José Maritano, ocasionaram a articulação dos leigos



Primeira página do informativo "O Buriti", redigido pela Ambb a partir de 1983.

da Prelazia de Macapá em torno seus militantes, sobretudo em da formação de entidades como momentos de tensão vividos entre o Sindicato dos Trabalhadores organizações eclesiais e governo Rurais do Amapá (Sintra) em territorial como o exemplo do dia 1981, a Associação dos Morado da criação do Sintra em 1981, res do Bairro do Congós na década quando o prédio onde estava da de 80 e até mesmo a criação ocorrendo a coleta de assinaturas, do Partido dos Trabalhadores o Cine São José (atrás da Igreja (PT) em 1983, além, é claro, da São José), foi cercado pela Polícia própria cooperativa de trabalha- Federal e pela Polícia Militar a dores rurais surgida no Buritizal mando do então governador Aníbal Barcellos, que só desfez o cer-

Outras iniciativas surgi- co após a mediação do bispo dom ram nos demais bairros de Ma- José Maritano; ou como em Porto capá, em geral bairros periféri- Grande em 1982, onde a comuni- cos. Hortas comunitárias, muti- dade mobilizada em torno da luta rões, cursos também eram orga- por moradia foi acusada de pro-

nizados em outras comunidades. É importante percebermos o pioneirismo dos moradores do Buritizal nessas iniciativas, propiciadas em boa parte pela presença frequente do bispo que iniciou no bairro tal trabalho pastoral.

Essas organizações sociais surgiram por iniciativa dos leigos da Igreja, o que nos sugere que as CEBs ganharam força nas décadas de 70 e 80 devido às perseguições políticas empreendidas pela ditadura militar – inclusive no Amapá, onde da mesma forma que no restante do Brasil, houve casos de prisões e torturas de opositores.

Nesse ponto a Igreja conseguiu exercer certa proteção aos

moção do comunismo, sendo o então pároco local, pe. Luís Carlini, conduzido à Delegacia de Ordem Política e Social (Dops) em Macapá para prestar depoimento.

Os momentos de reflexão promovidos pelas CEBs contribuíram para o questionamento da realidade à luz da fé entre boa parcela dos leigos, de tal forma que podemos dizer que dessas entidades eclesiais surgiram vários movimentos sociais locais que contribuíram para a transição democrática no Amapá em fins de década de 80 e início de 90, quando da sua elevação à condição de estado membro da federação.

Além do aspecto político, não podemos perder de vista que esses laços de solidariedade fortalecidos e expandidos com as CEBs

possibilitaram a formação de uma identidade de comunidade, o que, como dissemos no início do capítulo, vai transformar o espaço do Buritizal em um **lugar**, ao considerarmos os significados dados pelos moradores ao bairro como um lugar de vivências, lutas e manifestações de fé, resumindo ainda mais, um lugar de **experiências compartilhadas**.

Se quisermos ir mais adiante, podemos inclusive dizer que houve aqui a criação de uma **consciência de classe**, pois como nos fala o historiador E. P. Thompson: “A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra

A **Teologia da Libertação** é uma vertente da teologia cristã surgida na Igreja Católica latino-americana com os irmãos Leonardo e Clodóvis Boff, Frei Betto, Gustavo Gutiérrez, Jon Sobrino, Hugo Assmann, entre outros nomes. Segundo o sociólogo Michael Löwy, a ideia central da Teologia da Libertação é a “opção pelos pobres”, tendo como principais características a libertação humana histórica, a releitura da Bíblia a partir da ideia de libertação, a crítica moral e social ao Capitalismo, a utilização do marxismo como instrumento de análise da realidade e o desenvolvimento de comunidades de base, entre outras. Aqui, o termo “pobre” já é definido pelos teólogos da libertação como um conceito de conotações moral, bíblica e religiosa, sendo os empobrecidos não apenas as classes exploradas, mas também as minorias étnicas e as culturas marginalizadas. Logo, a Teologia da Libertação pregava a libertação integral do ser humano: social (contra a pobreza), econômica (contra a falta de dignidade humana), política (contra a ditadura) e só então religiosa (contra o pecado).

outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus” (THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, vol. 1, p. 10).

É a partir dessa conceituação que podemos perceber entre esses moradores uma identidade comum, que se fortaleceu à medida que necessitavam se unir em prol da luta por interesses socialmente compartilhados.

No próximo capítulo poderemos ter uma visão ampla das mudanças urbanísticas que o Buritizal sofreu, que mais do que simples alterações na paisagem, também foram sinais de alterações nas formas de sociabilidade entre seus moradores.

Resumindo:

O Buritizal, surgido a sudoeste de Macapá, era um bairro periférico onde a população era carente de vários serviços públicos, além mesmo de assistência religiosa. A Igreja Católica começou a se fazer presente a partir de 1962 com a realização da primeira missa na nascente comunidade, e a partir de 1964 com a construção da Capela do Sagrado Coração de Jesus.

A falta de assistência à educação motivou a formação de uma escolinha de alfabetização, de cursos de corte e costura, soldagem e um jardim de infância ao lado da capela. Os laços de solidariedade horizontal já existentes e um período passado pela comunidade sem um padre criou um senso de

autonomia, aproveitado pelo bispo dom José Maritano para a formação das primeiras Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) do Amapá. A religiosidade própria das CEBs, muito ligada às práticas de caridade, mutirões e comparação das leituras bíblicas à realidade propiciou o amadurecimento de uma mentalidade em que religião e prática transformadora da realidade andam juntas. Os cursos continuaram, surgiu a cantina comunitária e iniciaram as lutas por melhores condições de vida.

Formou-se então uma consciência de classe com a formação da Associação de Moradores do Bairro Buritizal (Ambb) e o aprofundamento dos questionamentos sobre a realidade e da luta por melhores condições de vida. Aos poucos, melhorias infra-estruturais surgiram com a mobilização dos moradores.

A experiência de CEBs serviu de inspiração para outras comunidades, que não apenas passaram a se organizar dessa forma como também começaram a lutar igualmente por melhores condições de vida. Essas organizações amadureceram a ponto de surgirem outras associações de moradores, além de um sindicato e mesmo de um partido político, inspirados pela vivência comunitária e pelas ideias da Teologia da Libertação. Dessa forma, podemos dizer que parte dos movimentos sociais do Amapá surgidos na transição do período da Ditadura Civil-Militar para a Nova República se devem às CEBs.

Análise de fonte

Entre os mais variados tipos de fontes históricas, podemos citar e utilizar as revistas e jornais; nesses textos podemos encontrar informações valiosas sobre a política e a economia, mas também sobre o cotidiano das pessoas mais pobres, por trás de análises e impressões daqueles que escreveram. A revista *Mondo e missione*, publicada pelo Pontifício Instituto das Missões Exteriores (Pime) a partir de 1872, desde o seu surgimento serviu como instrumento de divulgação dos trabalhos exercidos por seus missionários, a fim de informar e conseguir apoio às missões. Em outubro de 1979 foi publicada uma entrevista concedida pelo bispo dom José Maritano, que hoje nos auxilia a compreendermos um pouco da vivência dos trabalhadores do Buritizal.

“Em Macapá, já que ninguém tinha experiências a respeito [das Comunidades Eclesiais de Base], não se sabia precisamente o que fazer. Assim pensei de ser eu mesmo, o bispo, aquele a dar o exemplo, iniciando a primeira experiência concreta. Escolhi para este objetivo o bairro do Buritizal, muito pobre, em formação, composto por famílias do interior recém-chegadas à capital do Território, às vezes trazidas pela fome. Escolhi um dos bairros mais pobres para estimular aos outros que percorressem o mesmo caminho, mas também porque estava convencido de que os pobres são os mais receptivos e concretizam as novidades (tanto na Igreja como na sociedade civil) (...).

Começamos dividindo o bairro em quatro setores, procurando em cada um deles pessoas ou famílias que se comprometiam com a nova linha. Surgiram os líderes das comunidades, que aos poucos passaram a confiar em si próprios e passaram a trabalhar como nunca antes tínhamos conseguido que eles trabalhassem. Um erro que cometi no princípio foi este: era eu quem quase sempre falava, porque ninguém estava acostumado a falar na igreja e diante do bispo: fui obrigado a me calar e escutar o que diziam as pessoas, mesmo que, principalmente no início, havia coisas que não tinham cabimento. Mas o importante era que todos falassem, se expressassem, se sentissem a vontade. O leitor italiano, instruído, habituado a se exprimir em todas as ocasiões, dificilmente pode compreender como os pobres do terceiro mundo são silenciosos, com dificuldades de expressar suas próprias ideias. Acredito que a melhor definição de pobre seja esta: aquele que não tem a possibilidade (ou a capacidade) de se exprimir. Às vezes eu pedia às pessoas para falarem e alguém me respondia: "O que quer que a gente fale? Não sabemos nada, você que é o Bispo é que sabe tudo...". Hoje a situação é totalmente diversa!

[...]

Começamos com muitas reuniões de oração e de discussão, celebrando a missa durante estes encontros que duravam um longo tempo: refletíamos juntos sobre a Palavra de Deus, surgiam novas propostas, discutíamos sobre os fatos cotidianos, al-

guns expressavam suas dificuldades e convidavam a rezar. (...) Minha tarefa era ressaltar esta presença invisível [do Espírito Santo] e também corrigir algumas interpretações... risíveis. Ouvi poucas e boas! Por exemplo, uma vez leu-se no evangelho sobre São João Batista decapitado: Salomé que dança, Herodes que lhe promete a metade do reino, a mãe que lhe diz para exigir a cabeça do Batista e finalmente a decapitação do grande profeta. Assim que a leitura terminou, pergunto se alguém desejava dizer algo e um velhinho, após um silêncio bem longo, levanta-se e diz: "Gosto muito deste trecho do evangelho, porque nos propõe a obediência dos filhos em relação aos pais. Esta moça, que para obedecer à mãe deixa de lado a metade de um reino, e pede uma cabeça que para ela não valia nada, me parece uma boa moça... Não como os jovens de hoje em dia que não obedecem mais..."

Ninguém riu e precisei intervir para corrigir esta interpretação, à qual, na verdade, eu jamais havia pensado!

Com o passar do tempo percebemos que o fundamento da comunidade não consiste em fazer belas reuniões, mas apenas no querer-se bem e no vivermos juntos a fé e a oração."

(Fonte: Um bispo na Amazônia. *Mondo e missione*. Nº 20, outubro de 1979).

1. O que a entrevista nos informa sobre o povoamento do Buritizal?
2. Até o Concílio Vaticano II (1962-1965) a leitura da Bíblia entre os católicos era restrita aos membros do clero e aos estudiosos de Teologia. Que mudanças ocorreram na vivência eclesial (entre os leigos católicos) com o incentivo dessa leitura entre os leigos?
3. Podemos dizer que o protagonismo do leigo incentivado pelo bispo possibilitou o uso das CEBs como canal de reivindicação de direitos? Explique.

Análise de imagem

O quadro abaixo, intitulado "Cristo Libertador", é de autoria do pe. Fulvio Giuliano e foi produzido em 1984 em homenagem à luta das CEBs de Porto Grande pelas moradias populares. Com base na pintura, responda:

1. Descreva a pintura, evidenciando o que está sendo representado em primeiro plano e em segundo plano.
2. A cor da pele de Jesus e de Pedro é mais escura do que é comumente representado em imagens sacras. Além disso, as cores das vestes de Jesus só aparecem em determinadas figuras do quadro. O que o autor da pintura quis simbolizar?
3. Essa pintura pode ser entendida como uma forma de exaltação das CEBs? Justifique.



Pe. FULVIO GIULIANO

Exercícios

1. Explique a diferença entre postura romanizadora e progressista da Igreja Católica.
2. Explique a importância do Buritizal na formação das CEBs.
3. Qual a importância das CEBs na formação de movimentos sociais nos anos finais do Regime Ditatorial Civil-Militar?
4. Em 1974 as CEBs tornaram-se prioridade pastoral da Prelazia de Macapá. Esse modelo de organização eclesial mais progressista conseguiu nesse momento se efetivar, porém, em bairros mais periféricos, como Buritizal, Santa Rita, Laguinho e Trem, ao contrário de bairros como Jesus de Nazaré e Central, onde havia uma população com mais recursos econômicos. O que explica

essa “vocação” das CEBs em bairros mais pobres? Explique.

5. Retome a poesia da página 11, intitulada “Tia Lucinda”. Que diferenças há entre o relato de Lucinda Gomes e o relato dessa poesia sobre a origem da escola Tia Mariinha? O que explica essas diferenças? Podemos dizer que há uma “versão verdadeira”, ou que cada versão depende do “lugar” da pessoa que a narra?

Anotações

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There is no text or other markings on the paper.

CAPÍTULO 5

Outros buritizais

A partir da década de 70, o Buritizal começa a receber obras públicas. O movimento se intensifica na década de 80, quando inicia um projeto de modernização do Amapá. Detalhe de uma pintura exposta no Centro Comunitário Dom José Maritano, localizado no bairro.



Sales

Vimos no capítulo anterior como os moradores do Buritizal foram capazes de se tornarem protagonistas do processo de urbanização do bairro através de suas mobilizações em torno de interesses em comum, animados na maioria das vezes pela religiosidade promovida pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que se preocupavam com melhores condições de vida na mesma medida em que incentivavam a vivência dos seus membros em torno dos sacramentos da Igreja.

A busca de uma **vida mais digna para todos** estava profundamente ligada com a **oração**, tornando os dois aspectos uma só coisa na prática das CEBs.

Neste capítulo, poderemos perceber um pouco das mudanças que ocorrem no lugar ao longo dos anos. Mais do que simples mudanças na paisagem, perceberemos essas transformações como aspectos de contextos históricos maiores, assim como influenciadores das formas de sociabilidade que existiam entre os trabalhado-

res do bairro.

○ Buritizal moderno

O Buritizal vai crescer de maneira muito rápida nas décadas de 60 e 70, chegando à década de 80 como o bairro mais populoso de Macapá. Um dos principais fatores que explicam esse aumento populacional considerável foi o das migrações de famílias que se mudavam para a capital em busca de melhor atendimento médico ou educacional, famílias dessas provenientes em sua maioria da zona rural do Território Federal e do Estado do Pará, sobretudo da região das ilhas.

Embora começasse a ser povoado por várias famílias a partir do final da década de 50, o trabalho de abertura de ruas no bairro só começou a partir de 1966, sendo que, até então, os moradores se limitavam a se locomover por caminhos existentes em meio à vegetação. É desse ano que se registra também a criação da primeira escola do bairro, a Escola Municipal Roraima. Até o início da década de 70 ainda havia muitos caminhos que aos poucos foram sendo transformados em ruas.

Segundo nossos narradores do Buritizal de outrora, era

Em 1969 o Jornal *Voz Católica* publicou uma reportagem com depoimentos dos moradores do Buritizal. Veja um desses depoimentos:

“Buritizal: testemunhos de moradores, colhidos por Hélio Pennafort

Antônio O. da Silva:

‘- O pessoal que mora aqui no Buritizal veio de diversos lugares. Essa gente, por exemplo, que vive naquelas casinhas de palha, antigamente habitavam o Elesbão. Vieram p’ra cá acho que devido ser mais enxuto, pois lá é só um alagadiço. Fazem carvão para vender. Os outros talvez porque acharam o lugar bonito. Mas eu acredito mesmo que só mora aqui quem não pode morar lá p’ra frente. O senhor sabe: quando uma cidade cresce os menos favorecidos tem que ir se afastando. Da-

qui a alguns anos, quando esses terrenos forem ocupados por casas de cimento armado, os pobres terão de procurar outro canto onde armar suas palhoças. No Igarapé das Mulheres e no Elesbão não se pode fazer isso porque tudo está tomado. Aqui não, tem muito terreno ainda...” (Extraído de Buritizal: testemunhos de moradores, colhidos por Hélio Pennafort. *A Voz Católica*, nº 530, ano X, p. 1, 20 de dezembro de 1969).

1. “Mas eu acredito mesmo que só mora aqui quem não pode morar lá p’ra frente”. A que lugares Antônio O. da Silva se refere ao mencionar o termo “lá p’ra frente”?

2. Porque o morador diz que dali a alguns anos os mais pobres teriam que procurar outro lugar para fixar suas moradias?

nessas oportunidades que os membros das CEBs aproveitavam para adentrar as ruas abertas pelas máquinas, organizando mutirões de construções de casas, visitando os lares dos moradores já estabelecidos, convidando para as reuniões da comunidade e, logo que possível, formando novas comunidades. O próprio bispo dom José Maritano solicitava muitas vezes a abertura das ruas na prefeitura, deixando à comunidade o trabalho de visitas e de promoção de ações de caridade.

Em 1971 foi inaugurado o Posto Médico local, e em 1972 foi construído o reservatório de água do bairro, mais conhecido como a Caixa d'água do Buritizal. Com o aterramento da rua Diógenes Silva em 1973, o crescente movimento migratório para o novo bairro se intensificou. Mais do que benesses, tais empreendimentos construídos pelo Governo Territorial nos confirma a ideia de que havia o interesse no povoamento do lugar pelos poderes públicos.

O velho lema “Sanear, povoar, educar”, criado pelo Governo Federal no contexto da criação dos Territórios Federais de 1943 foi novamente confirmado com a construção do Grupo Escolar Gonçalves Dias em 1973. E três



Zé Duarte

anos depois, foi construída a Escola Sebastiana Lenir, o terceiro colégio do bairro.

Mesmo assim, boa parte do Buritizal não tinha ainda a devida assistência do Estado no que tangia aos serviços públicos. Segundo o Plano de Desenvolvimento Urbano da Fundação João Pinheiro de 1973, o bairro ainda tinha características semi-rurais devido à escassez desses serviços, à falta de definição das vias (que em boa parte ainda eram interceptadas pela Ressaca do Beírol) e poucos estabelecimentos comerciais de atendimento local. É nesse contexto que as CEBs se organizaram na Cantina Comunitária, na promoção de cursos voltados à comunidade e no atendimento aos doentes, como já foi analisado no capítulo anterior.

Neste mesmo ano (1973), o Buritizal já era o quarto bairro

Fotografia aérea do Buritizal, durante a década de 80. No centro, em evidência, a caixa d'água do Buritizal.

**As fotos que
ilustram estas
duas páginas
foram tiradas do
alto da Caixa
d'água do
Buritizal em 1976...**



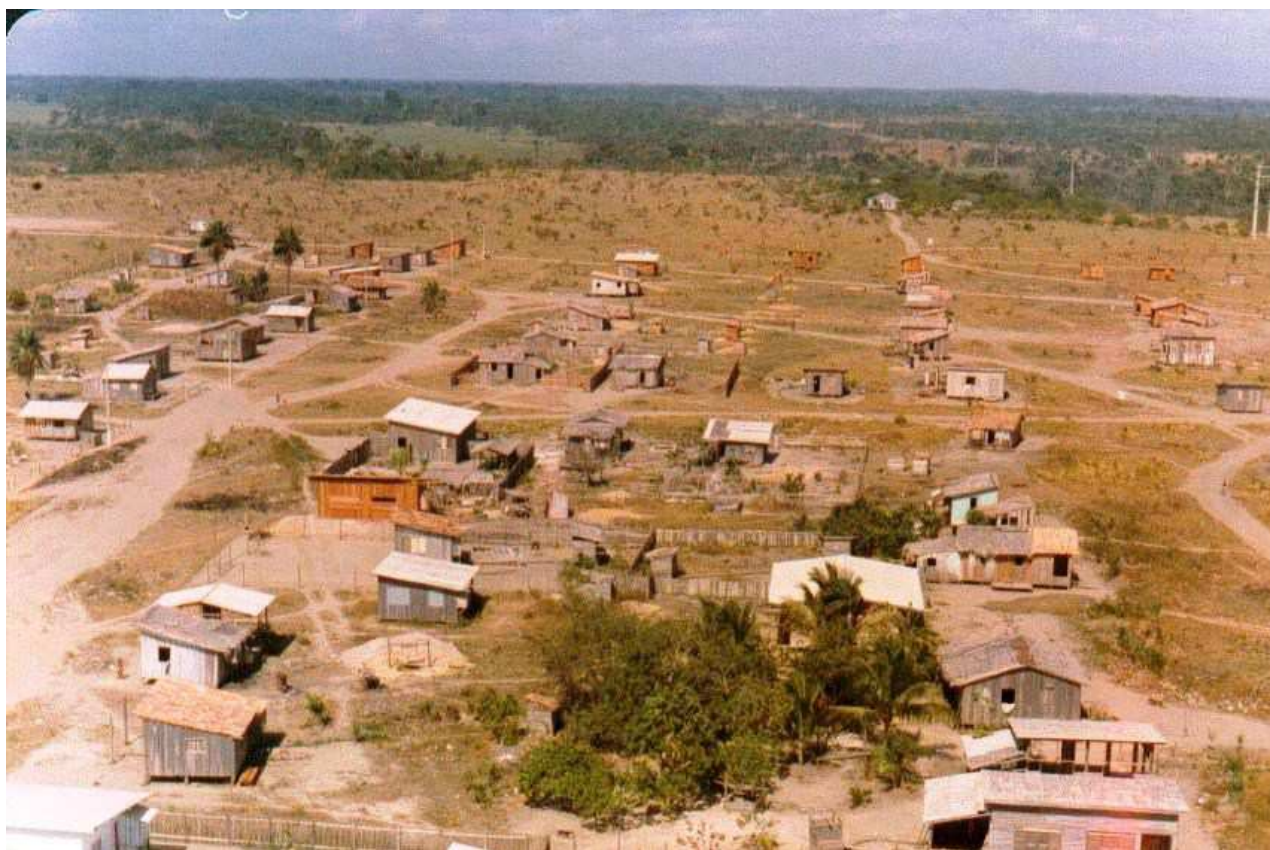
Arquivo pessoal do pe. Luís Carlini.



Arquivo pessoal do pe. Luís Carlini.



Arquivo pessoal do pe. Luís Carlini.



Arquivo pessoal do pe. Luís Carlini.

mais populoso de Macapá, contando com 6.478 moradores, que se dispersavam numa área de 128 hectares – o terceiro maior bairro da cidade em extensão. Tais dados nos ajudam a entender as preocupações governamentais em construir obras como a caixa d'água e as escolas Gonçalves Dias e Sebastiana Lenir.

Com a intensificação do movimento migratório para o Buritizal, não só áreas de terra firme eram ocupadas, como também começaram a ser construídas casas sobre palafitas nas áreas alagadas, como nas quadras das avenidas Acelino de Leão e Desidério Antônio Coelho, da rua Hildemar

Maia até a área que hoje é o Canal do Beírol. De lá saíram muitas jovens que participavam dos cursos de corte e costura promovidos pela comunidade.

Em 1978, o Governo Territorial foi capacitado pela União a negociar as terras urbanas, o que representou o início da valorização fundiária dos lotes do bairro, que chegou à década de 80 como um dos mais populosos de Macapá.

A partir do governo Aníbal Barcellos (1979-1985) se empreendeu um projeto de modernização do Território Federal do Amapá em vistas de sua transformação em estado – os territórios

... Perceba as casas simples, em sua maioria sem cercas ou divisões.

Reprodução.



**Inauguração do
Distrito Policial do
Buritizal, em 1982.**

**O bairro
começava a ser
policiado...**

federais do Acre e de Rondônia já haviam se tornado estados nos anos de 1962 e de 1981 respectivamente, o que incentivou a adoção de políticas públicas visando a transformação institucional do Amapá.

Em 1983, houve a visita ao Território do governador de Rondônia juntamente com a comitiva do então ministro do interior Mário Andreazza, o que evidencia tal preocupação. Nesse contexto, o

Em 1979, o Planejamento Urbano, Turismo e Arquitetura da H.J. Cole e Associados S.A assim descrevia o bairro do Buritizal: “Cercada pelos lagos típicos que envolvem o perímetro urbano de Macapá, tais como as Ressacas do Beírol, Tacacá e Lagoa dos Índios, o Buritizal apresenta relevo plano com suaves declividades próximas aos lagos. Está coberto por uma vegetação gramínea entremeadada de tufo de buritis e outras árvores, formando jardins naturais de expressivo conteúdo paisagístico, que foram objeto de recomendações de absoluta preservação nos projetos urbanísticos”.

Buritizal se tornou um dos eixos dessa modernização, com a construção de prédios públicos e o início do processo de aterramento da Ressaca do Beírol, que por fim se transformou numa pequena faixa de água – o Canal do Beírol, como é

conhecido atualmente – em 1986, já no Governo Jorge Nova da Costa.

Podemos perceber esse projeto modernizante através das obras empreendidas em fins da década de 70 e na primeira metade da década de 80. Em 1979 foram construídas pelo Governo Territorial no bairro as escolas Cecília Pinto e Coelho Neto, e em 1981 o Centro de Atenção ao Menor. Em 1982, além da ampliação da rede elétrica e da distribuição de água tratada, houve a transformação do antigo Posto Policial em Distrito Policial, representando uma presença mais efetiva das forças de segurança pública no bairro.

Em 1983 foi a vez da construção do Centro de Saúde Lélio Silva, além da construção do chamado “PM-Box” e do lançamento do “Grupamento de andorinha”, grupos de policiais militares que faziam rondas pelo bairro, já tido

como o mais populoso da cidade – e com o maior número de ocorrências policiais –, montados em bicicletas. Em 1984 houve a reforma da Caixa d'água do Buritizal.

O que essas mudanças têm a nos informar? Obras como a construção do Centro de Atenção ao Menor e do Distrito Policial, além do PM-Box e da criação do Grupamento de andorinha, nos revelam um Buritizal que aos poucos perdia sua característica de feições comunitárias para assumir um aspecto de bairro periférico que, com o crescimento desordenado da cidade e a ausência de empregos para todos, começava a vivenciar problemas como a marginalização de crianças e jovens e a entrada de pessoas na criminalidade, o que representou a necessidade de uma presença maior do Estado na disciplinarização do cotidiano do bairro, onde brigas nos bares e boates passavam e ser constantes, assim como furtos e assaltos.

A ampliação da infraestrutura observada na ampliação das redes elétricas e de distribuição de água, por sua vez, evidencia o crescimento populacional de Macapá e, sobretudo do Buritizal, com os movimentos migratórios que se intensificaram na década de 80 – tanto que o governo territorial promoveu em 1983 o *Encontro sobre Migrações Internas*, onde pela primeira vez foi estudada e debatida a questão das migrações. As pesquisas promovidas por esse encontro chegaram à conclusão que os bairros do Buritizal, Pacoval, Perpétuo Socorro e Santa Inês (considerado ainda periferia do Trem) eram os maiores aglutinadores de migrantes

até então.

O grande número de moradias sobre palafitas, por sua vez, trouxe à tona a questão da insalubridade destes lares. Em resposta a tal problema, decidiu-se aterrar a Ressaca do Beírol durante a década de 80, na tentativa de lidar com essa questão da precariedade do saneamento básico das moradias e do escoamento das águas das chuvas, que provocava o alagamento de áreas de terra firme nas proximidades.

Tais obras, por sua vez, acabam por propiciar uma orientação do fluxo de crescimento urbano para as regiões a oeste, sul e sudoeste do Buritizal. É nesse momento que surgem as chamadas “invasões” do Novo Buritizal e Muca: antes eram áreas com algumas habitações esparsas que, na década de 80, começaram a ser rapidamente ocupadas por famílias migrantes atrás de trabalho e melhores condições de vida.

Outras construções, como a Escola Tia Mariinha (em 1981) e o Posto Médico Lélio Silva (em 1983) tiveram influência direta das CEBs e da Associação de Moradores do Bairro Buritizal (Ambb) como já vimos anteriormente: nasceram da experiência da comunidade na alfabetização de crianças, jovens e adultos no caso da primeira; ou surgiram com a luta e a mobilização dos trabalhadores no caso da segunda.

Uma das coisas que torna o trabalho da história oral fascinante é, sem dúvida, a possibilidade de ouvir e conhecer outras narrativas que não seja a chamada “oficial”: enquanto o braço midiático do governo re-

A história oral nos permite conhecer as narrativas feitas pela classe trabalhadora e compará-las com o discurso oficial noticiado pela imprensa. Vejamos o exemplo da construção do Posto de Saúde Lélvio Silva sob as óticas do sr. José Amanajás e da revista

Amapá informativo:

Texto 1:

“A gente queria construir um posto de saúde porque esse aqui estava fechado, né. (...) Aí a gente queria um, que é o Lélvio Silva. A gente fez um abaixo-assinado pela associação [Amdbb] com a ajuda das comunidades. Nós fizemos o abaixo-assinado, e a doutora Lucia Calado era secretária de saúde. Ela disse que tinha uma verba na secretaria de saúde que o governo ia usar na campanha e aí a gente aproveitou pra fazer o abaixo assinado. (...) Aí quando chegou lá, passou uns 3 meses e ele não deu resposta a gente preparou uma carta, e na carta a gente ia dizendo que somos um povo sofrido, espoliado, e daí pra frente. Parece que o

velho se queimou, mandou me

buscar umas 10 horas da manhã e me atendeu 7 horas da noite. Aí o pessoal não quiseram (sic) ir comigo, o Orvandino não foi,

não quiseram ir ninguém, a Lúcia não podia ir, aí vou só eu. Fiquei lá o dia todo e só me atenderam às 7 horas da noite com uma fome danada. Quando ele me atendeu ele deu primeiro uma esculhambação, por que eu não fazia o posto dentro

da igreja, esse padre tá incentivando... Aquele padre lá tinha

dois filhos, ele dizia. Bom, eu não sei se ele tem, eu não vim tratar a vida de padre. Mas vamos fazer o seguinte: eu to com umas 5 mil assinaturas, consegui 5 mil assinaturas. O que que eu digo pra esse pessoal? Chegando lá vou reunir com eles, eu dizia. Você vai fazer ou não vai? Ele me disse ‘não, diz pra eles que eu vou fazer’. Porque 5 mil pesava nesse tempo. Aí eu cheguei e disse ‘ele mandou fazer’. Aí depois a gente perdeu porque ficou a associação pra lá, dividiram mais o bairro, aí ficou pra lá, quer dizer, muita gente nem sabe que o sacrifício foi nosso”. (Extraído da entrevista com José Amanajás Lima).

Texto 2:

“O populoso bairro do Buritizal recebeu, hoje, do Governo Aníbal Barcellos, o Centro de Saúde

Com a implantação deste Centro, o Governo Barcellos conquistou mais um passo de sua política de descentralização dos serviços da área médica, com o objetivo de conservar a saúde da população através dos programas de ações básicas de saúde, saneamento, nutrição e saúde (sic), educação e saúde, assistência materno-infantil que assiste a mãe e a criança de até 06 anos de idade.

Em contrapartida, o Governo oportuniza com a implantação do Centro de Saúde “Lélio Silva” 11 novos empregos nas áreas de enfermagem, medicina, odontologia e apoio”. (Extraído da revista *Amapá informativo*, de 28 de abril de 1983).

Com base nos textos, responda:

1. Qual o objetivo do relato dado no texto 1? E no texto 2?
2. Qual texto é mais convincente? Por quê?

presentado na revista *Amapá informativo* noticiava tais obras quando o *Amapá Informativo*, como grandes realizações do então governador Annibal Barcellos – o que, diga-se de passagem, ainda hoje está presente na chamada “memória coletiva” – as narrativas orais nos permitem perceber “o outro lado da moeda”: a versão da história contada pelos trabalhadores que no seu cotidiano foram protagonistas do processo de urbanização do Buritizal através das suas formas de organização.

Além disso, tais medidas “modernizantes” da capital macapaense, que tiveram fortes reflexos no Buritizal, foram também resultado de um contexto político maior de articulação pela transformação do Território Federal do Amapá a Estado da Federação, o que ficou claro a partir de 1983 quando o *Amapá Informativo*, além de publicar matérias visando divulgar aos leitores as obras que estavam sendo executadas pelo governo Barcellos, também publicava em suas páginas frases de efeito visando convencer a população sobre a urgência da transição do Território Federal para Estado Federativo.

Segundo o mesmo informativo, havia uma intensa campanha e articulação pela realização do feito que tinha no então governador Annibal Barcellos e no então ministro do interior Mário Andreazza os grandes expoentes. Com a passagem a estado oficializada pela Constituição de 1988 e a instalação em 1990, tais obras não só continuaram a se fazer presentes na dinâmica do fun-

cionamento burocrático do Poder Público local, como também garantiram a vitória de Annibal Barcellos como primeiro governador eleito do Amapá (1991-1994).

Surgiram novas ondas migratórias para Macapá com essa transformação institucional, muitas delas direcionadas às áreas do Novo Buritizal e Muca. O Buritizal se tornou assim uma área de passagem. Linhas de ônibus, que já existiam desde a década de 80, foram ampliadas, garantindo o transporte dos trabalhadores até essas novas frentes de urbanização.

Vias como a avenida 13 de setembro ganharam importância econômica por serem caminhos por onde passavam o transporte coletivo e quem mais quisesse se dirigir ao Novo Buritizal e à “Feira Maluca”, como era conhecida a atual Feira do Agricultor. Casas que antes serviam também como ponto de venda de produtos como bolos e comidas típicas para os transeuntes começaram a dar lugar a lojas, passando a avenida 13 de setembro a ganhar uma feição comercial.

As últimas escolas do bair-

ro foram construídas na década de 90 como resposta à demanda contínua de espaços de formação escolar: Professora Maria Carmelita do Carmo em 1993 e Professora Aracy Miranda Mont’Alverne em 1997 – esta última na beirada do Conjunto Habitacional Hospital de Base, o último a ser planejado e construído no bairro na gestão Annibal Barcellos. Segundo a tradição oral, na área que seria destinada à construção de um hospital que, porém, nunca saiu do projeto.

O Buritizal do lazer dos trabalhadores

Não só do trabalho e das lutas sociais viviam os moradores do Buritizal, pois as festas também faziam parte desse cotidiano, destacando-se no bairro as boates que durante as décadas de 70 e 80 embalavam os fins de semana desses trabalhadores, e a Escola de Samba do bairro que a partir de 1990 também passou a fazer parte desses lugares de lazer.

Muitos historiadores, em seus trabalhos, trataram de colocar os lugares e momentos de lazer como ocasiões em que os tra-

Frases ufanistas como a vista abaixo começaram a ser comuns nos informativos do governo territorial na década de 80.

Reprodução.

AMAPÁ ESTADO: O REACENDER DE UMA CHAMA DE ESPERANÇA NO CORAÇÃO DO POVO!



Reprodução.

Fotografia de um dos ônibus que circulavam no Buritizal na década de 80.

balhadores poderiam abandonar por instantes a racionalidade técnica do trabalho para desfrutar a alegria proporcionada pelo encontro com amigos, onde além das piadas e dos “causos” compartilhados, também havia espaço para o desabafo, para a exposição das fraquezas e decepções cotidianas. Dessa forma, lugares como botequins propiciavam o fortalecimento de laços de companheirismo e amizade, como bem observado na Macapá dos anos 40 a 60 pelo historiador Sidney Lobato.

Alguns dos lugares mais lembrados nas pesquisas com fontes orais foram o *Salão do Cornélio*, o *Abaetelândia*, o *B-77* e o *Continental*. O *Salão do Cornélio* ficava às margens da Ressaca do Beírol, na área que durante a década de 70 começou a ser habita-

da por várias famílias que residiam em casas construídas sobre palafitas, onde hoje se encontra o cruzamento da rua Prof. Tostes com a avenida Diógenes Silva. Aberto aos fins de semana, era conhecido por ser um “ambiente de família” até às 19h, horário em que as atrações do local mudavam – sendo a partir desse horário chamadas de *tertúlias* –, levando mães preocupadas a ir buscar suas filhas que até essa hora não tinham voltado para casa. Subindo para a área de terra firme, outro lugar lembrado era o *Abaetelândia* que, localizado na rua Hilde-
mar Maia próximo à avenida Felipe Camarão, era o ponto de encontro às sextas, sábados e domingos.

Na avenida 13 de setembro estava o *B-77*, lembrado como local em que, no dia de sua inaugu-

ração, só se podia entrar de paletó; e o *Continental*, localizado no cruzamento da rua Hildemar Maia com a avenida Pedro Lazariño. No dia da inauguração da boate *B-77*, no qual era obrigatório o uso de paletó, vários rapazes tiveram que dividir a mesma peça de roupa devido à pobreza que os impedia de ter um item considerado caro para o poder aquisitivo da maioria, a ponto de, num determinado momento da festa, o dono do local perceber que havia vários visitantes sem paletó; tratava-se de uma estratégia pela qual quem entrava no estabelecimento tratava de passar a peça de roupa pela janela a outro conhecido que, ao entrar fazia o mesmo gesto a um terceiro, repetindo a ação sucessivas vezes. Assim como nos momentos de necessidade, atos de solidariedade horizontal eram gestos importantes inclusive nos momentos de diversão.

Tais locais serviam aos trabalhadores como lugares de lazer, solidariedade, mas também como ambientes das “brigas”, onde se buscava provar a *valentia* masculina, geralmente em busca da resolução de litígios e da retomada da reputação e honra feridas. O uso privado da violência foi em geral tradicionalmente utilizado em lugares que estavam longe de forças policiais ou de qualquer outro agente do poder do Estado que pudesse impor outras formas de resolução de conflitos.

Logo, bares e boates eram espaços privilegiados de utilização dessa força privada, enquanto lugares de negação da lógica racional do trabalho e de utilização de for-

mas populares de justiça, ao entendermos as brigas como meios legítimos de resolução de conflitos na cultura popular. Percebemos essa legitimidade nas falas de nossos narradores que muitas vezes se referem a essas brigas por meio de comparações, como a feita pelo senhor Walderi Pimentel: “as brigas daquele tempo não eram como hoje. Naquele tempo brigavam num dia e no outro dia tavam [sic] junto bebendo de novo. Hoje se tem uma briga, já querem logo matar”.

Além da reparação da honra, havia também brigas com a finalidade de se manter um *status*, uma fama de “brigão”, de “valente”: homens que muitas vezes se dirigiam a bares e boates de vários pontos da cidade a fim de buscar diversão e formas de manter sua fama particular. Como a valentia não podia ser simplesmente reclamada para si, e sim devia ser buscada através da aprovação de testemunhas, as boates eram lugares privilegiados de aprovação dessa notoriedade através dos desafios e das lutas corporais.

Nem todos os moradores, porém, viam as boates com bons olhos. As CEBs, mesmo tendo uma preocupação mais voltada aos problemas sociais, evitavam a construção de novas boates quando podiam. Foi o caso do Centro Comunitário *Sempre Encontrando*, localizado na avenida Aimorés, que antes de ser comprado pela comunidade na década de 70 havia sido uma boate cujo dono queria vender a alguém que continuasse o empreendimento.

Os membros das CEBs associavam o

lugar a práticas de prostituição, o ra a visita de um carnavalesco de que motivou o bispo dom José Belém, chamado Filomeno Araújo-Maritano a tentar comprar a casa jo, que lhe propôs a organização de festas; a proposta, porém, foi de uma escola de samba. Junto a negada pelo proprietário da boa- amigos, a “Tia Cila”, como ainda é te. A compra precisou ser feita conhecida, abraçou a causa da es- por um membro das CEBs, que cola de samba, surgindo assim após a transação, o repassou à co- mais um ponto de identidade cul- comunidade. A boate deixou de fun- tural para o bairro.

cionar e em seu lugar foi construí-

do o Centro Comunitário *Sempre* **O bairro do “Burifaca”**

encontrando, que se constituiu É claro que não foi apenas em mais um setor da então comu- a paisagem que foi alterada nes- nidade autônoma Sagrado Cora- sas cinco décadas de povoamento ção de Jesus. do Buritizal: as formas de sociabi-

Alguns anos mais tarde, lidade entre os moradores passa- ainda na década de 70, os mem- ram por grandes alterações. O bros das CEBs repetiram a estra- avanço da interferência do ser hu- tégia: a fim de que não se criasse mano sobre o meio ambiente mais uma boate no bairro, o pe- trouxe o povoamento rápido, in- Luís Carlini chegou a comprar clusive sobre aquilo que era a fon- uma casa que seria utilizada com te de alimentação da comunidade: tal finalidade, repassando-a a ou- a Ressaca do Beírol.

tra participante das CEBs, Gerci- Com a construção de mo- na Cardoso, que pagou pelo terre- radias sobre palafitas, progressi- no através da divisão do valor em vamente o lago foi sendo poluído várias prestações. e aos poucos não mais utilizado

Além das boates, outro lu- como meio de subsistência como gar de lazer que se tornou parte antes. O aterramento em da identidade do bairro foi a Es- 1986 acabou por finalizar cola de Samba *Grêmio Recreativo* esse processo, transfor- *Cultural Academia de Samba* mando o grande símbolo *Unidos do Buritizal*, criada em do bairro numa pequena 1990 pela professora Cila França faixa de água, agora rebati- Trindade. Moradora do bairro, ela zado como Canal do Beírol. nos contou que nesse ano recebe- Os buritizeiros foram der-

Escudo da Escola de Samba Unidos do Buritizal. Ao centro, em destaque, a representação de um buritizeiros, planta-símbolo do bairro.



Reprodução.

rubados, numa espécie de cruzada da modernidade sobre tudo aquilo que representava o antigo, o atraso.

A conformação dos moradores a novos tipos de trabalho, sobretudo os mais jovens, começou a provocar certo esvaziamento do modelo comunitário das CEBs. A multiplicação de novas formas de religiosidade não tão rigorosas no sentido da vivência compartilhada e mais ligadas a aspectos mais subjetivos da fé também contribuíram para tal mudança, assim como a conjuntura interna da Igreja Católica na Diocese de Macapá, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e da Sé Romana, com o início do episcopado de João Paulo II (1978-2005), tais como já foram ditos e analisados no capítulo anterior.

Outra mudança sentida pelos nossos narradores e que pudemos perceber em suas falas foi, sem sombra de dúvida, o aumento da violência urbana. Embora já houvesse desde a década de 60 reclamações dos moradores acerca de atos de vandalismo promovidos por grupos que saíam às noites, além do fenômeno chamado de “engasga” na década de 70, foi a partir da década de 80 que a criminalidade começou a estar

Veja outro depoimento colhido pelo jornal *Voz Católica* em sua reportagem sobre o Buritizal em 1969:

“Buritizal: testemunhos de moradores, colhidos por Hélio Pennafort

Margarida dos Santos:

‘- De noite ninguém pode sair de casa. Os arrua-ceiros tomam conta da rua e fazem as piores coisas: chamam nomes feios, mexem com senhoras e môças e chegam até a agredir. Briga, então, nem se fala. O senhor me acredite que até na igreja já chegaram a brigar. Tem uma casa naquela rua onde, em dia de festa, se reúnem tôdas as raparigas na maior bagunça dêste mundo. Depois do baile ficam os bêbados e os desordeiros que, juntamente com essas mulheres, se encarregam de desassossegar os outros. A gente tem medo de sair de casa, é uma coisa horrível. Polícia? Não tem um guarda aqui. O posto policial mais próximo fica no bairro do Trem, perto do Alexandre Vaz Tavares. Disseram que iam fazer um posto desta usina velha, mas até agora nada. O senhor podia vir aqui era de noite para ver como são as coisas. Um dia pegaram meu irmão e deram tanto nêlé só de maldade. Geralmente nós fechamos a casa bem cedinho de noite, principalmente quanto tem festas. E mais: só existe luz na rua que vem do centro e nessa aqui do Grupo. Talvez seja por isso que existe muita confusão aquí de noite. Nas outras ruas ainda não colocaram poste” (Extraído de Buritizal: testemunhos de moradores, colhidos por Hélio Pennafort. *A Voz Católica*, nº 530, ano X, p. 1, 20 de dezembro de 1969).

mais presente no cotidiano e a figurar entre os motivos de medo dos moradores do Buritizal. A

violência no trânsito também passou a ser noticiada quase cotidianamente nas ruas do bairro.

Na tradição oral, é comum ouvirmos relatos sobre a tranquilidade do tempo em que se “dormia de janela aberta”. Porém, mesmo diante dessa tranquilidade, apelidos como “Burifaca” emergem da memória quando se fala sobre os poucos crimes que começaram a ser noticiados no rádio a partir de 1975, quando a utilização de facas como armas pareceu se tornar comum, em contraposição ao “Pacobala”, apelido dado ao bairro do Pacoval na mesma época, devido à utilização de armas de fogo nos crimes que ocorriam em suas paragens. Pelos relatos pudemos perceber que desses poucos crimes, boa parte eram resultado de brigas ocorridas nos bares e boates do bairro. Os conflitos, que se tornavam constantes, podem ter sido o motivo para o fechamento desses lugares durante as décadas de 80 e 90.

Com o advento da imprensa escrita não oficial na década de 80 (até então os jornais limitavam-se a informativos do Governo Territorial ou da Diocese de Macapá), pudemos perceber o aumento dos casos de violência no bairro. Nas páginas policiais do *Jornal do Dia*, notícias de brigas em bares, assaltos, furtos e acidentes de trânsito eram frequentemente veiculados, passando a fazer parte do cotidiano macapaense. O Buritizal deixava de ser “tranquilo” como antes.

Quanto aos acidentes de trânsito, as vias que mais apareciam nas páginas polici-

ais eram a avenida 13 de setembro e a rua Claudomiro de Moraes, caminhos por onde passavam transeuntes que se dirigiam à Feira Maluca ou a outros bairros, o que demonstra o grande tráfego de veículos que passou a existir nas décadas de 80 e 90.

Que bairro/cidade queremos?

Como pudemos perceber, as mudanças urbanísticas ocorridas significavam muito mais do que simples alterações na paisagem: representavam transformações também das formas de sociabilidade entre os trabalhadores, no cotidiano destes, nas formas de sobrevivência e de solidariedade. Novos medos também começaram a fazer parte da mentalidade desses sujeitos históricos de fins do século XX.

O Buritizal, a partir de fins da década de 70, começou a mudar suas características de lugar “semi-rural” para tornar-se integrado a uma nova forma de espacialidade, conizente com o projeto de modernização proposto pelo governo territorial. Com vistas na transformação do Território Federal do Amapá em Estado, obras foram construídas em vários bairros de Macapá. O Buritizal, então um dos bairros mais populosos, não ficou de fora desse projeto modernizante.

Sobretudo na década de 80, passou a ganhar feições de um bairro enfim integrado à economia capitalista, com as três características que o filósofo Henri Lefebvre atribui ao espaço capitalista-estatista: *homogêneo, quebrado e hierarquizado*. *Homogêneo* porque sua organização espacial e pai-

<https://bit.ly/2L6A3hZ>



Fotografia aérea da Praça da caixa d'água às vésperas de sua reinauguração em 2009.

rísticas na retirada dos buritizeiros em decorrência do aterramento da Ressaca do Beírol, na valorização fundiária que transformou determinadas vias em espaços destinados às atividades comerciais, destruindo a antiga forma de vivência comunitária e empurrando as famílias mais pobres para regiões mais periféricas do bairro e até mesmo da cidade.

Paisagisticamente, o que caracteriza o bairro do Buritizeiro no momento da escrita deste trabalho já não é mais a vegetação, a Ressaca, e sim construções como a caixa d'água. Em 2009, o reservatório de água ganhou uma praça no seu entorno, tornando-se o novo ponto de encontro da juventude e das famílias do bairro em busca de espaços de lazer e convi-

A “Operação Engasga” ou, como ficou registrado na tradição oral, “Engasga-engasga”, foi um fenômeno ocorrido em maio de 1973, quando algumas mulheres começaram a apresentar queixas que teriam sido agredidas e submetidas a tentativas de estrangulamento por um homem encapuzado que usava luvas com uma espécie de lixa nas palmas. Embora nenhuma vítima tenha sido assassinada nem gravemente ferida nos ataques, os casos espalharam o pânico na cidade, uma vez que os casos aconteciam à noite, no horário de saída das alunas das escolas e em ambientes mal iluminados. Através de pesquisas, hoje se sabe que o “Engasga-engasga” foi uma arma utilizada pelo governo ditatorial para perseguir pessoas acusadas de serem opositoras do regime, além de incentivar a criação da Polícia Militar no Amapá. Vários militantes foram presos, torturados e mandados à força para Belém, acusados de terem cometido as agressões. O senhor José Amanajás Lima nos contou em seu relato que houve casos de “Engasga” na rua Santos Dumont, em frente ao que é atualmente o Supermercado Favorito, onde havia ainda bastante mato alto.

vência. Outras construções também caracterizam o bairro, como bancos e lojas que começaram a surgir em fins da década de 90 e início dos anos 2000. Em termos humanos, por outro lado, não podemos esquecer as CEBs e a Ambb que permaneceram e permanecem na luta pelo direito à cidade para todos, na utopia por outro mundo possível, em que a exclusão e o hiperindividualismo crescente das cidades deem lugar à inclusão e à solidariedade, em outras palavras, à vivência democrática do espaço.

Resumindo:

Na década de 70, várias obras públicas foram construídas no Buritizal. Esses empreendimentos, porém, não devem ser entendidos como simples benesses dadas pelos governantes, e sim como consequências do aumento populacional do bairro, do interesse governamental na ocupação desses espaços, da pressão por parte das organizações populares (CEBs e Ambb), do projeto modernizante empreendido pelo governo territorial.

Além da paisagem urbana, as vivências também mudaram. O fenômeno da violência urbana tornou-se presente no cotidiano dos trabalhadores não apenas nas brigas que ocorriam nas boates do bairro, mas também sob a forma de furtos, assaltos, acidentes de trânsito. O Buritizal ganhou uma nova configuração espacial de aspecto capitalista que homogeneizou, fragmentou e hierarquizou esse espaço. Mesmo assim, as organizações populares surgidas na década de 70 continuaram nas décadas seguintes a assumir a postura de protagonistas na construção de um Buritizal plural e democrático.

Exercícios

1. Apesar de já haver povoamento no Buritizal a partir da década de 50, o Estado só começou a se fazer presente de forma mais efetiva, através de obras públicas, a partir da década de 70. Explique o motivo.
2. Por que o Buritizal se tornou frente de modernização do Território Federal do Amapá na década de 80?
3. Podemos entender as obras públicas construídas no bairro como sendo de autoria exclusiva do poder público? Explique.
4. Explique as três características que Henri Lefebvre atribui ao espaço capitalista-estatista, e como elas se aplicam ao bairro Buritizal a partir da década de 80.

Anotações

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There is no text or other markings on the paper.

Para quê estudar História?

Imaginamos, caro leitor, que em alguma vez na vida você tenha se perguntado: afinal, para quê estudar História? Não sei se você chegou a alguma resposta... O que podemos dizer, porém, é que sem sombra de dúvida ela não serve apenas para conhecer o passado.

Certo historiador chamado Marc Bloch uma vez escreveu que a História é “a ciência dos homens no tempo”. O que ele queria afirmar com tal frase era o fato de que, mais do que interpretar o tempo passado, a História nos ajuda a interpretar o tempo presente. Ou seja, conhecemos o passado para, a partir dele, refletirmos sobre o nosso presente, com vistas à projeção do futuro.

Essa ação do pensamento é chamada de *consciência histórica*, e para alguns estudiosos como o alemão Jörn Rüsen, é algo que faz parte de todo ser humano, em qualquer lugar do mundo, independente do grau de escolaridade que tenha. Dessa forma, toda pes-

soa, ao pensar sobre seu presente, usa como referência o seu passado, a fim de projetar, planejar um futuro.

É a partir desse movimento que a *memória* tem um papel fundamental, quando é transformada em *narrativa*, que é a organização dessa memória de modo que possa ser entendida e conhecida por qualquer pessoa. É assim que mantemos, inclusive, nossa *identidade* viva e resistente no decorrer do tempo. É só pensar na pergunta: quem sou eu? Inevitavelmente utilizamos a memória para, com a ajuda do passado, nos definirmos no presente.

Outro estudioso alemão, o historiador Reinhart Koselleck, também pensava algo parecido: para ele, o *tempo histórico* surge através do entendimento do passado como *campo de experiência*, e do futuro como *horizonte de expectativa*. Assim, cada momento da História pode ser entendido quando investigamos a maneira pela qual as pessoas *entendiam o*

passado e projetavam o futuro, pois no meio dessas duas preocupações estava o *presente*, que estava sendo construído por homens, mulheres, elites, trabalhadores, etc.

Em meio a tantos pensadores, citamos mais um, dessa vez um brasileiro: o historiador Luis Fernando Cerri. Refletindo sobre o trabalho de Jörn Rüsen, Cerri chegou à conclusão que o objetivo do ensino de História não deveria ser o aprendizado de conteúdos, e sim a formação da capacidade de pensar historicamente, o que podemos chamar de *amadurecimento da consciência histórica*. Em outras palavras, a formação da capacidade de utilizar a História como forma de pensar e agir sobre o presente com base nos conhecimentos históricos. Quem conhece o mínimo de História, por exemplo, sabe o terror que é viver sob um regime ditatorial; mesmo assim há tantos que, mesmo passando pela escola, defendem a ditadura...

Perceba que, em tempos de crise política, econômica e social, a História se faz cada vez mais importante, uma vez que nos auxilia a pensar sobre os problemas da atualidade ao mesmo tempo em que a comparamos ao passado, a fim de vislumbrar o futuro, no caso, as soluções para esses problemas.

Foi com base nessa ideia que escrevemos este trabalho. Fizemos questão de contextualizar a urbanização da Amazônia a fim de percebermos que a história de Macapá está inserida em determinados contextos

políticos e econômicos que influenciaram significativamente sua formação e trajetória histórica.

Ao longo de 400 anos, a urbanização da Amazônia foi pensada de acordo com interesses geopolíticos e econômicos ligados a contextos internacionais: do período colonial ao apogeu da exploração da borracha, as cidades surgiram e se desenvolveram de acordo com as necessidades econômicas de outros grupos sociais, alheios às próprias comunidades que aqui habitavam.

Em meados do século XX, a preocupação do Estado brasileiro em ocupar a região estava ligada tanto a interesses políticos (lembre-se do lema “integrar para não entregar”) quanto econômicos (como os variados projetos criados com fins de exploração dos recursos minerais e ocupação do solo, como o incentivo à pecuária, à agricultura em larga escala com fins de exportação, à mineração, sobretudo no Estado do Pará, mas também a exploração da Icomi em Serra do Navio, a Brumasa em Santana, a Amcel em Porto Grande, a Cadam no Laranjal do Jari, entre outros).

O Amapá foi desligado do Estado do Pará e transformado em Território Federal devido a esses interesses. Lembre-se do histórico de conflitos na região do Contestado Franco-brasileiro em torno da mineração do ouro, além da presença estratégica de uma base aérea norte-americana construída desde 1941.

Se por um lado a federalização do Amapá atendeu a pedidos que existiam des-

de 1920, por outro seus benefícios não chegaram a todas as pessoas; pelo contrário, em boa parte do tempo os trabalhadores ficaram de fora da modernidade prometida pelos agentes públicos.

As constantes migrações aumentavam a população de Macapá de forma significativa. O Buritizal surgiu neste contexto como área de expansão urbana. Diante da carência de quase tudo, os moradores se organizavam de diversas formas para que o pão não faltasse nas mesas. A solidariedade era a palavra de ordem de famílias que muitas vezes se encontravam tendo que administrar o pouco que tinham.

O surgimento das CEBs possibilitou uma maior organização desses trabalhadores em torno de ações de solidariedade – chamada de caridade – com base na vivência religiosa. A necessidade de se organizar de forma ainda mais eficiente possibilitou a criação da Associação de Moradores do bairro, incentivando também discussões sobre a política e a elaboração de estratégias de ação frente ao autoritarismo que aos poucos chegava ao fim.

Em fins da década de 70 e princípios de 80, outra onda modernizadora começou a mudar as feições do Buritizal, transformando-o naquilo que o filósofo francês Henri Lefebvre chama de *espaço capitalista-estatista*. O discurso do saneamento-educação-povoamento homogeneizou o lugar, fragmentando-o, hierarquizando-o. Surgiram novos problemas, novas formas de sociabilidade.

Ajudados pela *História oral*, podemos escrever a História do Buritizal para, a partir daí, nos questionarmos sobre *qual cidade queremos hoje*. Num mundo globalizado em que os valores democráticos parecem ser cada vez mais desprezados pelo conservadorismo, surge a necessidade de pensarmos formas alternativas de participação, discussão e ação sobre a realidade.

É diante dessa necessidade do presente que conhecer o passado torna-se cada vez mais importante para pensarmos o futuro. Estudar História nos ajuda a entender o tempo de forma crítica, percebendo como as identidades se constituem em busca da tomada de ações no presente.

Quando passamos a entender o tempo não como algo dado, mas como algo definido pelas pessoas, passamos a tomar consciência de nossa capacidade de agir no mundo. É dessa forma que o estudo da história local nos ajuda a amadurecer nossa *consciência histórica*, na medida em que esse estudo passa a influenciar nosso entendimento e nossas decisões no presente. Esperamos, dessa forma, que este trabalho tenha lhe auxiliado na leitura do mundo em que você vive. No entendimento de que nada é definitivo e, por isso, a realidade pode ser mudada para melhor.

Anotações

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There is no text or other markings on the paper.

Referências, fontes e entrevistas

As referências são uma das partes mais importantes de um livro: nelas você pode saber onde o autor colheu as informações e embasou as análises feitas no decorrer de um livro. Aqui dividimos entre referências—os livros utilizados—fontes históricas e entrevistas. Por motivos didáticos dividimos essas informações entre os capítulos onde foram utilizados, por isso pode haver repetições de algumas informações entre alguns capítulos.

Capítulo 1

BECKER, Bertha. *A urbe amazônida: a floresta e a cidade*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2013.

BRITO, Cecília Maria Chaves. “Índios das ‘corporações’: trabalho compulsório no Grão-Pará no século XVIII”. In: ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. *A escrita da história paraense*. Belém: Naea/Ufpa, 1998, p. 115-137.

CARNEIRO, Robert L. A base ecológica dos cacicados amazônicos. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, n. 20, 2007, p. 117-154.

CORRÊA, Roberto Lobato. “A periodização da rede urbana da Amazônia”. *Revista Brasileira de Geografia*, v.49, n.3, p.39-68, jul. 1987.

FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1991.

GALLOIS, Dominique Tilkin; GRUPIONI, Denise Fajardo. *Povos indígenas no Amapá e Norte do Pará: quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam?* Rio de Janeiro: Iepé, 2009.

LOBATO, Sidney da Silva. *Amapá: experiências fronteiriças*. Belém: Es-

tudos amazônicos, 2012.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. “Prosperidade e estagnação de Macapá colonial: as experiências dos colonos”. In: GOMES, Flávio dos Santos. *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)*. Belém: Editora Universitária/Ufpa, 1999, p. 33-62.

MOLEDO JÚNIOR, Nelson Andrukaitis. *As pedras de Pedro: a institucionalização do catolicismo nos campos de Curitiba (séculos XVII e XVIII)*. 2008. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

NUNES FILHO, Edinaldo Pinheiro. *Pesquisa arqueológica no Amapá*. Macapá: B-A-BÁ, 2005.

RAVENA, Nírvia. “‘Maus vizinhos e boas terras’: ideias e experiências no povoamento do Cabo Norte – século XVIII”. In: GOMES, Flávio dos Santos. *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)*. Belém: Editora Universitária/Ufpa, 1999, p. 63-96.

SOUZA, Laura de Mello e. *Inferno Atlântico: demonologia e colonização séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair. “Cidades médias na Amazônia Oriental: das novas centralidades à fragmentação do território”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. v. 13, n. 2, p. 135-151, novembro, 2011.

VIDAL, Laurent. *Mazagão: a cidade que atravessou o Atlântico*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Capítulo 2

CAMBRAIA, Paulo; LOBATO, Sidney. *Rios de histórias: ensaios de história da Amazônia e do Amapá*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013

CORRÊA, Roberto Lobato. “A periodização da rede urbana da Amazônia”. *Revista Brasileira de Geografia*, v.49, n.3, jul. 1987, p.39-68.

D’ARAÚJO, Maria Celina. Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Ano 7, nº 19, 1992, p. 40-55.

HEMMING, John. *Fronteira amazônica: a derrota dos índios brasileiros*. São Paulo: Edusp, 2009.

LOBATO, Sidney da Silva. *A cidade dos trabalhadores: Insegurança Estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)*. 2013. 240 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

_____; PIROT, Françoise. “Trôpega integração: a transformação de Macapá em cidade média da Amazônia Oriental (1944-1988)”. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 10, n. 1, jan.-jul., 2017, p. 260-289.

PETIT, Pere. “O Pará na época das grandes transformações sócio-econômicas na Amazônia: da criação da Sudam ao ‘Ciclo do Minério’”. In: _____. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*. Belém: Pakatatu, 2003, p. 49-114.

QUEIROZ, Jonas Marçal. “História, mito e memória: o Cunani e outras repúblicas”. In: GOMES, Flávio dos Santos. *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)*. Belém: Editora Universitária/Ufpa, 1999, p. 319-347.

REIS, Artur César Ferreira. *Território do Amapá: perfil histórico*. 1. ed. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

VICENTINI, Yara. *Cidade e história na Amazônia*. Curitiba: EdUFPR, 2004.

Capítulo 3

Fontes

COLE, H. J. ASSOCIADOS S.A. Consultoria de planejamento urbano, arquitetura e turismo. *Documento síntese*. Rio de Janeiro, 1979.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Brasil. *Macapá: Plano de Desenvolvimento Urbano*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1973.

GRUNBILF. Brasil. *Plano Urbanístico da Cidade de Macapá*. São Paulo: Grunbilf do Brasil, 1960.

IBGE. Brasil. *Atlas do Amapá*. Rio de Janeiro: Instituto Regional de Desenvolvimento

do Amapá e Conselho Nacional de Geografia (IBGE), 1966.

_____. Censos demográficos e econômicos – Território do Amapá – 1950. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v11_ap.pdf>. Acesso em: 3 dez 2017.

_____. Censo demográfico de 1960 – Rondônia, Roraima, Amapá. Disponível em: <<https://ia600509.us.archive.org/24/items/censodem1960regvol1t1a/censodem1960regvol1t1a.pdf>>. Acesso em: 3 dez 2017.

_____. Censo demográfico de 1970 – Rondônia, Roraima, Amapá. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_t1_ro_rr_ap.pdf>. Acesso em: 3 dez 2017.

Entrevistas

Gercina Cardoso. Entrevistada dia 2 de novembro de 2017.

José Amanajás Lima. Entrevistado dia 5 de abril de 2016.

Leontina Santos da Luz. Entrevistada dia 26 de março de 2016.

Lucinda Azevedo dos Anjos Gomes. Entrevistada dia 22 de março de 2016.

Marcília Ferreira de Carvalho dos Santos. Entrevistada dia 2 de novembro de 2017.

Maria Gemaque Cavaleiro. Entrevistada dia 17 de março de 2016.

Referências

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LOBATO, Sidney da Silva; PIROT, Françoise. “Trôpega integração: a transformação de Macapá em cidade média da Amazônia Oriental (1944-1988)”. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 10, n. 1, jan.-jul., 2017.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; RIBEIRO, Suzana L. Salgado. *Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias*. São Paulo: Contexto, 2011.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 7-28. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

TAKIYAMA, L. R.; SILVA, A.Q. da (orgs.). *Diagnóstico das Ressacas do Estado do Ama-*

pá: Bacias do Igarapé da Fortaleza e Rio Curiaú. Macapá-AP, CPAQ/Iepa e DGEO/Sema, 2003.

Capítulo 4

Fontes

AMBB. *O Buriti*: boletim informativo da Associação de Moradores do Bairro Buritizal. Ano 01, outubro de 1983.

Arquivo da Secretaria da Paróquia Sagrado Coração de Jesus. Livro tombo. Folha 6.

MESQUITA, Cristóvão. *Histórico do Sagrado Coração de Jesus*. S/d. Texto mimeografado.

PIME. *Mondo e missione*. Nº 20, outubro de 1979.

Entrevistas

Alessandro Gallazzi. Entrevistado dia 20 de agosto de 2014.

Gercina Cardoso. Entrevistada dia 3 de agosto de 2014.

_____. Entrevistada dia 2 de novembro de 2017.

José Amanajás Lima. Entrevistado dia 15 de agosto de 2014.

_____. Entrevistado dia 5 de abril de 2016.

Lucinda Azevedo dos Anjos Gomes. Entrevistada dia 22 de março de 2016.

Luigi Carlini. Entrevistado dia 20 de fevereiro de 2014.

Referências

BERDOULAY, Vincent; ENTRIKIN, J. Nicholas. “Lugar e sujeito: perspectivas teóricas”. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de (orgs.). *Qual o espaço do lugar?* Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 93-116.

FONTES, Paulo. *Um nordeste em São Paulo*: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

Fúlvio Giuliano, um alpino devotado à Arte Sacra. Disponível em: <<http://montorilaraujo.blogspot.com.br/2012/06/>>. Acesso em: 13 mai. 2018.

LOBATO, Sidney da Silva. *A cidade dos trabalhadores: Insegurança Estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)*. 2013. 240 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. 1ª reimpr. da 1ª. ed. de 1989. São Paulo: Brasiliense, 2004.

OLIVEIRA, Livia de. “O sentido de lugar”. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de (orgs.). *Qual o espaço do lugar? Geografia, epistemologia, fenomenologia*. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 3-16.

PIGHIN, Pe. Cláudio; PINTO, Jax Nildo Aragão (orgs.). *O pastor Dom José Maritano*. Belém: Salomão Larêdo, 2001.

PIMENTEL, Walbi Silva. *A Igreja dos pobres: resistências eclesiais no norte do Brasil (1966-1983)*. Curitiba: Prismas, 2016.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1996, p. 59-72.

SOFIATI, F. M. Tendências católicas: perspectivas do cristianismo da libertação. *Estudos de Sociologia*, v. 14, p. 121-140, 2009.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, vol. 1.

_____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

Capítulo 5

Fontes

Arquivo da Secretaria da Paróquia Sagrado Coração de Jesus. Livro tombo.

COLE, H. J. ASSOCIADOS S.A. Consultoria de planejamento urbano, arquitetura e turismo. *Documento síntese*. Rio de Janeiro, 1979.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Brasil. *Macapá: Plano de Desenvolvimento Urbano*.

Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1973.

Buritizal: testemunhos de moradores, colhidos por Hélio Pennafort. *A Voz Católica*, nº 530, ano X, p. 1, 20 de dezembro de 1969.

Entregue à Administração o Posto Médico do Buritizal. *Nôvo Amapá*, 8 de maio de 1971, p. 5.

Novas escolas serão construídas pelo governo. *Nôvo Amapá*, 22 de janeiro de 1972, p. 5.

Buritizal tem melhoramentos. *Nôvo Amapá*, 2 de dezembro de 1972, p. 5.

BARCELLOS, Annibal. *Revista do Amapá: 2º ano de governo do Cmte. Annibal Barcellos*. Macapá: Do autor, 1981.

_____. *Governo Annibal Barcellos: três anos de trabalho pelo homem do Amapá*. Macapá: Do autor, 1982.

Centro de saúde para o Buritizal. *Amapá informativo*, nº 1, de abril de 1983, p. 3.

Propaganda do Governo Territorial do Amapá. *Amapá informativo*, nº 2, de maio de 1983, p. 3.

Amapá: terra de futuro grandioso. *Amapá informativo*, nº 2, de maio de 1983, p. 6-7.

Solução para migrantes. *Amapá informativo*, nº 3, de junho de 1983, p. 2.

PM-Box inaugurado em Macapá. *Amapá informativo*, nº 6, de setembro de 1983, p. 13.

Promoção social no território. *Amapá informativo*, nº 9, de janeiro de 1984, p. 3.

Saneamento e urbanização. *Amapá informativo*, nº 16, de agosto de 1984, p. 9.

Página policial. *Jornal do Dia*, nº 121, de 01 de julho de 1987.

Página policial. *Jornal do Dia*, nº 656, de 03 de janeiro de 1989.

Página policial. *Jornal do Dia*, nº 657, de 04 de janeiro de 1989.

Página policial. *Jornal do Dia*, nº 658, de 05 de janeiro de 1989.

Entrevistas

Cila França Trindade, “tia Cila”. Entrevistada dia 26 de junho de 2013.

Gercina Cardoso. Entrevistada dia 3 de agosto de 2014.

_____. Entrevistada dia 2 de novembro de 2017.

José Amanajás Lima. Entrevistado dia 15 de agosto de 2014.

_____. Entrevistado dia 5 de abril de 2016.

Marcília Ferreira de Carvalho dos Santos. Entrevistada dia 2 de novembro de 2017.

Maria Gemaque Cavaleiro. Entrevistada dia 17 de março de 2016.

Walderi Costa Pimentel. Entrevistado dia 30 de maio de 2018.

Referências

LOBATO, Sidney da Silva. *A cidade dos trabalhadores: Insegurança Estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)*. 2013. 240 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

_____; PIROT, Françoise. “Trôpega integração: a transformação de Macapá em cidade média da Amazônia Oriental (1944-1988)”. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 10, n. 1, jan.-jul., 2017.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; RIBEIRO, Suzana L. Salgado. *Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias*. São Paulo: Contexto, 2011.

OSEKI, Jorge Hajime. “O único e o homogêneo na produção do espaço”. In: MARTINS, José de Souza (org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 109-119.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. Transformações espaciais e institucionais do Amapá: conflitos e perspectivas. In: *Encontro de Geógrafos da América Latina*, 10., 2005, São Paulo. Anais... São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 11987-12009.

SANTOS, Dorival da Costa dos. *O regime ditatorial militar no Amapá: terror, resistência e subordinação 1964-1974*. Dissertação de mestrado. Campinas, SP, 2001.

Considerações finais – Para quê estudar História?

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, o Ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CERRI, Luis Fernando. *Ensino de história e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

OSEKI, Jorge Hajime. “O único e o homogêneo na produção do espaço”. In: MARTINS, José de Souza (org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 109-119. PORTO, Jadson Luís Rebelo. Transformações espaciais e institucionais do Amapá: conflitos e perspectivas. In: *Encontro de Geógrafos da América Latina*, 10., 2005, São Paulo. Anais... São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 11987-12009.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UnB, 2001.